



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALINE DA COSTA LUZ DE LIMA

INTERSECÇÃO ENTRE FEMINISMO E EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO
DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Brasília - DF
2020

ALINE DA COSTA LUZ DE LIMA

**INTERSECÇÃO ENTRE FEMINISMO E EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO
DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da Faculdade de Educação, vinculada à linha de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação – POGE da Universidade de Brasília-UNB, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do

Orientador: Professor Doutor Erlando da Silva Rêses.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Adriana de Fátima Barbosa – PósLit – UnB

Prof^a. Dra. Shirleide Pereira da Cruz – PPGE – UnB

Prof^a Dra. Livia Gimenes Dias da Fonseca – NEPP-DH – UFRJ (Suplente)

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses – PPGE – UnB – Presidente

**Brasília- DF
2020**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LL732i Lima, Aline da Costa Luz de
Intersecção entre Feminismo e Educação Popular na formação de Promotoras Legais Populares / Aline da Costa Luz de Lima; orientador Erlando da Silva Rêses. -- Brasília, 2020.
187 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. Feminismo. 2. Educação Popular Feminista. 3. Promotoras Legais Populares. 4. Emancipação Feminina. I. Rêses, Erlando da Silva, orient. II. Título.

*[...] meu coração sangra pelas irmãs
em primeiro lugar sangra por mulheres que ajudam mulheres
como as flores anseiam pela primavera
(KAUR, 2017, p. 195).*

*Dedico esse trabalho às minhas ancestrais.
Vovó Luzia, sempre doce, receptiva, caridosa.
Sei que do céu a senhora cuida da gente.
Vovó Estelina, sempre resiliente, comunicativa e carinhosa.
Trago na minha ancestralidade a força de mulheres incríveis.
Dedico à Mamãe, minha melhor lição de amor e solidariedade.
Às minhas irmãs, meu aprendizado diário de como é lindo amar.
À minha sobrinha Elisa, minha esperança de que dias melhores virão.*

AGRADECIMENTOS

*[...] agradeço ao universo
por levar tudo o que levou
e por me dar tudo o que está dando
(KAUR, 2017, p. 167).*

Esta, sem dúvida, foi a parte mais pensada dessa dissertação. Talvez seja pelo fato de eu adorar ler agradecimentos de dissertações. É a constatação de que ninguém escreve sozinho, que somos coletivos e de que é na coletividade que encontramos os caminhos para que nossa vivência seja mais plena. Seja mais!

Vi, certa vez, em uma dissertação e agora reproduzo aqui: *peço licença aos membros da banca que estiverem lendo, mas agora é meu momento de expressar todo amor e gratidão que envolvem a conclusão desse processo. Se não quiserem acompanhar, peço para pularem as próximas páginas, mas se optarem por acompanhá-las, compreenderão um pouco sobre essa autora.*

Início agradecendo a Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Apresento a contradição de ser uma estudiosa do Materialismo Histórico Dialético e crente na Santíssima Trindade. Crença que, como tudo na vida, é dialética. Questiono, problematizo, mas, sobretudo, sinto e agradeço.

Agradeço imensamente à minha família. Sempre tive o apoio de vocês em todos os projetos aos quais me propus, principalmente, aqueles relacionados aos estudos. Ao meu pai, Divino Adenaldo, que tem a personalidade que condiz com o nome e sempre teve o maior cuidado, paciência e amor comigo. À minha mãezinha Lucineide, com quem aprendo todos os dias sobre o ser humano que quero ser, que me ensinou a correr atrás dos meus sonhos e, nas tantas vezes que desesperei, me acalmou dizendo: “vou intensificar minhas orações por você”. Obrigada por me ensinar sobre ser forte, por se reconhecer em meus estudos, por me permitir aprender, mas também ensinar. É maravilhoso ser filha de vocês!

Às minhas irmãs, Flávia e Laura, companheiras, amorosas, cúmplices. Flávia, obrigada por trazer ao mundo a Elisa e me proporcionar a experiência com outra forma de amar. Laura, obrigada por compartilhar sua vida, seu amor, seus medos, suas reflexões e me dar espaço para falar um monte de coisas sem sentido, por cuidar de mim e me permitir cuidar de você. Amo vocês incondicionalmente.

Agradeço ao meu marido, companheiro, amigo, Paulo Henrique. Todo esse processo foi transformador em nossa vivência. Com todas as dificuldades, angústias e incertezas, você sempre escolheu me apoiar. Sou imensamente grata a tudo isso e grata ao nosso amor.

Não poderia deixar de agradecer à Fabiene, essa mulher para quem a vida é muito dura, atravessada pelas opressões de raça, classe e gênero. Você sempre me mostra como resistir e sorrir. Sem você esse trabalho não existiria e nem teria sentido. Você é meu exercício diário de dialogicidade, meu desafio de construir uma Educação Popular Feminista.

Agradeço aos docentes que fizeram parte da minha trajetória como mestranda, na Universidade de Brasília-UnB; em ordem cronológica: José Vieira, Maria Abádia, Clarisse Viana, Camila Potyara, Marcelo Húngaro, Ela Wiecko e Ana Paula Martins. Cada disciplina cursada foi de grande crescimento e transformação.

Ao meu orientador, Erlando da Silva Rêses, sou grata pelo acolhimento como sua orientanda, por topar a minha mudança de objeto de pesquisa faltando apenas três meses para a qualificação e me apoiar nas inúmeras vezes que tive que defender que este era um objeto de pesquisa que pertencia ao Materialismo Histórico Dialético. Aproveito para agradecer às pessoas tão queridas que pude conhecer a partir da orientação e ingresso no Grupo de Estudos e Pesquisas em Materialismo Histórico-Dialético e Educação (Consciência), da Faculdade de Educação da UnB, e no Pós-Populares, projeto de extensão que tanto admiro. Todos os encontros foram muito formativos e colaboraram com a construção desse trabalho.

Agradeço aos colegas de orientação: Amaral, Alisson, Cadija, Dimitri, Gilberto, Lara, Lenilda, Rayanne, Reinouds, Rosa, Wesley, Wallace e Toninho. Desde que entrei no grupo, recebi todo o apoio de vocês e descobri que esse processo, apesar de solitário em alguns momentos, só faz sentido se for coletivo. Obrigada pela receptividade, pelas partilhas, pelo companheirismo. Em especial, agradeço à Rosa por dividir sua história comigo e me permitir colaborar naquilo que podia; ao Reinouds pela oportunidade de uma escrita coletiva que foi acompanhada de diversas orientações e conselhos; à Rayanne pela abertura para compartilhar as sensações; ao Wallace pelo apoio na mudança de objeto de pesquisa; ao Dimitri pela partilha na elaboração das questões de partida e demais demandas do projeto e por ensinar que uma relação não burocratizada com o saber também é válida e muito mais interessante; ao Toninho por todas as ligações e piadinhas que eram sempre reconfortantes.

Os agradecimentos à Lenilda tomariam mais páginas do que essa dissertação alcançou. Admiro essa mulher que se reinventou tantas vezes e que me ensinou que eu preciso dar voz às ancestrais que gritam dentro de mim. Eu já te falo todo dia o quanto sou grata por nossos caminhos terem se cruzado. Já chegamos à conclusão de que nosso encontro vem de outras vidas. Obrigada pelo seu acolhimento, pelos seus abraços, pela comida acolhedora, pelas ligações imediatas nos momentos de desespero, por me apoiar em todas as decisões. Você me

fez ver que o mestrado não é só um trabalho acadêmico. Você foi o melhor presente que a UnB me deu.

Junto com Lenilda vieram Darliane, Lara e Maria. Jamais serei capaz de expressar tamanha gratidão por ter vocês na minha existência.

Sou grata também à cada uma das Promotoras Legais Populares da Turma Professora Milena, de Águas Lindas de Goiás, por me permitirem participar de suas vidas e me ensinarem tanto, transformando minha visão sobre a cidade, sobre ser mulher, sobre ser professora. Levo cada uma de vocês no meu coração.

Gratidão às facilitadoras que saíram do DF para construir o curso com a gente no Entorno. Clara, Maria Laura, Janaína e Talita, obrigada por aguentarem até o final, obrigada por toda receptividade e paciência comigo, que não sabia nada no começo, mas aprendi com todo o carinho de vocês. Agradeço também à facilitadora Andréa Cássia que também foi até o final, mas que estava em Águas Lindas e sempre auxiliou na resolução de todos os perrengues que surgiam entre uma oficina e outra.

Às cursistas-facilitadoras, Adrielle, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Carla, Erika, Flávia, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória e Raiza. Aprendemos juntas, nos transformamos juntas. Sem vocês nada teria acontecido. Às cursistas-facilitadoras-monitoras, obrigada por disporem de seus horários de almoço para me ajudarem a não me afundar na parte burocrática, trazerem o olhar da juventude e me ensinarem tanto sobre o tipo de professora que quero ser. Amo vocês!

Alice e Rosa Maria merecem um agradecimento especial. Rosa, tantas vezes me assustei com toda a sua potência, tantas vezes me reinventei através de suas lições. Você me trouxe lentes importantes para enxergar o Feminismo e a Educação Popular juntos, me tirando do pedestal da academia várias vezes. Mesmo eu sendo desse povo “melindroso do IFG”, você abriu sua casa e seu coração para mim. As PLPs em Águas Lindas só existem graças a você. Obrigada por me permitir fazer parte dessa história, por todas as cervejas que tomamos juntas, carregadas de aprendizagem e música de puta. Esses momentos valiam mais que qualquer disciplina. E Alice, agradeço por ter confiado a mim a coordenação de uma ideia que foi sua. Por mais que você estivesse de licença, esteve sempre presente, me auxiliando em todos os processos e me permitindo te transformar em minha amiga. Aprendi e aprendo demais com vocês duas. Sou muito grata por isso. A vocês, todo meu respeito, admiração e amor.

Agradeço às PLPs Libertárias de Jataí, por terem me acolhido depois de eu ter que me despedir das PLPs do DF e Entorno. Mesmo em uma pandemia, estando distantes, estreitamos os laços em nossos encontros, aos domingos, que se tornaram o respiro em meio ao caos.

Obrigada Angélica, Carla, Catharina, Emilly, Helga, Karolina, Izadora, Mariane, Renata e todas as libertárias que ainda não pude conhecer mais a fundo, mas que estou certa de que iremos, assim que a pandemia acabar, construir várias lutas juntas por uma sociedade anticlassista, antirracista e antimachista.

Agradeço aos colegas do IFG, mas principalmente aos amigos que fiz nessa instituição. Meus *amigowskis*: Paulinha, Dirceu, Ana Júlia, José Renato, Kelvia, Hélio, Ana Carulina, Herick, Karine, Thiago André, Thiago Rezende, Camila Roberta, Leandro, Camila Marques, Raphael Mathias, Silvia. Vocês eram a melhor parte de estar em Águas Lindas. Todos os nossos encontros sempre foram cheios de afeto e fizeram com que eu nunca me sentisse sozinha, mesmo estando tão longe de casa. Aos amigos que fiz no *Campus* Jataí, depois de retornar e que têm tornado a volta mais doce, Nicolás, Thiago, Jackson e Evaldo, amo cada um de vocês.

Lara Patrícia, Flávia e Maraísa também foram presentes de Águas Lindas, mas com vocês pude dividir o espaço da vida privada. Foi engrandecedor poder ter convivido com mulheres tão diferentes e tão grandiosas. Todas me apoiaram incondicionalmente nessa caminhada do mestrado. Lara, com toda alegria, irreverência e sinceridade, sempre disposta à ajudar ou à assistir qualquer filme aleatório no cinema ou Netflix, regados à pipoca e muitas risadas. Flávia, com quem morei por mais tempo, é a prova viva que Deus cuida de mim. Obrigada pelos cuidados comigo, seu companheirismo, apoio e amor; por dividir a vida com uma pessoa tão diametralmente oposta, mas que sua receptividade, amor e cuidado fizeram com que surgisse uma bela amizade. Maraísa, com quem passei o último semestre em Águas Lindas, quando Lara e Flávia saíram de licença maternidade. Era sempre maravilhoso conversar com você após as aulas, chorar juntas, cantar “Gratidão” para começar o dia. Muito obrigada minhas amadas amigas!

À querida Ana Júlia, minha conterrânea, mas também presente de Águas Lindas. Perceber que nossos diálogos em nossas viagens me ajudavam a fundamentar as teorias que eu estudava, me fez amadurecer grandemente na trajetória do mestrado.

Agradeço também ao amigo, filósofo, Pablo Henrique, com quem compartilhei o conhecimento de outra escala da existência e com quem pude dividir tantas angústias, viagens mentais e alegrias na construção de uma nova forma de conhecer. Gratidão!

Gratidão imensa às amigas de Jataí, com quem o diálogo é sempre festivo, cheio de amor e solidariedade. Agradeço “As Melhores”, Ana, Anne, Kamilla, Mônica e Paula por todos os diálogos tão divertidos, mas que, ao mesmo tempo, me permitiam elaborar meu objeto de pesquisa. Com vocês conseguia ver o lado prático do feminismo. Todo meu amor e gratidão à

Anne, por ter cedido, além de conselhos, seus desenhos tão maravilhosos, tornando dissertação um pouco mais leve e amorosa.

Um agradecimento especial à Kamilla e à Karine. Nós três entramos juntas no mestrado e pudemos partilhar essa trajetória que, em alguns momentos, foi tão sofrida. Sem vocês eu não teria chegado até aqui. Kamilla, obrigada por organizar o caos que é minha cabeça, compartilhar as angústias de ser mestrande e me fazer tentar quando surtava. Karine, agradeço por me fazer acreditar no que eu escrevia, iniciar todos os dias dessa fase final me animando e furar a quarentena para me trazer comidinhas afetuosas. Esse trabalho também é de vocês.

À Lanna e Rennika, agradeço por todo o cuidado durante esse período. Vocês, que já passaram pelo mestrado, fizeram questão de oferecer todo suporte possível, fosse com chocolates na caixa de correios ou com mensagens de esperança. Muito obrigada Lanna, minha amiga mais antiga, obrigada por dividir comigo todas as turbulências desse começo de ano, mesmo em meio a um furacão de emoções, você sempre se dispôs a me ajudar. Agradeço também à Maria Tereza, amiga de longa data que me apresentou a filosofia, sempre me mandando boas energias e me fazendo acreditar que conseguimos traçar novos caminhos.

Estou certa de que deixei pessoas importantes de fora, mas não significa não ser grata. Gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que hoje eu concluísse esse trabalho que é totalmente coletivo.

Gratidão! Gratidão! Gratidão!

*Eu levanto a minha voz,
não para que eu possa gritar,
mas para aqueles sem voz possam ser ouvidos*
(Malala Yousafzai)

**I Turma de Promotoras Legais Populares de Águas Lindas de Goiás – Turma
Professora Milena**



RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a análise da relação entre Educação Popular e feminismo, na formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), em Águas Lindas de Goiás, sendo desenvolvida por meio da coordenação da ação de extensão que implementou o curso na cidade. O projeto se propõe a formar mulheres para o combate à violência de gênero, bem como atuar em defesa de políticas públicas voltadas para mulheres. Atua principalmente em comunidades periféricas, onde se percebe forte ausência do Estado, e estabelece uma formação centrada na construção coletiva e na troca de saberes, buscando a emancipação das mulheres e não apenas a transmissão de saberes especializados já prontos. Estabelece-se, então, como proposição, que a Educação Popular tem um papel importante para as pautas feministas, uma vez que se dispõe a desconstruir padrões de comportamento, bem como reconhecer as opressões e superá-las. O percurso construído foi por meio da discussão sobre o feminismo na perspectiva marxista; a relação entre Educação Popular e o Feminismo e a construção de uma Educação Popular Feminista; um breve levantamento histórico sobre as PLPs no Brasil e a análise do estabelecimento da primeira turma de PLPs em Águas Lindas de Goiás, por meio de uma pesquisa-ação. Foi possível perceber que o curso é uma experiência transformadora, não só para as cursistas, mas para todas as envolvidas na construção coletiva do mesmo. O curso resultou em uma campanha de arrecadação de absorventes e itens de higiene pessoal para distribuição entre mulheres em maior condição de vulnerabilidade da cidade, além da construção coletiva de uma carta de reivindicações para as autoridades políticas do município supracitado. Também teve como resultado a formação de cinquenta e seis Promotoras Legais Populares, as quais serão multiplicadoras de conhecimentos da luta pelo fim da violência contra a mulher e pela construção de uma sociedade livre de opressão.

Palavras-chave: Feminismo; Educação Popular Feminista; Promotoras Legais Populares; Emancipação Feminina.

ABSTRACT

The current research aims to analyze the relation between popular education and feminism in the formation of Popular Legal Promoters (PLPs) in Águas Lindas de Goiás, being developed through the coordination of extension action which implemented the course in the city. The project aims to train women to combat gender violence, as well as to act in defense of public policies aimed at women. It takes action mainly in peripheral communities, where it is noticed strong absence of the State, and establishes a formation focused in the collective construction and exchange of knowledge, seeking the emancipation of women, their emancipation, and not only the transmission of ready-made expertise. So, it is established as a proposition that popular education has an important role for the feminist agendas, since it is willing to deconstruct behavior patterns as well as recognize oppressions and overcome them. The course built was through discussion of feminism from the Marxist perspective; the relation between Popular Education and Feminism and the construction of a Feminist Popular Education; a brief historical survey on PLPs in Brazil and the analysis of the establishment of the first class of PLPs in Águas Lindas de Goiás through action-research. It was possible to notice that the course is a life-changing experience, not only for the students, but for all those involved in its collective construction. The course resulted in a campaign to collect absorbents and personal hygiene items to be distributed among the most vulnerable women in the city, in addition to the collective construction of a letter of demands for the political authorities of Águas Lindas. It also resulted in the formation of 56 Popular Legal Promoters, who will be multipliers of knowledge in the fight to end violence against women and build a society free from oppression.

Keywords: Feminism; Popular Feminist Education; Popular Legal Promoters; Female Emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Sem título (aquarela sobre papel)	25
Ilustração 2	Sem título (aquarela sobre papel)	35
Ilustração 3	Sem título (aquarela sobre papel)	51
Ilustração 4	Sem título (aquarela sobre papel)	70
Ilustração 5	Sem título (aquarela sobre papel)	86
Ilustração 6	Sem título (aquarela sobre papel)	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Histórico da Atuação do Fórum de PLPs do DF	84
Figura 2	As cursistas-facilitadoras-monitoras	91
Figura 3	Primeira oficina	99
Figura 4	Segunda oficina: Dinâmica de Abertura	101
Figura 5	Segunda oficina: foto da turma com Ana Luzia	102
Figura 6	Terceira oficina: discussão em grupos	103
Figura 7	Terceira oficina: exposição dos grupos	104
Figura 8	Terceira oficina: exposição da Alice	105
Figura 9	Quarta oficina: elaboração do pacto de convivência	107
Figura 10	Quarta oficina: Diálogo com Jô	108
Figura 11	Quinta oficina: Exposição da DEAM	110
Figura 12	Quinta oficina: debate nos grupos	111
Figura 13	Sexta oficina: diálogo de Promotora para Promotoras	112
Figura 14	Sétima oficina: passo a passo da Lei Maria da Penha	114
Figura 15	Sétima oficina: turma com a psicóloga Larys	115
Figura 16	Oitava oficina. Debate nos grupos	116
Figura 17	Ação de Encerramento: arrecadações e montagem dos kits	117
Figura 18	Ação de Encerramento: debate para a construção da carta	119
Figura 19	Formatura. Discurso da oradora	120
Figura 20	Formatura: I Turma de Promotoras Legais Populares de Águas Lindas – Turma Professora Milena	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de formandas por turma (2005-2018)	82
Quadro 2	Organização das Oficinas e Temas	92
Quadro 3	Reuniões facilitadoras	94
Quadro 4	Comparação da proposição de oficinas	98
Quadro 5	O pacto de convivência	107
Quadro 6	Esboço da carta direcionada ao governo público de Águas Lindas	118
Quadro 7	Perfil das entrevistadas	130
Quadro 8	Dimensões e Categorias de Análise	131
Quadro 9	Concepções de Feminismo	132
Quadro 10	Machismo	134
Quadro 11	Educação Popular Feminista	141
Quadro 12	Importância do Curso	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE)
Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
Comitê Latino-Americano e Caribenho de Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM)
Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM)
Distrito Federal (DF)
Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Educação Jurídica Popular (EJP)
Educação Popular (EP)
Ensino Médio Integrado (EMI)
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)
Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal (FORUM EJA/DF)
Fórum de Promotoras Legais Populares do DF (FPLPs/DF)
Gerência de Ensino Pesquisa e Extensão (GEPEX)
Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA)
Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Instituto Federal de Goiás (IFG)
Institutos Federais (IFs)
Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer e outros (LGBTQ+)
Materialismo Histórico Dialético (MHD)
Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT)
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UnB)
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
Pró – Reitoria de Extensão (PROEX)
Programa de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM)
Promotoras Legais Populares (PLPs)
Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SECITEC)

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

União das Mulheres de São Paulo (UMSP)

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Universidade de Brasília (UnB)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

SUMÁRIO

MEMORIAL	19
INTRODUÇÃO	24
Contextualização e delimitação do problema de pesquisa	25
1 FEMINISMO E MARXISMO	
1.1 Um posicionamento teórico: interseccionalidade e feminismo marxista	35
1.2 Mulheres na opressão capitalista: uma análise do feminismo marxista sobre o trabalho reprodutivo	39
1.3 O feminismo e a superação do capitalismo: ruptura com os padrões do patriarcado	47
2 FEMINISMO E EDUCAÇÃO POPULAR	50
2.1 Breve histórico sobre a Educação Popular	51
2.2 Educação como prática libertadora: apontamentos sobre a pedagogia freireana	54
2.3 Diálogos entre Educação Popular e Feminismo	61
3 A INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E FEMINISMO: AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES	69
3.1 Um pouco sobre a história e os princípios das Promotoras Legais Populares no Brasil	70
3.2 As PLPs no Distrito Federal: extensão universitária popular	78
4 CURSO DE FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES EM ÁGUAS LINDAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO	85
4.1 O estabelecimento do curso: entre a teoria e a prática	87
4.2 As oficinas: mulheres em comunhão que buscam saber mais	97
5 A EDUCAÇÃO POPULAR, O FEMINISMO E AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES – TURMA PROFESSORA MILENA	123

5.1	As sujeitas da pesquisa: caracterização da Turma Professora Milena	125
5.2	Categorias a partir das percepções das mulheres que construíram as PLPs em Águas Lindas	129
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	170
	APÊNDICES	175
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	176
	APÊNDICE B – ENTREVISTA PARA AS CURSISTAS	178
	APÊNDICE C – ENTREVISTA PARA AS CURSISTAS-FACILITADORAS	179
	APÊNDICE D – ENTREVISTA PARA AS FACILITADORAS	180
	ANEXOS	181
	ANEXO A – FICHA DE INSCRIÇÃO	182

MEMORIAL

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas e
A vida reinventar*
(STRASSACAPA et al, 2016).

*A questão sobre escrever é que não sei se vou acabar me curando ou
me destruindo (KAUR, 2017, p. 156).*

Essa é a pesquisa de uma mulher, sobre mulheres e para mulheres. Todo o processo de escrita foi também um processo de análise sobre minha vida, das minhas ancestrais, das minhas amigas. É uma pesquisa cheia de amor e, comumente, na vida de tantas mulheres, cheia de dor também.

A escolha em tornar a formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) como meu objeto de pesquisa se deu a partir de um encantamento com o projeto que se estabeleceria no Instituto Federal de Goiás-Campus Águas Lindas de Goiás (IFG), no qual eu trabalhava e fui convidada a ser coordenadora da ação de extensão que materializaria a realização do curso.

Eu já estava cursando o segundo semestre do mestrado, que todas e todos sabemos ser tão corrido, e era uma entusiasta sobre a minha pesquisa acerca da formação integral nos Institutos Federais (IFs), porém, alguns sinais me fizeram mudar o rumo da pesquisa e, conseqüentemente, da minha vida.

As pessoas que me conhecem sabem que sou muito intensa e nem precisa ser uma amizade próxima, basta ser meu colega, me ver apresentar seminário em uma disciplina, por exemplo. Se eu me apaixonar pelo tema, me apaixono pelo processo de conseguir elaborá-lo. Assim, aconteceu ao longo do mestrado. Lembro-me dos seminários da disciplina *Pensamento Pedagógico Contemporâneo*, ainda no primeiro semestre, com a Professora Doutora Maria Abádia, em que apresentei, inicialmente, sobre Nísia Floresta, a primeira brasileira a defender a igualdade de ensino entre meninas e meninos; posteriormente, sobre Florestan Fernandes. Ao poder falar dessas duas pessoas, encantei-me, apaixonei e expressei felicidade.

O seminário sobre Nísia Floresta foi logo após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, e o resultado feria-me em tantos aspectos, mas principalmente no ser mulher. Falar sobre essa mulher que, no começo do século XIX, defendia que as mulheres tinham o direito de aprender conteúdos que não se limitassem ao trabalho doméstico, era

bastante simbólico. Foi muito forte e, ali, um primeiro sinal sobre qual tema eu tinha prazer, mas, sobretudo, um sentimento de dever em falar.

O segundo sinal aconteceu durante a realização do evento *Mulheres e Revolução*, na Semana Universitária, sob a coordenação do Professor Erlando. Fiquei o dia todo junto com Lenilda e Maria Carreiro, auxiliando na construção do evento e conversando sobre o tema. Num determinado momento, Lenilda perguntou-me: “qual é seu tema? Você tem uma fala ótima sobre o assunto!”. No entanto, meu tema ainda era o Ensino Médio Integrado (EMI). Nesse mesmo dia, fiz uma fala sobre os silenciamentos que enfrentamos, por sermos mulheres, nos espaços acadêmicos e foi a vez de Rosa dizer que sentiu que essa era “minha pegada”.

No *campus* Águas Lindas¹, todas as ações organizadas pelas alunas contra assédio, homofobia, dia da mulher, contaram com minha ajuda. Talvez tenha sido por isso que Raíza, Victória e Ana Carolina me pediram para orientá-las em uma pesquisa sobre o feminismo no *campus*. Não foi uma pesquisa financiada, nem fez parte do Programa de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), mas conseguimos realizar um levantamento sobre as diferenças das percepções sobre o feminismo no EMI integral, onde, majoritariamente, as/os estudantes são adolescentes, bem como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com uma maioria de estudantes mulheres e adultas. Os resultados foram apresentados na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SECITEC), de 2018. Juntamente com essas estudantes, também fizemos uma discussão sobre o feminismo negro e apresentamos no *Encontro de Culturas Negras*, em Uruaçu-Goiás. Entretanto, no mestrado, eu ainda continuava com o projeto sobre o EMI.

No começo de 2019, na abertura da disciplina *Pensamento Social e Educacional Latino Americano*, ministrada pelo professor Erlando Rêses, o professor Renato Hilário acompanhado de suas ex-orientandas de doutorado apresentaram suas pesquisas sob a ótica da pesquisa-ação. Foi muito apaixonante e, ao mesmo tempo, inquietante, pois me levou a fazer alguns questionamentos: para quem estou escrevendo? Qual propósito? A minha pesquisa será apenas mais um conjunto de dados no repositório da UnB ou pode se responsabilizar com a melhoria da vida de outras pessoas? Concomitantemente a essa aula, a ação de extensão denominada *Curso de Formação de Promotoras Legais Populares*, sob a minha coordenação, estava sendo aprovada nas instâncias do IFG.

Ao compartilhar essas angústias com Lenilda que, depois do evento, se tornou uma amiga, sua reação foi de incentivo à mudança, afirmando que eu tinha “uma discussão muito boa sobre feminismo” e que nosso orientador concordaria. Como tínhamos reunião coletiva de

¹ Gostaríamos de pontuar que, apesar do nome oficial da cidade ser Águas Lindas de Goiás, em alguns momentos, ao longo do texto, utilizaremos o topônimo comumente utilizado: Águas Lindas.

orientação no dia seguinte, pedi para que ela me acompanhasse para abordar sobre a possível mudança de tema, faltando três meses para a qualificação. A primeira reação foi de espanto, mas ao explicar a proposta, tendo o apoio de Lenilda, o professor Erlando topou essa empreitada.

Quando escutava minha amiga repetir que eu tinha uma discussão muito boa sobre feminismo, vinha-me a reflexão de que essa temática perpassava minha vivência. A primeira orientadora que tive, ainda na graduação, no curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal de Goiás-Regional Jataí (UFG), foi a estudiosa de gênero e política, no sudoeste goiano, Cláudia Graziela Ferreira Lemes. Sob sua orientação, proferi meu primeiro minicurso, intitulado *Por uma história da Mulher: a educação feminina em Goiás*. Porém, os caminhos acadêmicos levaram-me para outras temáticas, que me afastaram dos estudos de gênero. As condições materiais de vida não me permitiram dar continuidade aos estudos na pós-graduação, o que sempre foi meu sonho e, por muito tempo, me causou muita frustração.

O novo contato com essa discussão se deu quando ingressei, em 2015, em uma nova graduação na UFG. Dessa vez, no curso de Direito. Eu havia desistido de ser professora. A rotina extenuante da rede privada de ensino, somada à baixa remuneração, estava muito desgastante. É importante pontuar que todos os meus colegas homens tinham uma remuneração maior do que a minha, para realizar a mesma função, por isso a busca pela nova graduação. Era momento de “a vida reinventar”. Como o curso de Direito em Jataí era novo, existia uma linha de professores jovens que traziam uma perspectiva crítica do direito positivado. Um dos principais projetos de extensão, chamado *Libertárias*, discutia a relação entre gênero e capitalismo. Os debates propostos pelos participantes me encantavam. Assim, eu retomava as discussões de gênero, mas não como estudiosa, dessa vez, como ouvinte encantada.

Foi também, durante o curso de Direito, que me casei. Neste momento, me descobri uma feminista militante. Antes, apenas gostava da discussão e a compreendia, agora, vivenciava a realidade do patriarcado na vida privada. Mesmo que meu companheiro tenha uma disposição para aprender e repensar suas práticas, o espaço privado ainda é massacrante para as mulheres que se dispõem a ocupar os espaços públicos. Todas as reflexões sobre o trabalho reprodutivo se fizeram vivos na ordem prática da minha existência.

Em 2017, prestei o concurso para professora do quadro efetivo do IFG. Não havia cidade definida, um tiro no escuro. Juntamente com a prova didática, tive que fazer a defesa de um projeto. O curioso é que, até bem pouco tempo, não me lembrava desse projeto elaborado para o concurso, agora, de volta em meu cotidiano.

Com a ajuda dos professores do curso de Direito, elaborei um projeto de extensão que visava ensinar direitos humanos para comunidades periféricas. Isso era o que me movia enquanto estudante do curso de direito, achava todo o resto uma grande chatice. No fundo, eu sabia que gostava mesmo era da docência. O tema do projeto se casou com o tema sorteado para a prova didática, em que tive que falar do lugar e o papel do ensino de história nos tempos atuais. O bom desempenho resultou na minha aprovação e convocação para trabalhar no IFG-*campus* Águas Lindas.

Ir para Águas Lindas, em junho de 2017, significou uma série de transformações, mas sobretudo, era a oportunidade de voltar aos estudos acadêmicos, em uma pós-graduação, por estar próxima à UnB. Mais uma vez, queimava o mapa e a vida reinventava. Participei de dois processos seletivos e fui aprovada nos dois, escolhendo vir para o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação na UnB. Apesar de ter entrado com uma proposta de pesquisa sobre o EMI, novamente, permiti que os estudos de gênero entrassem na minha vida. Agradeço ao meu orientador por ter permitido essa mudança e estabelecido esse tema como pauta nas discussões do grupo de pesquisa Consciência.

A qualificação da pesquisa, em julho de 2019, foi a confirmação de que este era o caminho que eu deveria seguir. Devido às inúmeras contribuições que recebi da banca que, naquele momento, avaliou apenas o projeto, uma vez que havia mudado o objeto de pesquisa havia pouco tempo, firmei meus passos nesse caminho, o que resultou nessa dissertação.

Como já dito, foi um processo muito apaixonante e também muito dolorido. Apaixonei-me por cada mulher que se dispôs a participar do curso de PLPs, envolvi-me com suas histórias e lutas. Lembro-me com carinho de cada brilho nos olhos que presenciei. Doeu-me e ainda dói, quando tive que impedir algumas delas de participar da formatura por excesso de faltas, também me doeram e ainda doem os relatos de violência com os quais chorei junto.

Alice e eu, juntas, transformamos nossa forma de ver a docência. Conversamos e elaboramos tanto, trocamos mil áudios, nos permitimos nos elogiar e dividir o quanto era maravilhoso estar construindo esse curso. Piramos quando surgiu a ideia da carta às autoridades reivindicando direitos para as mulheres do município. Repetimos em todos os encontros que aquele era um espaço revolucionário. “Vejam a potência desse lugar”, toda vez que Alice falava isso, ao final das oficinas, meu coração enchia-se de alegria, porque era o que eu acreditava. Ao mesmo tempo, era muito doído quando uma oficina não acontecia da maneira como havíamos planejado. Passava semanas remoendo e pensando “será que dá para consertar?”. Até que chegava o dia de nova oficina e a vivência fazia toda a energia se renovar.

Todo o processo foi muito amoroso, mas também muito cansativo. Eu não estava apenas como uma observadora do curso, eu era a coordenadora do projeto, ao mesmo tempo, continuava na docência e seguia cursando as disciplinas do mestrado. Continuava também na estrada, a família a mais de quinhentos quilômetros de distância. Era necessário combinar todas essas esferas de modo que um sábado por mês eu estivesse com as PLPs que se formavam em Águas Lindas.

Apaixonei-me por toda a potência de Rosa Maria, essa senhora de 65 anos que batalhou até conseguir levar as PLPs para Águas Lindas. Ela ensinou-me muito mais sobre feminismo e sobre como o feminismo tem que ser do que qualquer docente com doutorado na UnB. Não é à toa que os *bambambans* do “Direito achado na rua” se ajoelham para ela. Rosa permitiu que eu dividisse a convivência com ela, ao longo desse quase um ano de curso, quando aprendi sobre o tipo de educadora que quero ser, tomando cerveja e comendo calabresa acebolada, na companhia dela.

O processo de conclusão do curso coincidiu com a possibilidade da volta para Jataí. Sem dúvidas a despedida foi a parte mais dolorosa. Como foi difícil pensar que eu não estaria presente na segunda turma de PLPs de Águas Lindas. Ao mesmo tempo que é maravilhosa a sensação de ter ajudado plantar a semente de uma revolução, educar mulheres a buscar serem mais, foi muito dolorido deixar esse curso para trás. Não conseguia ver cores nas cinzas e pensar em como me reinventar. Lenilda, nesses meus desabaços cheios de lágrimas, repetia: “você não erra ao escolher o amor”.

Escrevo essa dissertação longe de Águas Lindas, em meio a uma pandemia, com dificuldades de encontrar esperança. Todas as reflexões do trabalho são reflexões também sobre a minha vida. O trabalho reprodutivo cotidianamente desgastante; a opressão do patriarcado tão evidente em uma cidade do interior; a necessidade e o desejo de romper com as opressões fundantes do capitalismo e, sobretudo, a necessidade de saber falar sobre isso com as pessoas que me cercam, para que elas também queiram romper e serem livres. Isso me moveu a terminar essa dissertação.

Mais uma vez, o memorial é um desabaço. Dessa vez, um desabaço com a maturidade de quem realizou um percurso muito dolorido para hoje estar aqui, mas principalmente, um percurso muito amoroso.

INTRODUÇÃO

Se a igualdade de direitos se encontra no papel

Nossa luta é pra valer

Somos a metade do céu

(Versos da campanha Tem Que Valer nossos Direitos).



Fonte: Oliveira (2020)²

Contextualização e delimitação do problema de pesquisa

Se observarmos as conquistas que as mulheres alcançaram ao longo das últimas décadas, perceberemos que grandes foram os avanços femininos na melhoria de suas condições de sobrevivência. Algumas vezes, parece desnecessário dar continuidade às discussões relativas aos temas trazidos pelo feminismo, porém, para além das propagandas de televisão com

² Todos os desenhos que permeiam a abertura dos capítulos da dissertação foram feitos pela artista jataiense Anne Oliveira, que gentilmente os produziu e os cedeu para a composição deste trabalho. É possível conhecer mais da artista através de sua página no *Instagram* intitulada “@a.anne.oliveira”.

mulheres “empoderadas” e das candidatas aos cargos políticos, a realidade das mulheres, no Brasil, ainda é muito preocupante.

O Atlas da Violência de 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresenta que o número de homicídios contra mulheres atingiu a média de 13 assassinatos por dia em 2017, havendo um aumento de 30,7% no número de homicídios durante a década de 2007-2017 (IPEA, FBSP, 2019, p. 35).

Também, segundo o Atlas, Goiás é a quinta Unidade Federativa com o maior índice de violência contra a mulher, ao passo que o Distrito Federal (DF) tem a segunda menor taxa no país. É interessante analisar esses contrastes, ponderando que, geograficamente, o DF integra região metropolitana com o Estado de Goiás.

Considerando que a significativa maioria dos homicídios contra mulheres acontece dentro de suas residências e são cometidos justamente pelas pessoas com quem escolhem partilhar a vida privada, as pautas feministas ainda se mostram muito urgentes, uma vez que, dentro do mapa da violência, é possível observar que os papéis de gênero, estabelecidos por uma sociedade patriarcal, estão diretamente relacionados à maioria dos assassinatos em que as vítimas são mulheres. Isto é, as mulheres morrem por serem mulheres, por serem consideradas propriedades e devido ao não reconhecimento de sua autonomia.

Diante dessas estatísticas, ficaram os questionamentos: como a educação tem tratado isso? É possível pensar em uma educação que permita a formação de mulheres mais conscientes de sua condição de opressão, para que delas consigam se desvencilhar, bem como de homens que não reproduzam as mazelas do machismo? Para responder essa questão, é preciso levar em consideração que a violência contra a mulher é um problema, cujas raízes estão fincadas em aspectos históricos e culturais. É necessário também refletirmos sobre as práticas educacionais que, através da formação de mulheres e homens, continuam contribuindo para que as diversas formas de opressão sejam perpetuadas.

Partindo dessas reflexões iniciais, pudemos perceber que a análise da experiência das PLPs seria importante para aquelas/es que estão inseridas/os nos espaços de educação formal e não formal. Há mais de duas décadas, em 1993, o primeiro curso de formação de PLPs foi lançado no Rio Grande do Sul, pela Organização THEMIS-Gênero e Justiça. No ano seguinte, a União das Mulheres de São Paulo (UMSP) também iniciou a empreitada e, desde lá, já formou mais de 5 mil PLPs. Trata-se de um projeto que visa a realização da cidadania, propondo-se a promover autonomia e auto-organização das mulheres que trabalham para o fortalecimento de seus direitos e combatem as mais diversas formas de opressão estabelecidas no cotidiano. Dessa

forma, as PLPs se formam como lideranças comunitárias “que escutam, orientam, dão conselhos e auxiliam outras mulheres a ter acesso à justiça e aos serviços que devem ser procurados quando sofrem algum tipo de violação de seus direitos” (THEMIS, 2019).

A história das PLPs está vinculada à história do feminismo no Brasil, especialmente, nos anos finais da ditadura militar e do processo de elaboração da Constituição de 1988. Teles (2015), ao falar sobre a UMSP, afirma que, em virtude do movimento pela garantia dos direitos das mulheres na Constituinte e às conquistas alcançadas, foi necessário criar mecanismos para que as mulheres se apropriassem desses direitos e os fizessem valer na vida cotidiana.

Como a violência é aprendida, construída socialmente e tem como causa principal as desigualdades nas relações de poder entre mulheres e homens, entendemos que é possível aprender a viver sem violência, invertendo assim a lógica patriarcal de dominação, exploração e opressão que coloca as mulheres como seres submissos e inferiores (TELES, 2015, p. 47).

Assim, no final da década de 1980, desenvolveu-se e fortaleceu-se um forte movimento pela garantia de direitos das mulheres. Segundo Teles (2015), através da participação no *Seminário Latino-Americano e Caribenho sobre os Direitos das Mulheres*, realizado em 1992, na cidade de São Paulo, organizado pelo Comitê Latino-Americano e Caribenho de Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM), é que se teve o primeiro contato com o Projeto de PLPs que vinha acontecendo na Argentina, Peru, Bolívia, Chile e outros países latino-americanos. Desse modo, foram iniciadas as movimentações para que o projeto se estabelecesse, também, no Brasil, instalando-se, primeiro, no Rio Grande do Sul e, depois, em São Paulo.

De lá para cá, o projeto estendeu-se para várias Unidades Federativas e, em meados de 2004, começou a ser organizado no DF, através da iniciativa de estudantes do curso de Direito da UnB. De acordo com Livia Gimenes Fonseca, foi de fundamental importância para o estabelecimento do projeto, a parceria entre a ONG Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE); o Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT) que, naquele ano, criava a Promotoria de Defesa da Mulher, hoje, Núcleo de Gênero Pró-Mulher; o Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UnB) e o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE).

Um dos fatores determinantes e que justificou a criação do projeto em Águas Lindas de Goiás é o crescente número de vítimas de violência doméstica, aliado à dificuldade de acesso a informações essenciais para o combate a esse e outros tipos de violação aos Direitos Humanos. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2010, Águas Lindas é um dos municípios que mais cresce no Estado. Devido a este crescimento desordenado,

vêm os problemas sociais: o município é listado como um dos mais violentos, é também o que registra maior número de assassinatos de mulheres no estado de Goiás e, no Mapa da Violência de 2015 (WASELFSZ, 2015), figura como 124º município brasileiro no *ranking* de assassinato de mulheres.

Quanto à desigualdade econômica entre mulheres e homens, no referido município, de acordo com a PNAD (2010), o rendimento médio das mulheres era substancialmente inferior ao dos homens. Enquanto aquelas recebiam em média 654 reais, esses recebiam 964. A partir dessa análise, podemos inferir que a questão da desigualdade de gênero – um espelho da realidade brasileira como um todo – serve como pano de fundo para a questão da violência doméstica, muitas vezes, inscrita num quadro mais amplo de dependência econômica.

Somente em abril de 2010, uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) foi instalada em Águas Lindas e, desde então, as denúncias têm aumentado consideravelmente. No entanto, a taxa de homicídio de mulheres se manteve alta, mostrando que apenas os mecanismos de implementação de punições frente à violência não são suficientes. Mais uma vez, vale ressaltar a importância de pensarmos em educar para uma cultura sem violência.

Portanto, esse projeto (PLPs) propõe-se a compreender e intervir nessa realidade, apostando no potencial da Educação Popular (EP). Trata-se de um projeto de Educação Jurídica Popular (EJP), que busca ser um espaço de diálogo entre o conhecimento popular e acadêmico, com o objetivo de construir uma noção de direito que sirva à transformação dessa realidade de opressão. A EJP, baseada nos princípios da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, procura, na relação dos indivíduos com o mundo, a libertação dos mesmos da condição de *seres para o outro*, passando à condição de *seres para si*.

Tal processo é capaz de gerar o empoderamento, isto é, os indivíduos podem se descobrir dotados de um saber próprio, indispensável para a transformação de uma ordem normativa, a qual encontram-se submetidos enquanto cidadãs e cidadãos, mas que não veem suas realidades refletidas. Assim, o curso de PLPs, numa perspectiva de ação afirmativa em gênero, visa contemplar tais bases principiológicas, tendo o processo de emancipação das mulheres como meta a ser atingida.

A partir dessas reflexões, emergiu-se a questão de partida da presente pesquisa: **de que maneira a formação de PLPs, baseada na Educação Popular, influencia nas concepções sobre machismo, violência e feminismo, das mulheres que se dispõem a fazer o curso?**

Aqui, por vezes, devido ao envolvimento da pesquisadora que atuou, ao mesmo tempo, como extensionista e estudante de pós-graduação, é possível notar que os objetivos do curso e os objetivos dessa pesquisa mesclam-se. Além disso, defendemos que é possível realizar

práticas educativas emancipadoras que permitam transformar a realidade de mulheres periféricas e que passem a adotar uma postura de buscar pela emancipação de todos aqueles que vivem a opressão desse modo de sociabilidade.

O objeto de pesquisa trata-se de uma análise da relação entre Educação Popular e feminismo na formação de PLPs, em Águas Lindas de Goiás. Estabelecemos, como proposição, que a Educação Popular tem um papel importante para as pautas feministas, uma vez que pode auxiliar na desconstrução dos padrões de comportamento, bem como reconhecer as opressões e superá-las. Desse modo, a Educação Popular contribuiria com o feminismo para a superação do machismo.

O objetivo geral foi analisar, na proposta do curso de formação de PLPs, a relação entre Educação Popular e Feminismo, por meio da observação e intervenção nas conexões entre a pedagogia da autonomia freireana e a busca pela emancipação de mulheres de suas condições estruturais de opressão.

Entre os objetivos específicos, propomo-nos a: i) realizar uma discussão bibliográfica sobre o debate do feminismo dentro da vertente marxista; ii) analisar sobre como a Educação Popular, baseada em Paulo Freire, consegue dialogar de maneira mais próxima com as minorias, sendo de fundamental importância para pensar as pautas feministas; iii) buscar, através da compreensão das opressões específicas das mulheres inseridas na comunidade periférica de Águas Lindas de Goiás, as condições estruturantes do machismo, somadas à ausência de equipamentos de proteção eficientes do Estado, a partir da realização de entrevistas com as participantes do curso.

Quanto à metodologia, guiamo-nos por uma pesquisa-ação de viés marxista. Ao escolhermos analisar uma experiência de Educação Popular composta por mulheres que vivem em uma comunidade periférica e violenta, ter contato com a proposta metodológica da “pesquisa-ação”, não deixou margens para outro percurso metodológico, pois, além de se mostrar interessante na produção de conhecimento, propõe-se transformar a realidade investigada. Nesse sentido, o Materialismo Histórico Dialético (MHD) também se mostrou essencial, ao se compreender, aqui, que a relação estabelecida com o objeto de pesquisa não é externa ao processo e, como afirma Netto (2011), o sujeito pesquisador está implicado no objeto.

A escolha pelo MHD como metodologia vai além de um simples método de investigação, “trata-se de uma postura frente a realidade social; um movimento de superação e de transformação dessa mesma realidade” (RÊSES; SOUSA; SILVA, 2016, p. 29), elemento que dialoga de maneira fundamental com a proposta transformadora da pesquisa-ação.

Em sua obra *A Miséria da Filosofia*, Karl Marx (1983) elabora a categoria da *totalidade*. Essa categoria é fundamental para que se desenvolva uma metodologia, pois a análise de qualquer objeto não se desvincula do real. A *totalidade* é a forma de ser da realidade e a realidade é um complexo de complexos. É um todo articulado. Não há possibilidade de investigação da realidade que anule a totalidade.

Como a *totalidade* não é um simples somatório de partes, é um todo articulado, são as mediações que permitem que conheçamos como os complexos se articulam. É necessário *enriquecer de determinações* para que se conheça um objeto de estudo e que se possa chegar à essência desse objeto, tendo sempre em mente que tal essência é histórica e dialética. Para o MHD, o método são sucessivas aproximações do objeto.

Conforme Rêses (2015), o enfoque marxista tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, apreendê-lo através de suas contradições e relações, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam sua apreensão numa *totalidade*. Portanto, as condições históricas são fundamentais para o entendimento de qualquer objeto de estudo.

É importante ressaltar que o MHD, enquanto metodologia, faz sentido apenas se considerarmos que, na ordem burguesa, o momento predominante que articula o todo, o complexo de complexos, é a produção material da vida social. Para compreender quaisquer dos elementos intrincados na vivência dessas mulheres, que se propuseram se tornar ou formar PLPs, em Águas Lindas de Goiás, teremos que perpassar pelas condições econômicas em que estão inseridas, dentro de uma periferia do capital, uma vez que, conforme afirma Netto (2004, p. 107), “as instâncias constitutivas da sociedade se articulam numa totalidade concreta e são postas geneticamente pelo primado ontológico das relações econômicas”.

Conhecer as condições materiais de produção em que essas mulheres estão inseridas e, a partir da realização de uma pesquisa ativa, oferecer condições para que elas possam analisar, criticamente, essa realidade, permite que elas também possam construir elementos para transformá-la. Essa é a proposta da pesquisa que aqui se apresenta. Pressupomos que o MHD, a pedagogia do oprimido de Paulo Freire, juntamente à proposta da pesquisa-ação, faria um diálogo interessante e seria orientador dos percursos metodológicos adotados nesse trabalho.

A pesquisa-ação, desenvolvida por René Barbier e Michel Thiollent, de acordo com Sales (2018), visa promover a participação e a comunicação na busca pelas informações e dados necessários, sendo um prolongamento da pesquisa convencional. Nela, a/o pesquisadora/o não se distancia do objeto analisado, mas se envolve e se propõe a estabelecer determinada ação na vivência dos participantes da pesquisa. A esse respeito, afirma Thiollent (2011, p. 20):

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Compreendemos, no encalço do que afirma o autor que, para a proposta de pesquisa apresentada, outra metodologia orientadora seria contraditória. Se a base da formação de PLPs se dá na perspectiva elaborada por Paulo Freire, não faz sentido que a análise da realização do curso e suas propostas educacionais sejam vistas à distância. Mais do que isso, que haja a produção de conhecimentos a partir da realidade estudada, de modo que esse conhecimento seja utilizado para transformar as suas vivências. Desse modo,

[n]a pesquisa-ação marxista existem os seguintes pressupostos: que os pesquisadores e técnicos percebam o processo educativo como um objeto passível de pesquisa; percebam a natureza social e as consequências da reforma em curso e compreendam a pesquisa mesmo como uma atividade social e política, portanto ideológica (SALES, 2018, p. 32).

Não almejamos, aqui, alcançar a neutralidade do pesquisador clássico das ciências sociais. Mas, juntamente com o processo investigativo – que, em certos momentos exige afastamento e, em outros, aproximação – envolver-se com os sujeitos estudados em uma atividade transformadora. Nesse sentido, concordamos que são pesquisas em que “há uma ação deliberada de transformação da realidade; pesquisas que possuem duplo objetivo: transformar a realidade e produzir conhecimentos relativos a essas transformações” (HUGON, SEIBEL, 1988 *apud* BARBIER, 2007 p. 13).

Barbier (2007) define sua proposta de pesquisa-ação como existencial, pois exige uma nova postura do pesquisador, que se transforma juntamente com o processo investigativo. É pedagógica e política,

[...] serve à educação do homem cidadão preocupado em organizar a existência coletiva da cidade. Ela pertence por excelência a categoria da formação, quer dizer, a um processo de criação de formas simbólicas interiorizadas, estimulado pelo sentido do desenvolvimento do potencial humano (BARBIER, 2007, p. 19).

Um dos elementos fundamentais para pensar na pesquisa-ação de viés marxista é compreender que se trata de uma pesquisa coletiva e não se realiza sem que haja essa

compreensão. Conforme Sales (2018, p. 33) “ao contrário da pesquisa tradicional, que procura no espaço investigado os dados para desenvolver sua análise, a pesquisa-ação só é desenvolvida se for acolhida pelo grupo e desenvolvida de forma colaborativa”. Em contrapartida, Barbier (2007) alerta que a escolha pela pesquisa-ação como metodologia ainda não tem muita aceitação nos meios acadêmicos, e que os caminhos clássicos ainda são os mais seguros para o reconhecimento na tradicional comunidade científica. Conscientes desse desafio, ainda assim, optamos por esse percurso metodológico que foi desenvolvido, exclusivamente, com a participação de mulheres.

Dessa forma, realizamos entrevistas com as envolvidas no curso, organizando-as em três dimensões distintas: as *cursistas*, as *facilitadoras* e as *cursistas-facilitadoras*. Essa divisão tornou-se necessária, porque tivemos três contatos distintos com a experiência de formação de PLPs.

Cursistas são aquelas que, somente pelo conhecimento da oferta do curso, se matricularam, a fim de participarem e saírem formadas como PLPs; ao todo, sete foram entrevistadas. *Facilitadoras* são as PLPs que se dispuseram, uma vez ao mês, se deslocar até Águas Lindas, para mediar a realização do curso. O termo *facilitadora* vem da concepção dos círculos de cultura, em que as oficinas não são ministradas, mas facilitadas, ou seja, não seguem os padrões formais de cursos ou palestras. Das seis *facilitadoras* que estiveram à frente do curso, entrevistamos quatro. É interessante ressaltar que, inicialmente, onze mulheres estavam à frente da facilitação, no entanto, por motivações distintas, apenas essas ficaram até o final. Já as *cursistas-facilitadoras* são as servidoras e estudantes do IFG-Campus Águas Lindas, que se disponibilizaram para realizar o projeto na instituição. Essa é uma posição diferenciada, uma vez que todas estavam, ao mesmo tempo, se formando como PLPs e garantindo as condições logísticas e formativas da realização do curso. As *cursistas-facilitadoras* participam das reuniões de formação e de deliberação, da escolha dos temas e do modo como se realizaram as oficinas; compartilham de uma forma diferente o conhecimento desenvolvido no curso. Entrevistamos quatro *cursistas-facilitadoras*, dentre as quais, três são servidoras e uma é estudante do IFG.

Além das entrevistas, são registros que entremeiam a pesquisa: relatorias produzidas de cada oficina; relatorias das reuniões de organização das oficinas; avaliação do curso (realizada pelas cursistas no meio do processo); documento produzido, coletivamente, na ação final do curso; os registros fotográficos ao longo de todo o percurso. Ressaltamos que, como pesquisadora, exerci o duplo (ou triplo) papel de *cursista-facilitadora* e de pesquisadora.

A primeira fase, seguindo os pressupostos metodológicos sugeridos por Thiollent (2011), trata-se da fase exploratória. Através das relatorias redigidas pelas cursistas e de suas falas ao longo dos encontros, fizemos um levantamento dos problemas que são considerados prioritários e que podem ser orientadores de possíveis ações. Nos dois encontros iniciais, já foi possível fazer outro levantamento, através das falas e do preenchimento de uma ficha de inscrição mais detalhada, em que a temática da violência doméstica é recorrente e preocupante para as *cursistas*. Nesse momento, mais especificamente, na segunda oficina, firmamos a participação coletiva na pesquisa.

Após esse levantamento dos problemas, bem como da pactuação coletiva para a realização da pesquisa, estabelecemos, por meio de rodas-de-conversa, ao término de cada encontro, os principais objetivos a serem alcançados com a pesquisa. Isso orientou a ação que aconteceu no final curso, pois, a partir das rodas de conversa, pudemos apreender mais sobre as opressões vividas pelas mulheres e, coletivamente, construímos uma ação voltada para resolução de problemas relativos à saúde e à segurança das mulheres no município supracitado.

Desse modo, na elaboração das informações construídas ao longo da pesquisa – através das rodas de conversa, das relatorias, do diário de itinerância e, principalmente, das entrevistas – para a construção das categorias de análise da pesquisa, utilizamos a metodologia da Análise de Conteúdo, orientada por Bardin (2016).

FEMINISMO E MARXISMO

Por muito tempo na história, anônimo era uma mulher

(WOLF, 2014, p. 73)



Fonte: Oliveira (2020)

1.1. Um posicionamento teórico: interseccionalidade e feminismo marxista

Quando se tem a opção pelo MHD como norteador de uma pesquisa, a escolha de trabalhar a categoria de gênero é fruto de debates polêmicos. Porém, aqui, como Cardia (2017), encaramos a luta contra o machismo e o patriarcado de maneira indissociável à luta contra o capitalismo.

Esse é um trabalho que realizou um estudo dentro da categoria de gênero, sendo esse orientado pelo feminismo marxista. A preocupação na demarcação vem da compreensão de que nem todo estudo de gênero, necessariamente, é feminista. Considerando que gênero, de acordo com Scott (2019, p.67) “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, é possível a existência de trabalhos que abordem essa relação, sem, no entanto, buscar pelo fim da opressão às mulheres.

Ao analisar, historicamente, o feminismo, percebemos que o movimento sempre procurou por uma interlocução com os debates teóricos vigentes. Nos anos 1960 e 1970, a chamada segunda onda feminista iniciou seus debates tendo como interlocutor o marxismo. Contudo, é importante ressaltar que, anterior a esse período, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as discussões sobre os direitos das mulheres, inspiradas nas teorias marxistas, eram fortes e conseguiram ter avanços significativos nas primeiras décadas pós-revolução, por exemplo, as ideias de Alexandra Kolontai (1872-1952). Essa periodização da segunda onda feminista se relaciona com o feminismo europeu e estadunidense, bem como suas repercussões na América Latina. Porém sua utilização tem entrado em desuso, uma vez que o termo *onda* reme a ideia de um processo que vem em um momento e acaba, não levando em consideração as lutas anteriores e posteriores que se desenvolvem sobre a temática.

É importante que compreendamos os aspectos abordados pelas feministas desse contexto histórico. Nesse momento, ocorre uma ampliação na análise e na militância, trazendo questões que vão ao encontro das questões de gênero. Foi nesse contexto histórico que a busca pela interseccionalidade, dentro do movimento, estabeleceu-se, ou seja,

[f]ocando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa “interseccional” que é amplamente aceita hoje. As feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados, como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres. Dessa maneira, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também hierarquias de status e assimetrias do poder político. Com o benefício da visão retrospectiva, podemos dizer que elas substituíram a ideia monista e economicista de justiça por uma compreensão tridimensional mais ampla, que envolve economia, cultura e política (FRASER, 2019, p. 31-32).

O desenvolvimento de uma compreensão mais ampla e que abarca classe, raça, sexualidade e nacionalidade, permitiu, por conseguinte, a construção de um movimento mais plural e menos embranquecido. Permitiu, também, o entendimento de que a garantia dos espaços públicos estava associada a uma condição da vida privada que necessitava ser revisitada e discutida, assim como as estruturas políticas, econômicas e culturais. Ainda de acordo com Fraser (2019, p 32), as feministas da segunda onda assumiram um compromisso de transformação da totalidade social. Afirma a autora:

[a]pesar das diferenças, a maior parte das feministas da segunda onda – com a notável exceção das feministas liberais – concordava que superar a subordinação das mulheres requeria transformar radicalmente as estruturas

profundas da totalidade social. Esse compromisso comum para a transformação sistêmica coloca as origens do movimento em um amplo fermento emancipatório.

Por esta razão, adotamos, aqui, uma postura contrária ao feminismo liberal, que não se preocupa com a destruição das estruturas de exploração, mas apenas com a garantia da ocupação, por mulheres, de cargos de poder nas estruturas do capital. Esse feminismo, majoritariamente branco, não aprofunda a crítica a um sistema que se estrutura a partir da opressão de classe, raça e gênero.

A filósofa Djamila Ribeiro, no prefácio da obra de Akotirene (2019), explica que

[...] o termo interseccionalidade vem do feminismo negro e se propõe a abarcar as vivências e as intersecções das vivências, principalmente, das mulheres negras em uma sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia (RIBEIRO, 2019, p. 11).

Reconhece-se, aqui, as origens da perspectiva interseccional com a qual procuramos estabelecer diálogo ao longo desse trabalho. Ainda sobre o termo interseccionalidade, Akotirene (2019) explica que sua origem está na obra de Crenshaw (1989), sendo usado novamente, em 1991, para “descrever a localização interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural” (AKOTIRENE, 2019, p. 48). Ainda de acordo com a autora:

[d]esde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas *sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares* às mulheres negras [...] é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito moderno, discriminadas à dignidade humana e às leis antidiscriminação (AKOTIRENE, 2019, p. 48, grifos nossos).

Em uma realidade como a brasileira, caracterizada por uma estrutura colonial escravagista tão marcada, é necessário o desenvolvimento de uma compreensão que elucide as múltiplas condições de opressão sobrepostas sobre as mulheres negras. Akotirene (2019) alerta que não se trata apenas de um olhar relacionado às múltiplas identidades, mas que “a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019, p. 53) Um olhar interseccional permite compreender como as mulheres negras estão em uma posição de vulnerabilidade maior e como essa condição está relacionada à construção desse sistema de sociabilidade.

O reconhecimento de que existem opressões específicas para diferentes mulheres é fundamental para a ruptura de todas. A respeito disso, Lorde (2019, p. 240), escritora feminista, negra e lésbica, pontua:

[s]em dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana.

Considerando a realidade brasileira, pensar a partir de uma proposta interseccional significa estabelecer um diálogo mais próximo das mulheres que fizeram parte desse estudo. A forma de organização da resistência das mulheres negras dentro da lógica colonial é muito anterior a qualquer postulação acadêmica feminista e, por isso, muito tem a contribuir. Enegrecer o feminismo é a proposta de Carneiro (2019, p. 315), filósofa e ativista brasileira, ao defender que:

[e]sse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-se assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

Aqui, procuramos estabelecer diálogo com propostas feministas que estejam comprometidas não só com melhores posições para mulheres, mas com o combate ao racismo, ao capitalismo e ao classicismo, especialmente, nesse momento histórico que estamos vivenciando, em que se tornou ainda mais importante demarcar também uma luta contra o fascismo.

Partindo desse posicionamento, realizamos, agora, uma análise com enfoque na relação existente entre a opressão das mulheres e o desenvolvimento do capitalismo, procurando dialogar com as feministas marxistas.

1.2. Mulheres na opressão capitalista: uma análise do feminismo marxista sobre o trabalho reprodutivo

Uma proposta de feminismo antirracista, anticlassista, antifascista e antiliberal precisa dialogar com ideias que visem a total transformação desse modo de sociabilidade, que se estrutura no machismo, racismo, classismo e fascismo. De acordo com D'Atri (2011), a interlocução entre feminismo e marxismo se fez necessária devido à crença de que, se a proposta feminista almeja libertar as mulheres de toda a opressão, o diálogo com as correntes revolucionárias torna-se imprescindível, mesmo que se estabeleçam controvérsias entre as duas correntes.

No Brasil, no final da década de 1960, Heleieth Saffioti fez uma análise de viés marxista do papel da mulher na sociedade de classes, sendo uma das primeiras mulheres na América Latina a falar sobre a condição de opressão feminina na perspectiva da transformação social. Segundo Gonçalves (2011), Saffioti sempre atenta ao antagonismo de classe exacerbado pelo sistema capitalista, por isso, não fez coro com o reformismo do movimento feminista pequeno-burguês que se contentava meramente com as conquistas de direitos formais para as mulheres.

Entendemos, a partir de Saffioti (2011), que a questão da libertação feminina, na perspectiva marxista, vincula-se ao projeto de emancipação geral do gênero humano. A subsunção real dos trabalhadores, na ordem burguesa, onde coisas são personificadas e pessoas são coisificadas, retira-lhes sua humanidade, de forma que “[r]eificando-se a mulher, reifica-se também o homem, pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem necessidade de entrar em relação com o outro ser humano, perdeu toda sua humanidade” (SAFFIOTI, 2011, p. 85)

A condição da mulher na sociedade capitalista é de mero instrumento de produção e ela, assim como o homem, atingirá a verdadeira liberdade, se superada a ordem burguesa. Contudo, a análise de Saffioti (2011) vai além daquela proposta por Marx e Engels, ao perceber que a propriedade nem sempre está na base dos diferentes tipos de dominação existentes na sociedade. A problemática que se estabelece é que, por mais que a dominação de gênero não tenha necessariamente origem na propriedade, ela acaba por ser utilizada para garantia da opressão de classe. Isto é,

[o] domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente vinculado à estrutura econômica da sociedade, *acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico*. Os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que a estrutura de determinação genérica sexo opera como uma

cunha no processo de formação da consciência histórica dos homens e das mulheres na medida em que sofram ambos os efeitos da mística feminina (SAFFIOTI, 2011, p. 89, grifos nossos)

Desse modo, por mais que as origens do patriarcado sejam anteriores ao desenvolvimento do capitalismo, o modo de sociabilidade estabelecido pela ordem burguesa usufrui dos diferentes modos de dominação para facilitar a realização dos seus interesses. Dessa feita, concordamos que a

[...] sociedade capitalista, para manter sua dominação, beneficia-se do patriarcado, instituindo como pilar da exploração a divisão sexual do trabalho. Essa sociedade separa e hierarquiza a produção e a reprodução, explorando diferenciadamente as mulheres no mercado de trabalho (FERREIRA; COSTA; MAGALHÃES, 2015, p. 113).

Em sua obra *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*, publicada originalmente em 1969, tornando-se fundamental para o feminismo marxista brasileiro, Saffioti (2013) utiliza a atividade trabalho como fio condutor de análise do problema da mulher tal como ele se apresenta nas sociedades capitalistas. A autora mostra de que forma o capitalismo se utiliza das tradições para garantir a marginalização das mulheres e a manutenção do sistema produtivo competitivo.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva na construção de classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria *sexo feminino* que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quanto na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 66, grifos da autora).

Essa construção permite a divisão da classe trabalhadora e a intensificação da exploração, ao mesmo tempo em que se oculta a opressão sobre os corpos que se tornam unidades de produção de mais-valia. Esse é um processo longo e violento e que garante a perpetuação do sistema capitalista. Compreendemos, então, que a dominação das mulheres e a

estruturação de uma separação entre elas e os homens é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Ainda de acordo com a autora,

[a] dominação do homem sobre a mulher não mistifica a consciência masculina, levando o homem a assumir uma atitude contrária à integração social da mulher, beneficiando, assim, a persistência de um sistema de produção no qual o elemento feminino é, às vezes, insistentemente requisitado porque permite a apropriação de maior *quantum* de mais-valia ou porque há escassez de mão de obra masculina? Neste sentido, o domínio do masculino sobre as mulheres, não diretamente vinculado à estrutura econômica da sociedade, acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico. Os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que na estrutura de classes ocupam uma posição oposta à sua (SAFFIOTI, 2013, p. 123).

A própria concepção de família tem transformado-se de modo a atender aos interesses do capital. Essa transformação nos permite compreender que a opressão de gênero é historicamente construída e reflete as etapas do desenvolvimento das forças produtivas. Entendemos, aqui, que a opressão das mulheres e a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo foram fundamentais para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Para Toledo (2017), a opressão da mulher está diretamente ligada às condições materiais de vida. Essas, por sua vez, vinculam-se a um sistema de educação e cultura, dentro do modelo de sociedade burguesa, que reproduz a crença da inferioridade da mulher, naturalizada em função da sua capacidade de gerar filhos. Afirma a autora, que na

[...] sociedade burguesa em que vivemos, as mulheres são vistas como seres inferiores aos homens por natureza. Nasceram e são educadas para serem oprimidas, para saber o seu lugar no mundo, que é sempre, em qualquer âmbito, um lugar subalterno. São configuradas para aceitar essa condição como se fosse algo natural. Essa ideia, que a imensa maioria das mulheres aceita como verdadeira sem qualquer tipo de questionamento, assenta-se em nossa capacidade natural de gerar filhos, uma função maternal que serve para justificar a desigualdade entre os sexos e a posição degradante das mulheres na sociedade (TOLEDO, 2017, p.18).

A capacidade de gerar outro ser humano é um dos elementos centrais para pensar a condição das mulheres na sociedade capitalista. Em uma análise sobre a história do feminismo que se atenta à classe trabalhadora, Souza-Lobo (1991) explica que é entre as operárias e dentro da esquerda que ganha corpo a discussão sobre os direitos reprodutivos. Enquanto as feministas

liberais estavam preocupadas com a emancipação feminina, as feministas socialistas discutiam a sujeição de sua sexualidade à maternidade. Nas palavras da autora:

[d]esse processo emergiram simultaneamente novos temas, que nomeavam a condição feminina oprimida, e uma nova prática política, que punha em questão as relações do movimento com a política tradicional, com a política das esquerdas. Os novos temas – o direito ao aborto e à contracepção, a consciência da sexualidade, o trabalho doméstico, a educação mutilada, a cidadania de segunda classe, as profissões subalternas, a estética imposta, a participação política secundária formavam um campo onde se delineava o quadro da opressão da própria mulher, levando necessariamente a uma consciência crítica das formas tradicionais de organização hierárquica e de liderança dos movimentos políticos: estas excluía, ao reproduzir reiteradamente suas concepções de luta, uma prática política que se quer renovada (SOUZA-LOBO, 1991, p. 212).

É interessante, no trabalho da autora, além da crítica ao feminismo liberal, a denúncia ao tradicionalismo do movimento de trabalhadores que coloca as questões levantadas pelas mulheres como algo menor, desprezando e, até mesmo, condenando as pautas relacionadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos, reivindicando mulheres *femininas* que fossem companheiras em suas lutas, mas com suas próprias questões não. Essa é uma postura ainda perceptível em alguns setores da esquerda, que tomam as discussões de classe como superiores às demais pautas. Porém, estabelece-se, aqui, uma reflexão sobre a relação entre o controle reprodutivo, a opressão sofrida pela classe trabalhadora e o desenvolvimento do capitalismo.

O controle do corpo feminino, através da crença de uma inferioridade que foi naturalizada, é na verdade o controle da reprodução. Nessa perspectiva, torna-se fundamental o debate sobre a obra de Federici (2017), *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e a acumulação primitiva*. A filósofa estrutura, por meio de ampla análise documental, a tese de que o domínio do corpo feminino e a invisibilização do trabalho reprodutivo foram peças fundantes para o desenvolvimento do capitalismo, bem como a acumulação primitiva. A caça às bruxas, ocorrida entre os séculos XV e XVII, foi tão importante para o capitalismo quanto à colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras.

Federici (2017) analisa com riqueza de detalhes os séculos que caracterizam a decadência do feudalismo, a perda dos direitos consuetudinários dos camponeses e o desenvolvimento do trabalho assalariado. Todo esse processo ficou caracterizado por extrema violência e pela construção de mecanismos de controle dos corpos para a exploração do trabalho. Para a autora, a grande caça às bruxas – essa campanha terrorista que vinculava Igreja Católica e os Estados Nacionais nascentes – além de ter sido um elemento central para o

desenvolvimento da acumulação primitiva, uma vez que permite “a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais” (FEDERICI, 2017, p. 118), foi também um marco no controle dos corpos femininos. Ao falar sobre a formação e acumulação de um proletariado mundial, afirma Federici (2017, p. 119, grifos nossos):

[e]ste processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a *sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho*. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das ‘bruxas’.

Dito de outra forma, as mulheres são confinadas ao trabalho reprodutivo. Para a autora, esse é um elemento central na compreensão do desenvolvimento do capitalismo, pois ocorre um longo processo de destruição das sociabilidades e sexualidades socialmente construídas no medievo; de empobrecimento e criminalização da classe trabalhadora, afim de criar uma força de trabalho mais disciplinada, individualizada e que tivesse o trabalho como centro de suas vidas. O Estado, em seu processo de estruturação como Estado Moderno, se torna o garantidor da manutenção da hierarquia de classes, ao mesmo tempo que estabelece códigos legais destinados ao castigo de mulheres que eram consideradas culpadas por crimes reprodutivos.

Nas palavras de Federici (2017), entre os séculos XVI e XVII, em uma grave crise demográfica, empreende-se uma “verdadeira guerra contra as mulheres”, em um esforço para o aumento da população. Desse modo, demoniza-se qualquer forma de controle de natalidade, de sexualidade não procriativa e qualquer tipo de controle que as mulheres exerciam na hora do parto. O útero se torna um “território político” sobre o qual não há mais o controle feminino e servindo para a acumulação capitalista. A partir dessa análise, entendemos que a reprodução é uma atividade historicamente determinada.

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a *escravização das mulheres à procriação*. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlado pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço a acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 178, grifos nossos).

As mulheres são colocadas contra o seu próprio corpo somado a um processo de redução a não trabalhadoras. Todo o trabalho desenvolvido por mulheres não era considerado trabalho produtivo, a não ser que fosse feito por um homem. A desvalorização do trabalho feminino e a

classificação de suas atividades como domésticas, conduziu-as à impossibilidade de se sustentarem sozinhas, fazendo do casamento uma necessidade de sobrevivência, já que a prostituição também estava em processo de criminalização.

Dessa forma, com o apoio do Estado, as mulheres são fixadas no trabalho reprodutivo, em que a “[...] discriminação das mulheres como mão-de-obra não remunerada está diretamente ligada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar” (FEDERICI, 2017, p. 188). Aquelas que se recusavam a esse papel eram difamadas como “putas” ou “bruxas”. Esse processo garantiu a utilização do trabalho mal remunerado das mulheres na “indústria artesanal doméstica”. Nesse ínterim, as mulheres vão ocupando o lugar da terra perdida pelos camponeses, ao longo do processo de cercamento, por serem compreendidas como recurso natural, ou seja,

Na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como *não trabalho*, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. Essa foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a ‘apropriação primitiva’ dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens (FEDERICI, 2017, p. 191).

A partir dessa reflexão, é possível dizer que acumulação primitiva de capital começa com a acumulação do trabalho feminino, pois a família se torna a instituição mais importante para que o trabalho das mulheres seja acumulado e invisibilizado, correlacionado ao papel de uma boa mãe e de uma boa esposa. Em um contexto em que o poder masculino era reforçado, os homens detinham o poder de vida e de morte sobre os corpos femininos, uma vez que podiam destruí-las com um simples boato sobre sua honra.

Com o estabelecimento daquilo que seriam vícios ou virtudes de uma mulher, as mulheres experimentaram sucessivas perdas de direitos, bem como a construção de um imaginário que as colocava como seres inferiores.

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atroz e humilhantes a que muitas delas foram submetidas, deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em sem senso de possibilidades. De todos os pontos de vista – social, econômico, cultural, político -, a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres; foi equivalente à derrota histórica a que alude Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do*

Estado (1884) como causa do desmoronamento do mundo matriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo (FEDERICI, 2017, p. 203-205).

A figura da bruxa contrasta com a da esposa ideal. A bruxa é a mulher independente, que se revoltou para garantir a comida dos filhos durante a *Grande Fome*, caçou para ter novamente carne na mesa, dominava as técnicas de contracepção, como também as de realização do parto. A boa esposa é aquela que naturaliza a maternidade como se fosse um instinto, que não sente prazer sexual, é passiva e obediente.

Toda essa construção, de acordo com Federici (2017), fez com que as mulheres fossem confinadas ao trabalho reprodutivo (antes reconhecido como trabalho) que, por não ser uma atividade geradora de valor, passa a ser tratado como vocação natural. Entretanto, é justamente a reprodução que garante a continuidade do trabalho produtivo, gerador de valor. Esse processo de desvalorização leva à desvalorização de seu produto: a própria força de trabalho. Compreender tudo isso nos permite enxergar que as pautas das mulheres não são menores no movimento de trabalhadoras e trabalhadores, pelo contrário, são fundamentais.

Complementar à análise feita por Federici (2017), está o estudo da cientista política brasileira Biroli (2018), que compreende que as desigualdades estabelecidas entre mulheres e homens afetam o desenvolvimento de uma democracia plena. Sobre a distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo, a estudiosa afirma:

[o] fato de a industrialização ter transferido parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas não restringiu a casa o espaço *reprodutivo*. A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, como *produtivo e não remunerado* seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema (BIROLI, 2018, p. 28, grifos da autora).

Refletir sobre o trabalho reprodutivo e de que maneira está associado à condição de opressão das mulheres, dentro da sociedade capitalista, é uma das principais bandeiras do feminismo marxista. Também é necessário compreender que a divisão sexual do trabalho afeta a participação das mulheres na vida política e na ruptura de relações violentas. De acordo com a autora:

[a] divisão sexual do trabalho apresenta-se como variável específica (ainda que não independente), determinante para a compreensão de como se organizam as hierarquias de gênero. Ela está presente, também na composição dos outros fatores mencionados, ainda que as conexões não se estabeleçam sempre numa mesma direção, em que a primeira pudesse ser tomada como fundamento das demais ou como causalidade direta. Tomemos como exemplo a violência doméstica: os obstáculos para que as mulheres deixem relacionamentos e lares violentos tem como componente importante, embora não exclusivo, o fato de que, em virtude dos padrões sociais expostos anteriormente, sua posição relativa implica condições materiais e cotidianas desvantajosas e de maior vulnerabilidade em relação aos homens, sobretudo quando têm filhos pequenos (BIROLI, 2018, p. 44).

A defesa de que o trabalho doméstico deve ser remunerado, bem como a reorganização dos espaços privados e públicos, são pautas que precisam ser levadas em consideração dentro dos movimentos sociais. Noutro trabalho, Federici (2019) reforça que essa é uma discussão do âmbito do trabalho e cita um exemplo de movimento social brasileiro que repensa essas questões:

[e]stá esculpido profundamente em nossa consciência coletiva que as mulheres são bens comuns dos homens, uma fonte natural de riquezas e serviços a serem livremente apropriados por eles como o capitalismo se apropriou das riquezas da natureza. Mas, parafraseando Dolores Hayden, a reorganização do trabalho reprodutivo, e conseqüentemente a reorganização dos espaços doméstico e público, não é uma questão identitária; *ela é uma questão de trabalho* e, ainda, uma questão de poder e segurança. Eu me lembro da experiência de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) brasileiro que, depois que sua comunidade ganhou o direito de continuar com as terras que haviam ocupado, insistiram que as novas casas fossem construídas de maneira combinada, para que o trabalho doméstico que era realizado ali continuasse sendo comunal – lavar roupas juntas, cozinhar juntas, dividir o trabalho com os homens, como fizeram ao longo da luta pela terra, para assim estarem prontas para socorrerem umas às outras no caso de abusos por parte desses homens (FEDERICI, 2019, p. 391, grifos nossos).

Para a autora, o processo de coletivização do trabalho doméstico e reprodutivo deve ser feito pelas mulheres, em respeito às suas experiências coletivas de luta e construção de conhecimento sobre essa forma de trabalho, cuja história está diretamente vinculada à uma resistência ao capitalismo, e não à naturalização na forma de vocação feminina. Conhecer essa história é fundamental para mulheres e homens na criação de um novo modelo de sociabilidade.

1.3. O feminismo e a superação do capitalismo: ruptura com os padrões do patriarcado

A feminista estadunidense bell hooks³ (2013) ao defender a teoria feminista como prática libertadora, afirma que os movimentos de libertação, sejam eles feministas revolucionários ou pela libertação dos negros, precisam reivindicar continuamente a teoria como uma prática fundamental dentro de uma estrutura holística de ativismo libertador. É de fundamental importância criar uma teoria capaz de promover movimentos feministas renovados e destacar, principalmente, as teorias que intensificam a oposição entre feminismo e sexismo à opressão sexista. A autora defende a necessidade do desenvolvimento de uma teoria engajada em uma práxis revolucionária que se comprometa com as massas. Para a autora:

[n]o patriarcado capitalista da supremacia branca, já assistimos à mercantilização do pensamento feminista (assim como assistimos à mercantilização da negritude) de um jeito tal que dá impressão de que alguém pode participar do “bem” que esses movimentos produzem sem ter de se comprometer com uma política e uma prática transformadoras. Nesta cultura capitalista, o feminismo e a teoria feminista rapidamente se transformaram numa mercadoria que só os privilegiados podem comprar. Esse processo de mercantilização é perturbado e subvertido quando, na qualidade de ativistas feministas, afirmamos nosso compromisso com um movimento feminista politizado e revolucionário que tem como objetivo central a transformação da sociedade (HOOKS, 2013, p. 98).

Mais uma vez, reafirmamos a proposta de uma análise de gênero que seja também comprometida com a superação da sociedade capitalista.

Wood (2003) elabora que a opressão de gênero no capitalismo não é mais importante ou mais crucial que a opressão de classe, bem como a opressão de raça. Todas convergem em lutas nas esferas extraeconômicas, e podem ser superadas sem necessariamente desmontar o sistema capitalista. Porém, terão pouca probabilidade de saírem vitoriosas se se mantiverem isoladas da luta anticapitalista. Para a autora,

[e]mbora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem *status* privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres – embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. Isso não quer dizer que o capitalismo tenha passado a considerar a liberação das mulheres necessária ou inevitável. Mas significa que não há necessidade estrutural

³ A grafia do nome com letras iniciais minúsculas é uma escolha da autora que afirma que é mais importante o conteúdo que ela escreve do que o nome de quem escreve. Seu nome é Glória Jean Watkins, porém, homenageia sua avó e sua mãe com o nome bell hooks, que pra ela é sua voz de escritora.

específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela (WOOD, 2003, p. 232).

Wood (2003) afirma também que as condições que se estabelecem no capitalismo para a dominação masculina já não são tão favoráveis quanto nas sociedades pré-capitalistas. É evidente que no capitalismo as mulheres conseguiram conquistar direitos inimagináveis nas sociedades precedentes. Porém, a luta e as conquistas das mulheres, para uma igualdade minimamente formal, podem ser atribuídas à desvalorização generalizada dos bens políticos, permitindo aos grupos dominantes serem menos discriminatórios com a sua distribuição. Além disso, o capital não vai necessitar mais da figura masculina para mediar as relações, “o capital luta por relações diretas e não mediadas por *indivíduos*, homens ou mulheres, que do ponto de vista do capital, assumem a identidade abstrata do trabalho” (WOOD, 2003, p. 239).

Por mais que aqui concordemos com as observações de Wood (2003), não podemos deixar de constatar que, quando o capital, ao mediar suas relações com os sujeitos, através da identidade abstrata do trabalho, sem considerar mulheres ou homens, estes vão buscar a manutenção dos antigos padrões de comportamento, o que vai significar a imposição de obstáculos para a emancipação feminina dentro da ordem burguesa. Concordando mais uma vez com Saffioti (2013, p. 128), podemos afirmar que

[s]eria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. A realização histórica de sociedades de economia coletiva tem mostrado que, embora a emancipação econômica da mulher seja condição *sine qua non* de sua total libertação, não constitui, em si mesma, esta libertação integral.

Nesse ponto, corroboramos, sob certos aspectos, com a proposta do feminismo radical que, de acordo com Assunção (2017), compreende que a substituição da sociedade capitalista por uma nova sociedade, a socialista, não significaria a emancipação, se não houvesse uma revolução cultural que pusesse fim às estruturas do patriarcado.

Dessa controvérsia dos diálogos entre feminismo e marxismo desde a década de 1970 vem uma conclusão, em primeiro lugar, de que, para acabar com tanta injustiça e tanta desigualdade, é necessária uma revolução social. Não é possível exigir igualdade em um sistema que pela raiz é baseado na desigualdade, na dominação de um sobre o outro, de uma classe sobre outra. Isso é uma conclusão. *Mas fica uma pergunta que é um dos debates fundamentais do feminismo e marxismo que é se essa revolução social é capaz de emancipar as mulheres.* Ou seja, se destruindo o sistema capitalista com uma revolução que desenvolva outra sociedade é possível libertar as mulheres.

Essa é a pergunta das perguntas entre marxismo e feminismo (ASSUNÇÃO, 2017, p. 20-21, grifos nossos).

Com esses questionamentos, estamos longe de querer pensar na emancipação feminina isolada da emancipação da humanidade como um todo. O debate torna-se complexo, uma vez que as lutas feministas conquistaram direitos importantes para as mulheres, mas não foram capazes de superar as instituições patriarcais e a sociedade baseada na opressão. Faz-se urgente pensar em uma revolução que irrompa com as desigualdades pela raiz, mas que leve adiante as demandas dos setores historicamente oprimidos, como mulheres, negros e LGBTQIA+.

Seguindo o ponto de vista de Toledo (2017), defendemos que, apesar das opressões construídas historicamente contra as mulheres, também se perpetuam, ao longo da história, suas formas de resistência e o desejo pela superação de todas as vidas que cerceiam sua liberdade.

A opressão da mulher é algo historicamente condicionado pelo seu tempo e reflete o estágio em que se encontra a humanidade, o desenvolvimento de suas forças produtivas, a capacidade humana de suprir as necessidades sociais, o seu avanço ou atraso cultural, o estágio das ciências, da filosofia e, claro, das ideologias predominantes. Apesar de todas essas transformações, de todos esses saltos, o processo histórico mostra que tem também um elo de continuidade, algo que perdura, uma característica humana que dificilmente pode ser destruída, e essa característica é a capacidade das mulheres (dos seres humanos, enfim) para superar a opressão e enfrentar tudo aquilo que as ameaça (TOLEDO, 2017, p. 17).

Dessa maneira, para pensar em formas de enfrentamento e a construção de uma revolução, afirma Assunção (2017) que é necessário enfrentar a violência e a opressão dentro da própria classe trabalhadora, uma vez que isso é incentivado pela classe dominante, no intuito de que as divisões permaneçam. Por isso, o capitalismo, enquanto sistema econômico e social, encontra-se ligado ao racismo e ao sexismo.

Partindo dessa reflexão, torna-se perceptível que para superar o opressor, sem reproduzir as formas de opressão anteriores, é necessário, primeiramente, reconhecer-se na condição de oprimido. Portanto, em nossas análises, foi fundamental ocuparmo-nos da proposta educacional defendida por Freire (2016), a fim de compreendermos como suas ideias se fazem importantes para o movimento feminista.

FEMINISMO E EDUCAÇÃO POPULAR

Nossa ênfase precisa ser uma transformação cultural: destruir o dualismo, erradicar os sistemas de dominação. Nossa luta será gradual e prolongada (HOOKS, 2019, p. 194).



Fonte: Oliveira (2020)

Pretendemos, neste momento, compreender como as perspectivas desenvolvidas pela Educação Popular são fundamentais para pensarmos em um feminismo que, de fato, transforme a vida das mulheres, principalmente, daquelas que historicamente foram afastadas dos espaços formais de educação. Fizemos um breve histórico sobre a EP no Brasil e as contribuições de Paulo Freire para essa forma de ensino, bem como os diálogos possíveis entre esses dois movimentos. Defendemos, portanto, que a junção de ambos na construção de uma Educação Popular Feminista seria um caminho muito interessante e revolucionário.

2.1. Breve histórico sobre a Educação Popular

A Educação Popular (EP) é um movimento que deve ser compreendido, na América Latina do século XX, no contexto de regimes populistas e ditatoriais que se instalaram nos países com a herança caudilhista. No Brasil, são elementos históricos fundamentais: o período

populista-desenvolvimentista de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e a Ditadura Militar (1964-1985). Tavares (2017, p. 97) apresenta os seguintes elementos para compreendermos a conjuntura em que a EP se desenvolve:

[...] são evidentes alguns impulsos políticos que vão constituir o tecido social e histórico do final dos anos 1950 e início dos 1960, a saber: a Revolução Cubana e a convocação do Concílio do Vaticano II da Igreja Católica (1959), isso externamente, e, nos limites brasileiros, a chegada do grupo industrial à condição de elemento hegemônico do sistema nacional do poder, na década de 1960, como ensina Celso Furtado; o surgimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião (1958); o crescimento político da área sindical urbana e do movimento estudantil com o CGT, o PUA e a UNE; a longa discussão da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que serviu de tribuna para a luta de defesa da escola pública; a organização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (1959) e a Frente do Recife (1958) aliando comunistas, socialistas, liberais e católicos de esquerda na eleição de Arraes para a Prefeitura da capital de Pernambuco e servindo de estímulo para a eleição de Djalma Maranhão para a prefeitura de Natal (1960).

Complementar à historicização *ad supra*, está a de Paludo (2005), que contextualiza a formação dos Campos Populares como movimentos contra hegemônicos influenciados também pelos: Documentos de Medellín, frutos da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968); Teologia da Libertação; Revolução Nicaraguense (1979); Teoria do Desenvolvimento e a Teoria da Dependência; Revolução Soviética (1917) e Chinesa (1949), além das teorias marxistas que, segundo a autora,

[...] animavam o fortalecimento da sociedade civil latino-americana e, no seu interior, um forte movimento, no sentido da construção da organização popular autônoma, com consciência de classe e imbuída do desejo de construção do ‘poder popular’ (PALUDO, 2005, p. 47).

A proposta freireana, que serviu de base para a EP, foi vista como nociva e duramente perseguida, sendo considerada uma tentativa de bolchevizar o Brasil. No entanto, mesmo com as repressões estabelecidas pela Ditadura Militar (1964-1985), diversos movimentos favoráveis à EP se desenvolveram, no Brasil, vinculados aos movimentos sociais e entidades religiosas.

Trata-se, então, de um período de grande efervescência política dentro dos campos sociais e democráticos. Esses movimentos corroboraram, de acordo com Tavares (2017), para o desenvolvimento de “uma pedagogia e teoria de ação social”. A EP se desenvolveu vinculando o movimento popular a princípios políticos, epistêmicos e pedagógicos, ou seja, encontra-se diretamente relacionada a um momento em que os espaços políticos estavam abertos à discussão sobre a educação, mas que sofrem um ataque devido ao começo da Ditadura

Militar no Brasil, em 1964, porém, ao invés do movimento ser encerrado, tornou-se parte da resistência.

A respeito da conjuntura em que a EP se desenvolveu e do seu vínculo com os movimentos sociais, afirma Paludo (2015, p. 226):

[o] “Movimento de Educação Popular” se fez no interior desse processo, na direção da construção de fazer do povo expressão política de si mesmo, por meio de organizações populares autônomas, imbuídas do desejo de construir o “poder popular”. Enquanto Movimento, a EP cumpriu um forte papel de ação cultural no interior do campo e para além dele, constituindo-se em mediação entre a realidade objetiva e o projeto de futuro em construção. Por meio dele, articulado aos processos de luta e resistência, ia-se recompondo a representação do real enquanto totalidade, superando a fragmentação, na direção de uma concepção “ético-política”.

Através dessas pontuações da autora, é possível notar que a EP já nasce sendo parte de um compromisso de luta e resistência. Esse movimento faz parte de um outro movimento social mais amplo de compreensão da realidade de opressão e de resistência, que permitia criticar os mecanismos formais de educação como reprodutores das desigualdades vivenciadas na sociedade. Não se trata de um movimento homogêneo, pois, da mesma forma que sua constituição tem como base vários acontecimentos históricos distintos, também se organizou em diferentes vertentes.

Esses campos, como fica evidente nas leituras, não eram homogêneos, dividiam-se em diferentes correntes que, não raro, conflitavam entre si e agregavam parcelas significativas das classes populares, intelectuais comprometidos, militantes, ativistas, personalidades e estruturas de mediações, como as diversas organizações das Igrejas, as organizações dos trabalhadores, os diversos movimentos populares, os partidos políticos e, também, o que se caracterizou como Centros de Educação Popular, que mais tarde, em meados da década de 1990, passaram a se chamar de ONGs (Organizações não Governamentais). Estas desempenharam e ainda desempenham, um papel significativo no que se denominou de “Movimento de Educação Popular” (PALUDO, 2005, p. 47).

Todo esse movimento permitiu uma reflexão profunda sobre os propósitos de uma educação que se estrutura na transformação da vida dos sujeitos que nela se envolvem, para a construção de uma nova forma de sociabilidade. O projeto emancipatório da EP ainda se mantém vivo, mesmo diante da hegemonia do projeto neoliberal, que se estrutura ao final das ditaduras e se consolida nos anos 1990, sendo impactante para o movimento. Vale ressaltar, que a EP se constitui, ao mesmo tempo, como prática e como teoria.

Como prática, a Educação Popular é vinculada ao ato de educar, a uma multiplicidade de ações ou práticas educativas plurais, com diferentes características e bastante diversas, orientadas, entretanto, por uma intencionalidade transformadora. Como teoria, a Educação Popular é resgatada como uma pedagogia, como uma Teoria da Educação, que está sempre em processo de revisão e (re) elaboração e que se alimenta da reflexão sobre o ato de educar visando (re) orientá-lo (PALUDO, 2005, p. 58).

Nos anos 1980, os movimentos de libertação nacional na América Latina, como a Revolução Sandinista (1979), fortalecem o movimento pela EP. Nas décadas seguintes, “[...] vive-se a renovação do discurso fundacional da EP desde o reconhecimento da história, dos saberes e da cultura dos setores populares” (ROSSEL, 2012, p. 454), de modo que retomaram as propostas que originam o movimento para afirmar seus princípios ético-políticos com uma educação voltada para a emancipação das classes oprimidas.

Nesse trabalho, analisamos uma experiência que se apropria da teoria da Educação Popular, mas também realiza práticas educativas, na intencionalidade de transformação da vida das mulheres. Fizemos um compromisso ético-político na construção da autonomia daquelas que se tornariam multiplicadoras dessa proposta de emancipação. Para tanto, foi fundamental conhecermos alguns pressupostos freireanos, pois serviram de base ao movimento de PLPs.

2.2.

Educação como prática libertadora: apontamentos sobre a pedagogia freireana

Foi muito interessante realizar o exercício da escrita sobre Paulo Freire, em um momento histórico em que seu pensamento é tão atacado e desvalorizado, no Brasil, seu país de origem. Percebemos que existe um esforço midiático, especialmente, através de notícias que circulam pelas redes sociais, que busca destruir toda a importância do legado freireano para a educação brasileira. Ao mesmo tempo que isso é entristecedor, revisitar sua obra e defendê-la torna-se um momento muito enriquecedor, que nos leva à compreensão de que essa perseguição faz parte de um intenso projeto de destruição de qualquer forma de emancipação das classes menos favorecidas.

O legado de Paulo Freire vai além da área da educação de adultos trabalhadores, contribuindo também para diversas áreas do conhecimento, justamente, por estabelecer uma “[...] proposta educacional autêntica e revolucionária, estabelecendo o surgimento de uma teoria do conhecimento como pressuposto da conscientização política, e da educação crítico-

emancipadora (RÊSES; SOUSA, 2012, p. 445). Não é à toa que se tonou um dos autores brasileiros mais lidos e traduzidos no mundo.

Compreendendo que as obras freireanas são basilares para a EP, em sua *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2016) demonstra muito bem para quem esse movimento educacional foi desenvolvido:

O que vimos chamando de pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se re fará (FREIRE, 2016, p. 43).

É por uma pedagogia que se constrói de maneira conjunta com os excluídos pelos espaços formais da educação, que a EP milita. Uma educação transformadora, que permita que os indivíduos reconheçam sua condição de opressão e queiram acessar uma liberdade plena. Segundo Freire (2016), trata-se de um desafio muito grande fazer com que os indivíduos se descubram oprimidos e, ao lutarem por sua liberdade, não se tornem opressores.

A descoberta da convivência com o regime de opressão não acontece em um nível puramente intelectual, mas na ação. Ação que não se resume a ativismo, mas tem verdadeiro empenho de reflexão para que se realize enquanto práxis. “Para isso, contudo, é preciso que criamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também.” (FREIRE, 2016, p. 73)

Nesse sentido, o conceito de cultura foi importante na formulação da pedagogia freireana. Para o autor, é necessário que as pessoas se libertem da cultura do silêncio e construam uma nova, pois

[o] homem oprimido, que vive mergulhado na “cultura do silêncio”, não se vê como transformador do “mundo”. Pensa si próprio como fazendo parte do mundo “natural” preso a uma consciência mistificada, em oposição ao mundo da “história” e da “cultura”. Sua libertação, no entanto, não virá unicamente por meio de mudanças nas estruturas econômicas de dominação, mas virá paralelamente à mudança estrutural, pela “ação cultural”, conquistando seu direito de fala. Emergindo assim o “conceito antropológico de cultura” (RÊSES; ALVES; OLIVEIRA, 2017, p. 133).

O conceito antropológico de cultura relaciona-se com a clarificação das situações de opressão e a realização de ações derivadas dessa clarificação. Assim, a EP pretende estabelecer

um diálogo crítico e libertador, no qual o processo educativo permita que os oprimidos se reconheçam enquanto mulheres e homens em sua vocação ontológica e histórica de ser mais.

No ano de 1996, em sua última conferência no Distrito Federal, Paulo Freire exemplificou, através de sua trajetória, a desconstrução pretendida com seu projeto político-pedagógico, para que mulheres e homens pudessem sair do fatalismo e questionar as verdades ocultas da opressão. A alfabetização das pessoas excluídas do processo formal de educação seria uma forma de fazer com que se enxergassem como sujeitos e superassem uma atitude conformista. Vale reproduzir, aqui, um trecho da conferência:

[...] quando eu me perguntava o que fazer para confrontar um fatalismo explicável nos meus diálogos, por exemplo, no Nordeste brasileiro dos anos 60, dos fins dos anos 50 em que os camponeses me diziam que os avós tinham sido camponeses, que os pais tinham sido camponeses, que os filhos eram camponeses!..., e eu perguntava: e o que é ser camponês? E ela respondeu: é sofrer, é esperar e não receber nunca, é ser maltratado, é ver a mulher adoecer e não poder socorrê-la, é ver a mulher ficar velha aos 30 anos, é ver o filho sonhar e jamais poder realizar; camponês é isto: é não ter direitos, por exemplo. E eu dizia, e por que isto? Ele disse: "porque assim Deus quer". E a resposta, ora era uma acusação a Deus (porque no fundo havia uma distorção da compreensão de Deus, que terminava por acusá-lo, quer dizer: Deus, no fundo, era um sujeito malvado); mas..., ora a explicação dependia da força e da vontade de Deus, ora a explicação se centrava... (...) ... Ora a explicação se centrava no destino, no fardo, na sina, quer dizer, nós somos assim porque o destino quer que nós sejamos assim. E o que eu queria era, num processo político-pedagógico - que toda a educação é - o que eu queria era desafiar a ingenuidade de nossos companheiros operários urbanos, favelados, afinal de contas, a nossa enorme maioria; o que eu queria era desafiar a imensa maioria que, coincidentemente também, era analfabeta, no sentido de que, como sujeitos curiosos se tornassem capazes, apenas com a ajuda dos jovens educadores, se tornassem capazes de desentranhar as verdades ocultas, as verdades escondidas..., quer dizer, no fundo a minha compreensão da prática educativa era a compreensão de uma prática a serviço das classes populares para desocultar verdades escondidas que, favoreciam, enquanto escondidas, favoreciam às classes dominantes (FREIRE *et al*, 1997).

Desafiar a ingenuidade que impede de ver sua condição de opressão, sem criar a angústia de conhecer a realidade, mas sim a ação para transformá-la, é a proposta que se estabelece no pensamento freireano. Essa transformação não se propõe à mera troca de posição entre oprimidos e opressores, e sim na construção de novas pessoas que almejem outra forma de sociabilidade, em que todas sejam livres.

Freire (2016) aponta também os desafios para que mulheres e homens consigam traçar um caminho de liberdade. Imersos nessas estruturas, aquelas e aqueles que se encontram em situação de opressão temem buscar por sua libertação, uma vez que a repressão é sempre um

risco, além disso, também se assustam com a responsabilidade que isso representa. Quando conseguem reconhecer as engrenagens da estrutura dominadora, percebem que imersos nela não podem ser plenamente, porém,

[s]ofrem de uma dualidade que se instala na ‘interioridade’ do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o opressor de ‘dentro’ de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem ilusão de que atuam na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo (FREIRE, 2016, p. 48).

O caminho para a libertação é, por fim, um processo doloroso, que Freire (2016) compara a um parto. Aqueles que nascem desse parto são mulheres e homens que superaram a contradição entre opressor-oprimido, porém, esse é um movimento que precisa chegar a todas as pessoas. Por isso, a compreensão da responsabilidade com a transformação da realidade de opressão – que não é mero acaso, mas produto da ação de mulheres e homens – é fundamental para que se supere a contradição que se encontra na inversão da práxis.

A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela (FREIRE, 2016, p. 52-53).

Portanto, não basta fazer com que os sujeitos compreendam as amarras que os cercam no âmbito das ideias. Essa compreensão precisa resultar em uma ação transformadora, na realização de uma pedagogia emancipadora, que conduza à construção de propostas criadas juntamente com as oprimidas e oprimidos, tomando como exemplo suas trajetórias e não uma relação de portar-se como modelos de vida, em que os “[...] oprimidos hão de ser exemplos para si mesmos, na luta por sua redenção” (FREIRE, 2016, p. 56).

O que temos, então, é uma pedagogia do diálogo, em que a centralidade da construção do conhecimento se encontra na vivência dessas pessoas historicamente excluídas do processo formal de educação. Para além da apreensão de conteúdos sistematizados a partir da alfabetização, mulheres e homens aprendem a interpretar o mundo através da leitura de sua própria experiência, bem como consolidar uma prática de constante libertação, de modo que

[a] pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 2016, p. 57).

Esse processo de desvelamento não é simples e, muitas vezes, gera angústia e medo, elementos que podem explicar a convivência com o regime de opressão. Entretanto, se mulheres e homens não tiverem consciência da realidade que as/os oprime, continuarão a aceitar sua exploração. Por mais que a consciência da situação de opressão gere um desconforto, comprometer-se em desvelá-la é gerar a possibilidade de escolha em continuar ou não nessa conjuntura. A reflexão construída de maneira ética pode levar a uma prática de transformação.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis [...] Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduzam à prática (FREIRE, 2016, p. 72-73).

A crença em si mesmo faz parte da construção da autonomia, que não pode vir de fora para dentro, mas se engendra internamente, resultado de sua conscientização. Esse é um processo que se elabora de maneira dialógica e permite o desenvolvimento da responsabilidade com a libertação de todas e todos. É interessante perceber a preocupação com uma pedagogia ancorada na transformação da coletividade, e não de indivíduos isolados. Essa é uma construção do amor à vida em substituição ao amor à morte, como explica Freire (2016, p. 76):

[d]esde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da condição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que essa luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tão liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte. Os oprimidos que se “formam” no amor à morte, que caracteriza o clima da opressão, devem

encontrar, na sua luta, o caminho do amor à vida, que não está apenas no comer mais, se bem que o implique também e dele não possa prescindir.

Percebemos, assim, que não se trata de uma liberdade para consumir e representar os padrões de vida ditados pelo capital, caracterizando o empobrecimento do gênero humano na sociedade capitalista – apontada por Marx (2004) nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* –, mas uma liberdade de ser, criar, encantar-se pela vida e pelo viver. Como pontuamos anteriormente, poder realizar sua vocação ontológica de ser mais.

Todo esse processo exige, entre aqueles que se propõem se tornar educadores para a autonomia, o abandono de posturas arrogantes. É necessária a adoção de um comportamento de comunhão, superando a contradição entre educador e educando construída na educação bancária e possibilitando a realização de um diálogo crítico e profundo, pois é “[...] através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (FREIRE, 2016, p. 95). A receptividade e reciprocidade são fundamentais em ambos os sujeitos envolvidos na arte de aprender.

Freire (2017), em *Pedagogia da Autonomia*, dá continuidade à proposta da construção de uma nova relação entre educadores e educandos. É necessário que o educador se veja como parte do processo de transformação e ensine, sobretudo, a pensar certo, sem com isso tolher a capacidade criativa dos educandos, que irão desenvolver sua “curiosidade crítica, insatisfeita e indócil” (FREIRE, 2017, p.33). O conhecimento não deve ser encarado como uma iluminação que alguns são eleitos para profetizar. O “pensar certo” constrói-se na relação dialógica entre educadores-educandos e educandos-educadores, sendo capaz de transformar a realidade. Como afirma Freire (2017, p. 42-43, grifos do autor):

[a] solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da *assunção* do sujeito é incompatível com o *treinamento pragmático* ou com o *elitismo autoritário* dos que se pensam donos da verdade e do *saber articulado* (grifos do autor)

Essa pedagogia dialógica e engajada em uma perspectiva da formação ética, que não é simplesmente conteudista, permite que mulheres e homens se percebam, não apenas enquanto sujeitos adaptáveis, mas históricos, que se inserem no mundo e constroem sua liberdade. A compreensão da historicidade da existência, bem como de sua incompletude, faz da educação um processo permanente.

É neste sentido que, para mulheres e homens, *estar no mundo* necessariamente significa *estar com o mundo* e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem ‘tratar’ sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez de mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos incerta no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. Não sou esperançoso, disse certa vez, por pura teimosia, mas por exigência ontológica (FREIRE, 2017, p. 57, grifos do autor).

Conseguir, através de um diálogo de comunhão, fazer com que as pessoas percebam a boniteza de estar com o mundo e ser sujeito histórico inacabado, é despertar nelas a esperança. Esperança que a opressão esconde, mas que é parte da ontologia de mulheres e homens. A dialogicidade é fundamental para que sujeitas/os éticas/os se realizem em meio ao respeito às diferenças e ao combate a qualquer tipo de discriminação. Como afirma Arroyo (2008, p. 144), “educar nada mais é do que humanizar, caminhar para a emancipação, a autonomia responsável, a subjetividade moral, ética”. Também é nela que construímos a rebeldia em face às ofensas que nos destroem.

Brandão (2017) também colabora com a reflexão sobre a incompletude humana como elemento que orienta a prática educativa que se comprometa com a realização da cidadania plena. A consciência da incompletude é o que nos faz vivas, criativas e permite a busca constante pelo desenvolvimento como seres humanos. Ter como orientação a busca por essa conscientização é fundamental.

Por isso quero insistir na ideia de que não aprendemos ‘para’, pois cada momento do presente realiza de maneira plena a razão de ser de seu próprio aprendizado. Aprendemos ‘em’. E somos humanos e podemos sempre construir sobre esta base a realização da cidadania, porque podemos estar sempre aprendendo. Não é o sermos racionais o que nos dá a identidade essencial de nós mesmos como uma espécie de seres vivos e como indivíduos da espécie humana. É a incompletude pessoal e universal desta própria racionalidade. É o sermos os seres vivos sempre complexa e imperfeitamente racionais. É, portanto, estarmos de maneira contínua e ascendente devotados ao trabalho de aprender e de reaprender, como um exercício sem-fim da realização de nosso próprio destino (BRANDÃO, 2017, p. 28-29).

Conduzindo essa discussão para a realização de um movimento de mulheres que não seja exclusivamente branco, academicista e epistemicida, as propostas freireanas, nas quais a EP tem suas bases, trazem ânimo. Isso acontece, porque existe uma necessidade de construir um feminismo que dialogue de maneira acessível com aquelas que estão fora dos espaços acadêmicos, podendo, assim, desmistificar a opressão machista que as mulheres vivenciam, permitindo que elas sejam mais. Isso nos leva a concordar que,

[a]pesar da confluência identificada geralmente na forma de deficiência (de escola, de acesso à saúde, de falta de emprego etc.), historicamente a Educação Popular não tinha como ponto de partida um único lugar, e também não tem como ponto de chegada um único projeto. O ponto de partida pode ser as mulheres, os povos indígenas, os camponeses, os desempregados, os moradores de rua ou os trabalhadores da indústria e do comércio, cada um desses segmentos sociais com suas formas de organização, pautas de luta e projeto de sociedade. O ponto de chegada que se deseja pode variar desde a ampliação de espaços na sociedade existente até a criação de um modelo alternativo, parcial ou totalmente distinto daquele que existe. Talvez uma característica definidora da Educação Popular seja exatamente essa busca de alternativas a partir de lugares sociais e espaços pedagógicos distintos, que têm em comum a existência de necessidades que levam a querer mudanças na sociedade. É uma prática pedagógica realizada num espaço de possibilidades (STRECK, 2006, p. 275).

Ademais, a construção de uma EP feminista ou de um feminismo que se articule e se compreenda como tal, são propostas interessantes e insurgentes, especialmente, nesse contexto de ascensão de discursos, de uma extrema direita, que combinam ultraliberalismo e conservadorismo. Perceber que essas manifestações reverberam nas classes populares, aniquilando as possibilidades de consolidação da liberdade de mulheres e homens, mostra-nos a necessidade de nos apropriarmos dessas construções de pensamento, no intuito de supera-las. Desse modo, uma EP feminista torna-se fundamental para um trabalho de base que almeje a construção de uma sociedade anticlassista, antirracista e antimachista.

2.3. Diálogos entre Educação Popular e Feminismo

Longe de termos abarcado toda a complexidade que a EP se propõe, bem como alcançado toda a importância do legado de Paulo Freire, entendemos, aqui, que suas propostas fazem coro às propostas de uma revolução cultural profunda, que permita a real emancipação das mulheres e, conseqüentemente, da humanidade.

Para iniciar o debate, trouxemos a poetisa negra, mãe, lésbica, feminista Audre Lorde, que faz considerações sobre a necessidade que as pessoas oprimidas têm de educar os opressores:

Para sobreviver, aqueles de nós para quem a opressão é tão americana quanto uma torta de maçã, sempre tiveram de permanecer vigilantes, conhecer a linguagem e as atitudes do opressor, chegando a adotá-las certas vezes para ter alguma ilusão de proteção. Sempre que surge a necessidade de alguma espécie de comunicação, aqueles que lucram com nossa opressão nos chamam para compartilhar com eles nosso conhecimento. Em outras palavras, cabe ao oprimido ensinar ao opressor seus erros. Eu sou responsável pela educação de professores que desprezam a cultura de meus filhos na escola. Nós, pessoas negras e do Terceiro Mundo, temos de educar pessoas brancas acerca de nossa humanidade. As mulheres tem de educar os homens. As lésbicas e os homens gays têm de educar o mundo heterossexual. Os opressores mantêm sua posição e fogem da responsabilidade por seus atos. Existe uma constante drenagem de energia que poderia ser mais bem usada em redefinir a nós mesmos e em criar cenários realistas para modificar o presente e construir o futuro (LORDE, 2019, p. 240).

Essa é uma fala tão completa e simbólica que traz diversas formas de opressão em uma única pessoa. Lorde (2019) demonstra o desgaste de energia que vivencia diariamente para ser compreendida, para conseguir dialogar com as pessoas que a oprimem, bem como sentir um mínimo de proteção, que nunca é integralmente garantida, ela não tem energia para “ser mais”. Também demonstra a apropriação das grandes corporações do capital das pautas identitárias como elemento lucrativo. Quando a autora se coloca como responsável por ensinar ao opressor seus erros, demonstra a possibilidade de um diálogo que poderia transformar a realidade desgastante de opressão. É nesse sentido que defendemos a EP como viabilização desse diálogo.

Afirmamos, assim, que as mulheres que participaram desse estudo encontraram na EP de viés feminista uma via plausível de diálogo libertador, não só do machismo, mas das diversas formas de opressão em que estamos imersas, possibilitando novas maneiras de pensar o ser mulher na realidade em que nos encontramos inseridas. Por isso, tornou-se imprescindível pensarmos sobre a relação entre a EP e o feminismo.

Como anteriormente apresentado, a obra freireana é fundamental para a EP, porém, existem alguns apontamentos a serem feitos ao pensarmos no viés feminista. Após a publicação do livro *Pedagogia do Oprimido*, em 1964, Paulo Freire recebeu inúmeras críticas das feministas estadunidenses por não ter adotado uma linguagem inclusiva na escrita da obra. Ao falar da emancipação dos sujeitos, Freire sempre utiliza o vocábulo “homens”, o que, para as feministas, merece profunda reflexão.

Posteriormente, quando Freire escreveu *Pedagogia da Esperança*, reconheceu as críticas e reiterou a importância de incluir as mulheres nas escolhas linguísticas que fazemos. A partir dessa passagem, Freire passa a referir-se, textualmente, às mulheres, movimento que, segundo Castro e Paz (2017), contribuiu para os escritos feministas que, de longa data, afirmavam a importância de uma assepsia do machismo e do patriarcado também refletidos na língua, tanto a escrita, quanto a falada.

Voltando às questões sobre EP e Feminismo, podemos dizer que se tratam de temáticas problemáticas, uma vez que afetam e questionam aquilo que está estabelecido como o certo há anos. Porém, o que foi naturalizado como correto, de acordo com Castro e Paz (2017), tem ocultado e sabotado determinados grupos, para que se sobressaia a sociedade patriarcal, classista, racista e heteronormativa. Nesse sentido, tanto o feminismo quanto a EP, denunciam, mas também anunciam um novo modelo de vivência.

Segundo Freire (1997, p. 35),

[a] recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. Por isso mesmo, ao escrever ou falar a linguagem não mais colonial, eu o faço não para agradar a mulheres ou desagradar a homens, mas para ser coerente com minha opção por aquele mundo menos malvado de que falei antes. Da mesma forma como não escrevi o livro que ora revivo, para ser simpático aos oprimidos como indivíduos e como classe e simplesmente fustigar os opressores como indivíduos e como classe também. Escrevi o livro como tarefa política, que entendi dever cumprir.

No encalço do que afirma o autor, consideramos que o masculino não pode mais ser sinônimo de humano. A este respeito, hooks (2013) procurou fazer em seu trabalho a intersecção entre EP e feminismo. Para a autora, conhecer a obra de Freire foi um marco em sua trajetória. Em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, hooks (2013) associa o que ela defende por *descolonização* à *conscientização* defendida por Freire, afirmando que

[a] obra de Freire em seu entendimento global das lutas de libertação sempre enfatiza que esse é o importante estágio inicial da transformação – aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas. Mais uma vez, esse é um dos conceitos da obra de Freire – e da minha – que frequentemente é mal compreendido pelos leitores nos Estados Unidos. Muita gente me diz que pareço estar afirmando que é suficiente que os indivíduos mudem sua maneira de pensar [...] Repetidamente, Freire tem de lembrar os leitores que ele nunca falou da conscientização como um fim em si, mas sempre na medida em que se soma a uma práxis significativa. Gosto quando

ele fala da necessidade de tornar real na prática o que já sabemos na consciência (HOOKS, 2013, p. 68).

É interessante que, se posicionando e militando como feminista negra, a estudiosa afirma ter se sentido mais incluída ao ler *Pedagogia do Oprimido* do que lendo clássicos do feminismo, uma vez que esses se distanciavam da realidade de raça e classe social, elementos fortes de opressão tanto quanto o machismo. Em contrapartida, a autora lamenta a existência de um ponto cego na linguagem de Freire, bem como de outros importantes intelectuais que se propuseram pensar o Terceiro Mundo, pois acabaram construindo uma concepção de liberdade que é masculina, em que explica:

[i]sso é sempre motivo de angústia para mim. Pois representa um ponto cego na visão de homens que têm uma percepção profunda. Por outro lado, não quero em nenhuma hipótese, que a crítica desse ponto cego eclipse a capacidade de qualquer pessoa (e particularmente das feministas) de aprender com as percepções. É por isso que é difícil pra mim falar sobre o sexismo na obra de Freire; é difícil encontrar uma linguagem que permita estruturar uma crítica e ao mesmo tempo continue reconhecendo tudo que é valioso e respeitado na obra. Parece-me que a oposição binária tão embutida no pensamento e na linguagem ocidentais torna quase impossível que se projete uma resposta complexa. O sexismo de Freire é indicado pela linguagem de suas primeiras obras, apesar de tantas coisas continuarem libertadoras. Não é preciso pedir desculpas pelo sexismo. O próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico dessa falha na obra. *Mas questionamento crítico não é o mesmo que rejeição* (HOOKS, 2013, p.70, grifos nossos).

Ao levantar o questionamento sobre a linguagem não inclusiva usada por intelectuais que se engajavam na defesa pela liberdade, a autora aponta que não há contradição entre fazer a crítica e valorizar a teoria freireana. O pensamento feminista propulsiona a crítica construtiva a esses intelectuais, justificando que “[e]ncontrar uma obra que promove nossa libertação é uma dádiva tão poderosa que, se a dádiva tem uma falha, isso não importa muito. Imagine a obra como uma água com um pouco de terra” (HOOKS, 2013, p. 71). Para a autora, o trabalho da pedagogia feminista e o pensamento freireano se convergem, uma vez que este possui o reconhecimento da subjetividade dos menos privilegiados, “dos que têm de carregar a maior parte do peso das forças opressoras”.

Além dessa análise, hooks (2019) chama a atenção do movimento feminista em razão de suas práticas elitistas, embranquecidas e academicistas. Essa forma de pensar e articular o feminismo não tem alterado a realidade das mulheres pretas e pobres que se encontram na ponta da opressão.

O viés de classe levou as mulheres que organizam o movimento feminista a simplesmente pressupor que a teoria e as estratégias feministas seriam mais bem disseminadas para as massas através de material escrito. Mas, na verdade, o foco no material escrito impede muitas mulheres de aprender sobre o feminismo. Há lugares nos Estados Unidos em que a literatura feminista não está disponível, em que mulheres e homens nunca ouviram falar na palavra “feminismo” ou, se ouviram, não sabem o seu significado. Se as ativistas feministas preocupadas em dar uma direção aos movimentos considerassem essa questão da alfabetização, teriam previsto que a ênfase em material escrito tornaria as ideias feministas acessíveis a certas classes e grupos de mulheres (HOOKS, 2019, p. 195)

Por muito tempo, o feminismo foi um movimento branco, burguês e centrado nos espaços acadêmicos. Essa centralidade dissociou o movimento das classes historicamente excluídas das universidades e escolas, e é do feminismo negro que se constrói a crítica de que, por mais que seja importante viabilizar e promover o trabalho das acadêmicas, “isso não deveria ter uma prioridade maior do que garantir que todas as mulheres possam ler e escrever” (HOOKS, 2019, p. 196) e compreender a leitura não como mera sistematização alfabética, mas a leitura e a escrita do mundo. Dessa forma, uma EP feminista contribui para que mulheres fora do espaço acadêmico consigam ter noção de suas pautas. Assim, propõe hooks (2019, p. 196-197):

[e]nquanto a massa das mulheres não estiver alfabetizada, as ideias feministas precisam ser amplamente divulgadas de forma oral. Muitas mulheres não irão e nem podem sair de suas casas para participar de conferências e conversas públicas sobre o feminismo; as ideias feministas podem ser difundidas pela vizinhança através do contato porta a porta. Esse tipo de contato pode ser feito pelas mulheres que participam das organizações feministas. Muitas estudantes universitárias envolvidas nos estudos da mulher se questionam sobre a relevância de suas inquietações intelectuais e acadêmicas para a realidade das mulheres como coletivo, para as mulheres do mundo “real”. Se essas estudantes fossem às comunidades para discutir as questões feministas com as pessoas, elas estariam contribuindo para aproximar suas experiências intelectuais com a experiência social da massa das mulheres.

Consideramos que é essa responsabilidade na realização da práxis revolucionária – que de fato dialogue, desvele a realidade e transforme a vida de mulheres em suas mais complexas conjunturas – o caminho necessário para o movimento feminista. Não pretendemos, aqui, diminuir a importância das produções acadêmicas, mas defender a necessidade da vinculação da teoria a uma prática revolucionária. As feministas precisam responsabilizar-se pela transformação material da vida das mulheres.

A habilidade de “traduzir” ideias para um público variado em termos de idade, sexo, etnia e grau de instrução é algo que as educadoras feministas precisam desenvolver. Quando ficam concentradas nas universidades, elas se prendem a um estilo que pode impossibilitar a comunicação com indivíduos que não possuem familiaridade com o estilo e o jargão acadêmico [...] A dificuldade de acesso tem sido o problema de muita teoria feminista. *Um ensaio feminista com ideias revolucionárias escrito numa linguagem complicada, empregando o jargão de uma disciplina específica, não terá o impacto que deveria ter sobre a consciência de mulheres e homens* porque provavelmente só será lido por um pequeno grupo de pessoas. Se, por um lado as feministas da academia devem se sentir livres para escrever como bem quiser, por outro, caso estejam realmente comprometidas com a difusão em massa de suas ideias, precisam escrever de uma maneira mais acessível ou buscando um estilo que torne o conteúdo mais compreensível (HOOKS, 2019, p. 200, grifos nossos).

Enquanto a discussão feminista se mantiver restrita aos centros universitários, não haverá um movimento feminista de massa. Essa é a proposta que almejamos ao optarmos por uma intersecção entre feminismo e EP. Dessa forma, é possível estabelecer um diálogo em que elas se sintam acolhidas no espaço de debate, consigam expressar sua visão, seus discursos; de forma que seja possível compreendermos suas dores na vivência de ser mulher, termos acesso aos meios de resistência que criaram e, na coletividade, consigam construir mecanismos para destruir as diferentes formas de opressão.

A importância da oralidade, do diálogo e de uma escrita que seja acessível são fundamentais para que o feminismo seja revolucionário, pois a “[...] educação como *prática da liberdade* (para usar uma outra frase de Paulo Freire) só será uma realidade para as mulheres quando desenvolvermos uma metodologia voltada às necessidades das mulheres” (HOOKS, 2019, p. 206), de modo que essa preocupação passe a ser uma prioridade para o movimento.

Mais uma vez, foi possível encontrar em Lorde (2019) pistas que auxiliassem na construção de uma EP feminista. Apesar dessa não ser a temática de seus escritos, ao discorrer sobre sua vida, atravessada das mais diversas formas de opressão, dentro de uma sociedade patriarcal, racista, classista e homofóbica, a poetisa expressa a necessidade de ruptura com esses padrões que as pessoas oprimidas carregam, bem como a de construir uma nova forma de pensar nossa sociabilidade. Nas palavras da autora:

[...] nossa sobrevivência futura depende de nossa capacidade em nos relacionar na igualdade. Como mulheres, precisamos desenraizar padrões internalizados de opressão que existem dentro de nós mesmas se quisermos ir além dos aspectos mais superficiais da mudança social. Agora precisamos reconhecer diferenças entre mulheres que são nossas iguais, nem inferiores nem superiores, e encontrar maneiras de usar a diferença para enriquecer nossas visões e nossas lutas. O futuro de nossa terra talvez dependa da capacidade de todas as mulheres em identificar e desenvolver novas definições

de poder e novos modelos de convivência com a diferença. As velhas definições não serviram para nós nem para a terra que nos sustenta. Os velhos modelos, não importa o quão inteligentemente organizados para imitar o progresso, ainda nos condenam a repetições cosmeticamente alteradas das mesmas velhas trocas, da mesma velha culpa, de ódio, recriminação, lamentação e desconfiança. Pois temos embutidos em nós velhos esquemas de expectativa e respostas, velhas estruturas de opressão, e esses devem ser alterados ao mesmo tempo que alteramos as condições de vida que são um resultado dessas estruturas, porque as ferramentas do senhor jamais desmontarão a casa do senhor (LORDE, 2019, p. 247-248).

A desconstrução desses velhos padrões que representam a opressão, tão abordada na obra freireana, é elemento norteador de uma EP que se deseja feminista. A compreensão de que as formas de opressão estão entrelaçadas e de que na solidariedade, dentro das diferenças, é possível se libertar e ser mais, são parte dos objetivos desse movimento educacional. É importante lembrar que existem diversos debates sobre pedagogias feministas.

Para a elaboração dessa pedagogia é necessário pensar em práticas coletivas que permitam a construção do conhecimento sobre os malefícios do patriarcado, lembrando sempre que não se transfere o saber, porque se trata de “um processo que se constrói tanto como crescimento pessoal como coletivo e que não é linear nem homogêneo e sim cheio de incertezas e contradições” (SARDEMBERG, 2011, p. 21). Por esta razão, para nosso trabalho, optamos pelo diálogo profícuo com a EP, pois uma pedagogia feminista revolucionária deve dialogar com essa forma de educar.

É muito interessante notar que, nas grandes plataformas de pesquisas acadêmicas, como o Portal de Periódicos da Capes e o Banco Nacional de Teses e Dissertações, quando utilizamos o filtro *feminismo e Educação Popular*, aparecem trabalhos acadêmicos que relatam experiências de EP feminista, a partir de movimentos sociais, a saber: Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (SILVA; CORREA, NEGRETTO, 2017); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (MURACA, 2011); Feminismo Camponês e Popular (CINELLI; TABORDA, 2019). As diversas experiências das PLPs no Brasil também aparecem nessa categoria de pesquisa.

São experiências de educação de mulheres feita por mulheres. Como afirmam Cinelli e Taborda (2019, p. 176), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinha, as mulheres se libertam em comunhão, e é nesse processo de luta e resistência que buscam ser mais”, sempre na perspectiva de que é possível o fortalecimento de umas às outras, na construção de espaços terapêuticos e de emancipação.

Em um levantamento bibliográfico sobre EP feminista, Rosa (2019) mostra o quanto o tema tem sido discutido e relacionado aos movimentos sociais na América Latina, porém, no

Brasil, essas pesquisas continuam invisibilizadas. A autora enfatiza a importância de lermos e citarmos as mulheres que constroem uma EP feminista, porque

[...] numa perspectiva feminista temos que olhar para *nosotras*, escutar e citar o que nós mulheres estamos dizendo e problematizando na Educação Popular. E, digo ainda, não basta conhecer apenas, é preciso citarmos umas às outras. Trata de um ato de rebeldia, que possibilita (re)olhar os temas, as sujeitas e suas metodologias, possibilitando que novas pedagogias sejam construídas e valorizadas, no campo da Educação Popular na América Latina, sem medo, pois se trata de pedagogias feministas, que juntas compõem a Educação Popular feminista (ROSA, 2019, p. 100).

Dito de outra forma, não se trata de desconsiderarmos os autores que colaboram para essa temática, mas de valorizarmos as estudiosas que atuam nesse campo, visto que a “pedagogia popular feminista é uma pedagogia em movimento, uma educação militante, envolvida com os processos emancipatórios das mulheres. Uma educação das oprimidas e não para as oprimidas” (ROSA, 2019, p. 101).

Perceber que esta pesquisa se insere em uma perspectiva que vincula a teoria feminista com a prática revolucionária no combate ao sistema capitalista patriarcal, é motivo de grande orgulho, mas também de grande responsabilidade. Partindo disso, analisamos a experiência das PLPs como uma forma de EP feminista, diretamente relacionada à história do feminismo no Brasil, à redemocratização e à construção dos direitos das mulheres.

**A INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E FEMINISMO:
AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES**

*Nós escolhemos umas às outras
e o limite das batalhas de umas e outras
a guerra é a mesma
se perdermos
um dia o sangue das mulheres irá
coagular
sobre um planeta morto
se vencermos
não há como saber
buscamos além da história
por um novo e mais possível encontro
(LORDE, 2019, p. 248).*



Fonte: Oliveira (2020)

3.1. Um pouco sobre a história e os princípios das Promotoras Legais Populares no Brasil

Defendemos, nessa pesquisa, os diferentes projetos de formação de PLPs no Brasil, como experiências exitosas de intersecção entre feminismo e EP, e partimos da discussão apresentada anteriormente, de que ambos se propõem colocar em desconforto aquilo que se naturalizou como o correto e desconstruir realidades de opressão.

A história das PLPs está relacionada à história do feminismo na América Latina, vinculando-se à experiência de capacitação legal (*legal literacy*) – proposta de democratização da compreensão sobre as leis – e, conseqüentemente, sua efetivação para as pessoas historicamente excluídas do acesso ao Direito. Incorporada pelo movimento feminista latino-americano e encampada pelo Comitê Latino-Americano e Caribenho de Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM), a capacitação legal para mulheres foi realizada na Argentina, Peru, Equador, Costa Rica e México, como uma abordagem crítica do Direito.

De acordo com Ricoldi (2005), as experiências, apesar de diferentes em cada país, têm em comum o fato de serem realizadas por organizações próximas ao mundo jurídico de orientação feminista, que almejam diminuir a lacuna existente entre o acesso à justiça e as pessoas mais vulneráveis, principalmente, as mulheres. Também têm em comum a metodologia que se baseia na EP. Ao trazer os elementos convergentes nas experiências latino-americanas, Ricoldi (2005, p.35) afirma:

[p]or fim, outro aspecto comum foi a base metodológica, cuja maior referência era a Educação Popular, ainda que de maneira vaga, enunciada em ideias como “igualdade”, não hierarquização entre facilitadoras e alunas, uso de situações do cotidiano e formato de oficinas, discussão e reflexão em grupo. Duas das oito experiências descritas não se referiam a Educação Popular, mas faziam referência a presença de procedimentos participativos, discussões em grupo e outros recursos didáticos, como dramatização e exibição de vídeos.

Notamos que, mesmo com a perseguição política no contexto das ditaduras, o movimento de EP se fez forte na América Latina e colaborou com o movimento de capacitação legal latino-americano, que também se baseava no feminismo e nas teorias críticas do Direito. O surgimento das PLPs, no Brasil, está ligado ao movimento de garantias dos direitos das mulheres, em um contexto de redemocratização após as Ditaduras Militares que assolaram o continente. No entanto, os avanços nos direitos das mulheres, alcançados na Constituição de 1988, não significaram a realização plena dos mesmos. A respeito desse momento, afirmam Rampin e Apostolova (2019, p. 19):

A origem do movimento Promotoras Legais Populares remete ao cenário político que se forma após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta, chamada também de Constituição Cidadã, transformou em princípios e normas positivas os direitos reivindicados pelas lutas de vários movimentos sociais desde o período da ditadura militar. No entanto, a constatação dos movimentos feministas de que a inscrição dos direitos humanos das mulheres na Lei Maior não era garantia segura para a sua efetivação deu seu impulso para uma nova mobilização social que resultou na criação das Promotoras Legais Populares em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A Constituição de 1988 foi significativa nos avanços quanto aos direitos das mulheres, consagrando pautas há muito demandadas pelo movimento feminista, como: licença maternidade e paternidade; igualdade salarial; igualdade entre mulheres e homens, dentre outros. A UMSP, criada em 1980, fruto das lutas de mulheres periféricas pelo direito à creche, teve importante papel na causa pela redemocratização do país. De acordo com Fonseca (2012),

após a promulgação da Constituição, a UMSP iniciou a campanha *Tem que valer nossos direitos*, mas foi com as PLPs que o movimento conseguiu se ampliar entre as mulheres

Dessa forma, em maio de 1992, ocorreu em São Paulo o Seminário Latino-americano e Caribenho sobre os Direitos das Mulheres, organizado pelo Cladem (Comitê Latino-americano e Caribe de Defesa dos Direitos das Mulheres), e neste encontro estavam presentes integrantes de projetos “paralegais” desenvolvidos na Argentina, Peru, Bolívia, Chile e outras regiões. Inspiradas nesses projetos, em 1993, a União de Mulheres de São Paulo (UMSP) e a organização não governamental (ONG) Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero do Rio Grande do Sul, e várias lideranças feministas, se reuniram em um Seminário Nacional que contou com apoio da Escola da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP). Foi nesse encontro que as entidades presentes definiram as estratégias, metodologias e conteúdos e, dessa maneira, a criação do projeto “Promotoras Legais Populares”. O projeto foi implementado primeiro pela Themis e, logo depois pela UMSP. Neste sentido, a história do projeto de PLPs se mistura com a própria história do movimento feminista brasileiro (FONSECA, 2012, p. 23).

Em São Paulo, foi precursora do movimento de PLPs junto à UMSP, Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como Amelinha. Ela é uma mulher muito importante na história das mulheres e da resistência à Ditadura Militar no Brasil. Junto com sua família, foi presa durante a Operação Bandeirantes e torturada na frente de seus filhos. Na década de 1980, contribuiu para a criação da UMSP e, através dessa organização, realizou diversas ações políticas em defesa da autonomia e emancipação das mulheres. Seguem algumas de suas reflexões:

Na nossa atuação de denúncia e políticas propositivas, preocupamo-nos com a distância entre as conquistas alcançadas, ainda que no plano formal, e a situação precária da maioria das mulheres, lembrando que muitas não tiveram a oportunidade de saber sobre seus direitos e como se procede sua efetivação. Justamente neste momento, tivemos a oportunidade de conhecer, por meio de um Seminário Latino-Americano e Caribenho sobre os direitos das mulheres, o Projeto de Promotoras Legais Populares, que vinha sendo desenvolvido na Argentina, Peru, Bolívia, Chile e outros países da região. Resolvemos adotá-lo no nosso trabalho de formação e de mobilização (TELES, 2015, p. 48)

Nesse contexto de redemocratização, em Porto Alegre e São Paulo, foram instauradas as primeiras turmas de PLPs. Em 2020, o projeto completa 26 anos e já se encontra em todas as regiões do país, com suas peculiaridades para atender as demandas locais. Ao ser questionada sobre o motivo do sucesso do projeto, Teles (2019, p. 235-236), afirma:

Trata-se de um projeto *feminista em Educação Popular de direitos* sob uma perspectiva de raça, classe e gênero e essa é a principal razão de seu sucesso.

Os feminismos nascem da rebeldia contra a situação histórica de opressão das mulheres e na busca de novas construções coletivas no plano relacional, social e pessoal, em ações e intervenções de enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens, sob a elaboração constante de uma perspectiva transformadora. Cria condições que tornam as mulheres capazes de romper os entraves que colocam as mulheres em silêncio e invisíveis, em um patamar de inferioridade, de submissão, e subalternidade, de dependência emocional e social. A discriminação milenar é tratada como natural e como se fizesse parte de um aspecto biológico das mulheres. São os feminismos que contrapõem essa condição e rompem com o determinismo biológico; denunciam a discriminação histórica contra as mulheres; mostram como isso é resultado do sistema patriarcal, como o patriarcado tem investido na exploração das diferenças sexuais, raciais, auferindo lucros e vantagens, o que causa injustiça, desigualdades políticas, econômicas e outras violações de direitos humanos [...] Lutaram e lutam pelo direito à educação, ao trabalho remunerado com direitos trabalhistas e com igualdade salarial com os homens, pelo direito ao corpo, direito de decidir e ter opinião própria, direito de expressão e de escolha, pelo fim da violência de gênero e racial, pelo direito à vida, ao aborto seguro e por uma vida sem violência.

Essa fala de Amelinha é sempre tocante por ser fruto de uma vida de luta e resistência às opressões instituídas. Percebe-se que para ela o movimento das PLPs se confunde com os movimentos feministas. Porém, com um engajamento na superação das opressões de raça, classe e gênero, longe da perspectiva liberal. Defendemos, aqui, que é fundamental refletirmos a respeito desses marcadores para se pensarmos os movimentos de mulheres.

O gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. De fato, na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividades e sub-representado na política [...] argumento que a *divisão sexual do trabalho é um locus importante da produção do gênero*. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe (BIROLI, 2018, p. 23, grifos da autora).

É imprescindível que essa discussão esteja dentro dos distintos movimentos de mulheres para que não se reproduzam neles as hierarquias sociais vigentes e não tenhamos mulheres brancas ensinando às mulheres negras sobre a opressão vivida pelas mulheres negras. Também é importante para que pensemos em um movimento engajado com uma luta anticapitalista, isto é, que não seja cooptado pelas grandes corporações do capital que se apropriam diariamente dos discursos das classes oprimidas, vendendo uma falsa ideia de empoderamento para garantir o lucro e, conseqüentemente, alimentar os mecanismos de opressão.

Por isso, aliar-se à proposta emancipadora da EP é tão importante. Quando analisamos os movimentos de PLPs, notamos que, em sua maioria, se baseiam na concepção dialógica da EP. Sobre a perspectiva popular do movimento, temos a seguinte fala de Amelinha:

Aprendemos com as mulheres populares que podem e devem se apropriar dos seus direitos, conhecendo-os e sabendo lidar com os mecanismos institucionais que controlam o seu uso de maneira autoritária e aparentemente “naturalizada e neutralizada. Aprendemos com elas a resistir e sobreviver. A proposta de abrir esses debates para as mulheres, em particular as que encontram mais dificuldades de acessar informações e proposições elaboradas pelos movimentos feministas, foi que possibilitou a consolidação do processo de formação. Colocamos para as mulheres, em especial as populares, a possibilidade de construção de autonomia dentro de relações diversas, sem nos isolar, e sem perder de vista o enfrentamento da nossa história de opressão, sem deixar de alimentar nossos sonhos de transformação social de alcance da igualdade e da justiça. Afeto e potência são as palavras mais frequentemente usadas pelas PLPs. Acrescento também “femenagem”, um neologismo que significa tributo feminista às mulheres e aos homens (TELES, 2019, p. 237).

História viva das PLPs no Brasil, a autora demonstra que esse é um movimento que realiza o feminismo que se propõe revolucionário. Trazer as mulheres das classes populares para aprender juntas e, de maneira dialógica, conseguir construir com elas a autonomia e a transformação da realidade de opressão, demonstra o caminho fantástico que a EP Feminista realiza. A junção entre Afeto, Potência e Femenagem demonstram a práxis revolucionária das PLPs. No Guia de PLPs (2016), criado pela União das Mulheres de São Paulo, a EP é colocada como método fundante, em que a

[...] Educação Popular é aquela em que os papéis de quem ensina e de quem aprende não são fixos: ensina-se aprendendo, aprende-se ensinando. Isso significa que não se trata de uma via de mão única: o conhecimento é construído coletivamente. Os princípios da Educação Popular baseiam-se no fato de que as pessoas acumulam saberes ao longo de suas trajetórias particulares e que cada uma delas pode oferecer sua contribuição para o processo compartilhado de produção de conhecimento (UNIÃO DAS MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016, p. 8).

Mais uma vez, reafirmamos a importância da EP para a construção do movimento feminista. Ter como princípio que o saber é conhecido entre mulheres, independentemente de sua formação acadêmica, considerando também suas trajetórias de vida, reiteramos a necessidade da construção de um feminismo que dialogue de maneira concreta com as mulheres.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-lo a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar

convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua *situação* no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto (FREIRE, 2016, p. 120).

Também é importante destacar do Guia da UMSP (2016) que essa metodologia é importante para que as mulheres consigam desvendar o funcionamento dos sistemas de justiça e garantia de direitos, tão cheios de mecanismos de exclusão. Isso contribui para a realização da cidadania e para que as mulheres possam garanti-la. O Guia caracteriza o projeto da seguinte forma:

O Projeto de Promotoras Legais Populares é, desse modo, um esforço coletivo de apropriação do conhecimento relativo ao direito, tanto no que se refere à forma da lei quanto à atuação de profissionais e instituições do mundo jurídico, visando ao domínio da informação sobre a legislação e sobre como exigir do poder público o cumprimento de suas obrigações para que os direitos sejam garantidos (UNIÃO DAS MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016, p. 9).

Groschitz (2019) elaborou sua dissertação de mestrado trazendo como tema a produção de conhecimento na experiência com a EP nas PLPs, da Associação Cida da Terra, em Campinas-SP. A autora compreende que, enquanto movimento social, as PLPs constroem redes de solidariedade e de entreatajuda que colaboram para a construção de uma nova ordem social, com um maior grau de liberdade, visto que:

[é] na Educação Popular, tal como proposta pelo grupo, que se supõem a possibilidade dessas práticas emancipatórias. Na organização das PLPs de Campinas, as mulheres aprendem na convivência umas com as outras. Nas conversas, discussões e decisões tomadas em grupo. Cada uma, com sua visão de mundo, educação escolar, origem familiar, religião, planos de vida, experiência política, com suas questões sobre sexualidade. Assim, o movimento de PLPs de Campinas faz Educação Popular, relacionando suas reivindicações de um mundo melhor, mais digno, dentro de princípios contra hegemônicos e anticapitalistas, à luta pela emancipação, em uma luta em que seja dado aos indivíduos a possibilidade de liberdade e consciência (GROSCHITZ, 2019, p. 52-53).

Através dessa reflexão, percebemos que as diferentes experiências de PLPs no Brasil realizam a “educação como prática da liberdade”, visando novas formas de viver, onde possamos ser plenamente livres. Novamente, dialogando com as ideias da EP, vemos a importância da mesma para os movimentos sociais, como é o caso das PLPs.

É neste sentido que entendemos que a educação para a liberdade é aquela que empodera os atores sociais para que sonhem, busquem expandir sua liberdade e construam novos referentes pessoais, sociais, políticos, culturais. É ainda a que tem o poder como um tema substantivo. E trata de questões que envolvem líderes populares, que também são parte de movimentos sociais e de organizações de base, e que são força dos movimentos sociais (ROSSEL, 2012, p. 454).

Outra pesquisa que traz um levantamento interessante sobre as repercussões dos dois movimentos iniciais de PLPs no Brasil (Rio Grande do Sul e São Paulo) é dissertação de mestrado elaborada por Santos (2014). A partir da atuação do movimento, ocorre o estabelecimento de políticas públicas voltadas para mulheres; criação de mecanismos de acolhimento às mulheres; de espaços para a realização dos encontros, bem como a realização de seminários que fazem discussões e deliberações sobre o movimento. Surge do movimento de São Paulo uma carta de princípios da qual Santos (2014, p. 50) destaca:

A Carta de Princípios surgiu da necessidade, cada vez mais presente, de criação de cursos em outros municípios e de estimular o que seriam seus objetivos e princípios. A carta traz alguns elementos fundamentais como: 1) Promotora Legal Popular não é uma profissional do direito, mas sim uma liderança formada para lidar com questões do cotidiano das pessoas que tiveram seus direitos violados; 2) O curso apoia-se em uma abordagem multidisciplinar do direito, em que são incorporados conteúdos de outras áreas; 3) É um curso voltado especificamente para mulheres como forma de ação afirmativa.

É fundamental destacar que, dentro do movimento, uma PLP não é uma profissional do Direito, mas qualquer mulher que se aproprie da luta para que suas companheiras tenham seus direitos validados. As mulheres tornam-se multiplicadoras dos conhecimentos que constroem ao longo das oficinas e conseguem colocar em prática a proposta anteriormente apresentada por hooks (2019): construir um feminismo aprendido no cotidiano, na vizinhança, com mulheres que estão longe das universidades.

Também é importante ressaltar que a simples garantia da execução de um direito positivado não significa a real emancipação das mulheres. Apesar de acreditarmos que seja importante a garantia de direitos, não é no sistema jurídico do sistema capitalista, estruturado na opressão de gênero, que teremos garantida a plenitude potencial de ser mulher. É necessário encorajar mulheres na construção de uma nova forma de sociabilidade que não seja estruturada nas opressões de classe, raça e gênero.

Pensar a emancipação feminina e a tradução dos acúmulos históricos das lutas das mulheres perpassa a superação desse modo de produção e seus desdobramentos na configuração que, reflexo da totalidade, produz mediações particulares de acordo com cada espaço (MARTINS et al, 2019, p. 270).

Dessa forma, o princípio de que o curso é uma abordagem multidisciplinar, permite que as oficinas contemplem questões para além do Direito, como: racismo, direitos reprodutivos, sexualidade feminina, saúde mental, participação política, trabalho, entre outros. O fato de estar voltado para mulheres e ser realizado por elas – terceiro princípio destacado por Santos (2014) – faz dele uma ação afirmativa por colocar as mulheres, independentemente de sua formação acadêmica, no espaço do debate, historicamente, ocupado pelos homens.

Tendo isso elucidado, permanece o encantamento pela proposta de transformar mulheres em PLPs, que constroem coletividades, questionam as estruturas do patriarcado e fortalecem umas às outras dentro de suas diferenças. Sobre essa importância de dar continuidade ao movimento, relata Teles (2019, p. 246):

Na comemoração dos 25 anos de Promotoras Legais Populares, a ênfase deve ser dada à continuidade da Educação Popular feminista em direitos, que precisa ser multiplicada e atualizada com a frequência que o tempo exige. Um quarto de século marca uma nova era de PLPs, herdeiras de lutas cotidianas e intensas dos feminismos e de construção, afirmação de direitos e cidadania das mulheres. É um marco histórico. Mais do que nunca nosso país precisa de aprofundar a Educação Popular em direitos das mulheres. O feminicídio coloca o Brasil entre os países com um maior número de assassinatos de mulheres. Temos que enfrentar a violência de gênero, a face cruel do patriarcado. As desigualdades sociais no Brasil se acumulam e não saímos do lugar de um dos países mais desiguais do mundo.

Diante desse relato e levando em consideração o atual contexto em que a destruição dos direitos, ainda tão frágeis ou simplesmente desconhecidos pelas comunidades periféricas, parece ser o objetivo primordial daqueles que se encontram à frente do governo do Brasil, é urgente o fortalecimento do movimento de mulheres engajado socialmente. No DF, as PLPs atuam desde 2004, fortalecendo o movimento e transformando a maneira de se pensar a extensão universitária na UnB.

3.2. As PLPs no Distrito Federal: extensão universitária popular

A história das PLPs no DF relaciona-se fortemente com o curso de Direito da UnB. Fonseca (2019) construiu um relato sobre ser pesquisadora e integrante do movimento e descreve o começo do curso:

Em 2004, por meio de um artigo publicado no livro “Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade” (FEIX, 2004), um grupo de estudantes tomou conhecimento da existência do curso de Promotoras Legais Populares, desenvolvido pela ONG Themis do Rio Grande do Sul desde 1995. Os corações palpitarão de vontade de reproduzir a experiência no Distrito Federal. Desde 2003, o país avançava no debate dos direitos das mulheres com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) no âmbito do Governo Federal, o que aumentou a circulação de militantes feministas nos círculos institucionais de Brasília, como uma integrante do projeto de Promotoras Legais Populares (PLPs) promovido pela ONG Centro Dandara de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos/SP, com a qual o grupo entrou em contato (FONSECA, 2019, p.41).

Sabemos que o estabelecimento das PLPs no DF se deu por iniciativa de estudantes do curso de Direito da UnB em parceria com a AGENDE, o MPDFT, o NEPEM/UnB e o CEPAFRE. É interessante destacar a importância do CEPAFRE para a criação do projeto, considerando o forte vínculo que o grupo de pesquisa, ao qual a presente pesquisa está vinculada, tem com essa instituição.

O CEPAFRE teve um importante papel na criação do projeto das PLPs/DF. Esta entidade foi criada em 1989 e compõe o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA/DF) e o Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal (FORUM EJA/DF). Isso garantiu ao CEPAFRE uma ampla legitimidade junto à comunidade de Ceilândia/DF, local em que seria o curso de PLPs, e ajudaram na mobilização junto à população e nos debates acerca do modelo do projeto (FONSECA, 2012, p. 29).

Assim, o vínculo estabelecido com o CEPAFRE demarca a preocupação em criar um diálogo com a comunidade e os movimentos sociais da região que recebia o projeto, sobretudo a importância de ensinar os direitos das mulheres, a partir da perspectiva revolucionária e emancipadora de Paulo Freire.

Fonseca (2012), em sua dissertação de mestrado em Direito na UnB, fez um levantamento que vinculou a história das PLPs à história do feminismo no Brasil. Sua pesquisa, baseada na proposta do “Direito achado na rua” e na Educação Jurídica Popular (doravante

EJP), analisa a experiência das PLPs no Distrito Federal no ano de 2011, e afirma que o curso é uma ação afirmativa de gênero.

O curso de Promotoras Legais Populares do DF configura-se como uma ação afirmativa de gênero, baseada na visão do direito conjuntamente construído a ser concretizada por meio da Educação Jurídica Popular (EJP). Essa proposta educativa possui como um de seus elementos principais proporcionar a todas as estudantes um espaço ativo de fala, a fim de que se liberem da antiga forma de educação na qual um/a ensina e o/a outro/a aprende, como o objetivo de capacitá-las para atuarem na defesa dos direitos femininos e na transformação da realidade social (CUSTÓDIO; FONSECA, 2015, p. 27).

A proposta pretende colocar em prática os princípios freireanos de uma educação para emancipação e transformação. Para as autoras, o projeto visa desnaturalizar as injustiças sociais, culturalmente construídas na relação entre mulheres e homens, e permitir que as mulheres passem a ocupar, em maior número, o espaço público da palavra e sejam protagonistas no combate a toda forma de opressão as quais são submetidas.

Buscamos levar todas participantes a compreenderem que as desigualdades entre mulheres e homens são impostas e perpetuadas por instituições históricas, como Estado, família, escola, religião, entre outras. Essas desigualdades tornam-se de tal forma, arraigadas que são consideradas como fruto de um processo “natural”. Por meio de oficinas, palestras, pequenos filmes e textos, leitura de poesias e músicas, trabalhos em grupos, criamos condições para que as mulheres troquem experiências e ideias, de modo a perceberem que não são naturais as desigualdades. As diferenças sexuais entre mulheres e homens não são causadoras de desigualdades, mas sim as ideologias/concepções patriarcais, sexistas, e capitalistas que reforçam a divisão sexual do trabalho, desvalorizam as mulheres, tanto econômica como politicamente, e fomentam uma correlação perversa de forças (TELES, 2015, p. 50).

Dessa forma, enquanto curso de extensão, as PLPs/DF utilizam-se de três marcadores teórico-metodológicos (SANTOS, 2019): Feminismos, o projeto Direito achado na rua e a EP. Contribui de maneira fundamental para a realização do projeto, a proposta do Direito Achado na Rua que, historicamente, se desenvolveu na UnB. O principal interlocutor dessa maneira contra hegemônica de se pensar o Direito é Roberto Lyra Filho. Defende-se que o Estado não é a única fonte do Direito, mas o povo é sua fonte material, sendo as articulações da própria sociedade, fundamentalmente, os movimentos sociais, aqueles que elaboram, interpretam e efetivam o direito, visando a sua liberdade (FONSECA, 2012).

Semelhante à EP, esse projeto tem como proposta uma prática jurídica transformadora, na qual o jurista engajado teria a preocupação de “elaborar uma ciência jurídica da libertação,

nos moldes da teologia da libertação, construindo uma teoria a partir das massas oprimidas, e não a partir das elites do poder e sua ideologia” (LYRA FILHO, 1980, p. 17). Os pressupostos freirianos e o projeto Direito Achado na Rua foram importantes bases para o desenvolvimento da EJP.

Ademais, é imprescindível que a formação de PLPs permita que essas mulheres se entendam enquanto criadoras e efetivadoras do direito. Assim,

[a] partir da constatação derivada dos estudos acerca dos chamados novos movimentos sociais, desenvolveu-se a percepção, primeiramente elaborada pela literatura sociológica, de que o conjunto das formas de mobilização e organização das classes populares e das configurações de classes constituídas nesses movimentos, instaurava, efetivamente, práticas políticas novas em condições de abrir espaços sociais inéditos e de revelar novos atores na cena política capazes de criar direitos (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 39).

Nesse sentido, o curso de formação de PLPs organiza-se por meio de oficinas elaboradas de maneira a possibilitar que as *cursistas* socializem seus conhecimentos, de modo que não apenas os conhecimentos acadêmicos ou jurídicos sejam valorizados, mas também aqueles que são provenientes dos saberes populares, ou seja,

[o] projeto PLPs/DF, como prática de educação jurídica popular feminista, busca na relação das mulheres com o mundo a sua existência à comunicação, o que é a essência do “ser da consciência” e serve à sua libertação da condição de “seres para o outro”, passando à condição de “seres para si”, significando sua autonomia ao se descobrirem dotadas de um saber próprio indispensável para a transformação de uma normativa a que elas se encontram submetidas como cidadãs, mas que não reflete as suas realidades (CUSTÓDIO; FONSECA, 2015, p. 32).

Nesse ínterim, é notável a valorização da voz das mulheres que passam pelo curso. Essas tornam-se multiplicadoras de uma nova forma de pensar as relações que se estabelecem nos diferentes espaços em que atuam. Ao se pensar em uma proposta revolucionária, que permita a construção de uma nova sociedade, onde as mulheres sejam realmente livres, as propostas da EP de cunho feminista são caminhos possíveis para alcançar a emancipação das mulheres e, por conseguinte, dos homens.

Portanto, é fundamental pensar em como a formação de PLPs no DF está diretamente vinculada à extensão universitária da UnB. Trata-se de uma extensão popular que, vinculada às discussões sobre a EP, assume a responsabilidade da universidade em democratizar o

conhecimento e resistir a sua crescente mercantilização. Concordamos, assim, com Nardi, Fonseca e Costa (2015, p. 146-147) que veem, na extensão popular,

[u]ma prática insurgente na medida em que desestabiliza o conceito tradicional de universidade e confronta formas hegemônicas de produção e circulação do conhecimento. Questiona as hierarquias existentes em relação à autoridade dos discursos acadêmico-científicos, assim como enfrenta o crescente desengajamento da Universidade que tem sido promovido sob o argumento da autonomia [...] O aspecto diferencial da Extensão Popular é sua completa resistência ao modelo corporativista e sua potencialidade para engajar a Universidade na construção de projetos emancipatórios de sociedade.

A extensão popular é uma defesa do Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Extensão, das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Percebe-se que as instituições assumem um compromisso com a realização de práticas de extensão que dialoguem e atendam as demandas da comunidade, dialogando com a EP e com os movimentos sociais. Esses são elementos fundamentais ao pensarmos em instituições públicas que de fato atendam às demandas sociais.

As PLPs no DF se inserem nesse movimento de democratização dos saberes produzidos nas universidades, bem como no compromisso com a transformação social. Em um relato sobre a formação da Turma XVI de PLPs de Ceilândia, Azevedo e Veras (2019, p. 61) descrevem:

[o] curso viabiliza um autoconhecimento baseado em trocas de experiências com outras mulheres, permitindo que elas alcancem a cura e a libertação de violências, preconceitos e preceitos a elas imputados durante suas vivências. Ao se analisar as relatorias, curtos relatórios de como ocorreu a oficina, quais dinâmicas foram realizadas e quem as conduziu, é possível identificar a desconstrução enfrentada pelas cursistas cada vez que se debatia algum tema.

Entre 2005 e 2020, se formaram 18 turmas no DF, em Ceilândia, Sobradinho e São Sebastião, e uma em Goiás, sendo a turma de Águas Lindas a primeira do Entorno. Em um levantamento feito por Fonseca (2019), até o ano de 2018, 622 mulheres já haviam se formado no projeto.

Quadro 1 – Número de Formandas por turma (2005-2018)

Ano	Cidade	Nº de Formadas
2005	Ceilândia	68
2006	Ceilândia	27
2007	Ceilândia	27
2008	Ceilândia	30
2009	Ceilândia	58
2010	Ceilândia	39
2011	Ceilândia	54
2012	Ceilândia	32
2013	Ceilândia	22
2014	Ceilândia	73
2014	Sobradinho	13
2015	Ceilândia	49
2016	Ceilândia	30
2017	Ceilândia	29
2017	São Sebastião	25
2018	Ceilândia	31
2018	São Sebastião	15
Total		622

Fonte: (FONSECA, 2019, p. 46-47).

Atualizando os dados com as turmas que se formaram em Ceilândia e em Águas Lindas, no ano de 2019, temos um total de 723 mulheres que concluíram a formação como PLP (45 de Ceilândia e 56 de Águas Lindas). Por iniciativa daquelas que foram se formando como PLPs, criou-se o Fórum de Promotoras Legais Populares do DF (doravante FPLPs/DF), em 2008.

O interesse na criação do FPLPs/DF se deu pela necessidade de manutenção do vínculo entre as mulheres que passaram pela formação do curso. À medida que o curso foi se consolidando, surgiu a demanda de estabelecer uma organização para que as PLPs não se afastassem e continuassem colaborando nas lutas que envolviam os direitos das mulheres. Chaul, Baqueiro e Santos (2019, p. 162) buscaram caracterizar a atuação do FPLPs/DF e explicaram que

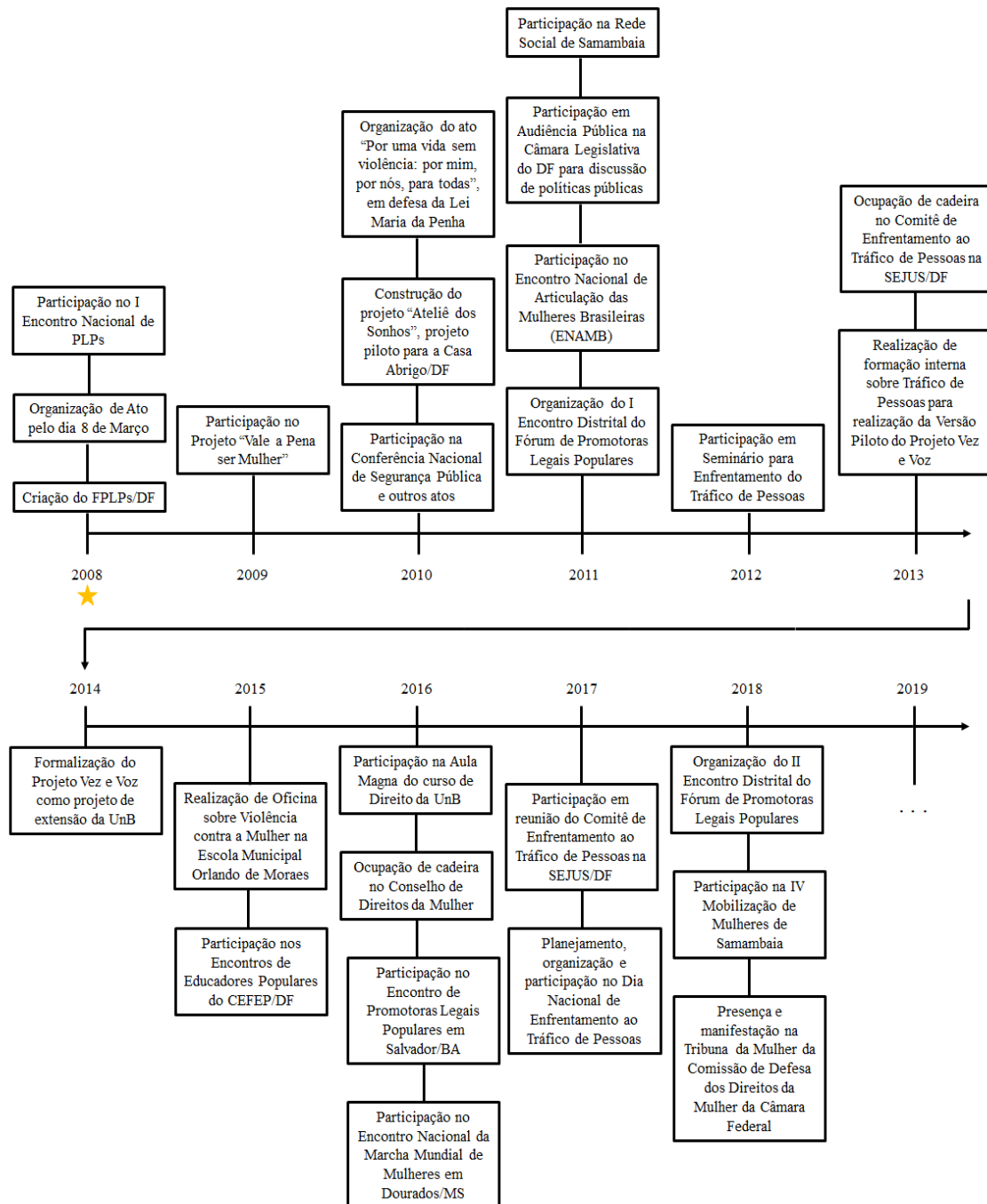
[o] Fórum de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (FPLPs/DF) funciona como um espaço de articulação em prol dos direitos das mulheres e meninas nas comunidades do Distrito Federal e Entorno. O objetivo central do Fórum é propiciar um ambiente no qual as Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (PLPs/DF) possam organizar estratégias de atuação política, social e comunitária, no intuito de colocar em ação e manter em prática a formação de saberes e experiências realizada ao longo do curso de PLPs no Distrito Federal.

O FPLPs/DF caracteriza-se como um espaço autônomo em relação ao curso, ao mesmo tempo que permite uma extensão do mesmo, pois possui sua própria pauta. A formação como PLP implica em uma atuação como multiplicadora e na construção de uma rede de solidariedade. O Fórum se desenvolve pela necessidade de ocupação dos espaços públicos para a garantia dos direitos das mulheres, providenciando

[...] o planejamento de uma agenda própria de atuação, na qual são sistematizadas datas de reunião, de participação em eventos e palestras, de mobilização de atos políticos e sociais, de organização de parcerias e de formações internas entre outros. Com essas atividades, o Fórum proporciona oportunidades para que as PLPs possam disseminar os conhecimentos adquiridos, engajarem-se em movimentos políticos e sociais, e, assim, tornarem-se referências para suas comunidades a respeito de temas relacionados aos direitos das mulheres (CHAUL; BAQUEIRO; SANTOS, 2019, p. 171-172).

Essa é a forma de conexão do curso com os movimentos sociais. Não poderia ser diferente, consideradas as bases de organização do curso e seu histórico de atuação na América Latina. O FPLPs/DF é a completude da práxis desenvolvida em uma ação educativa libertadora, a conscientização crítica que resulta em ação transformadora. As mulheres que nele se envolvem militam nos espaços de defesa dos direitos humanos, da educação de jovens e adultos, contra o tráfico de pessoas, pelo fim da violência contra a mulher e o feminicídio. O Fórum também ocupou espaços na Câmara Legislativa, em eventos científicos e de articulação de mulheres, como também em Redes Sociais de Proteção à Crianças e Adolescentes em regiões administrativas do DF. No esquema a seguir, trazemos alguns exemplos da atuação do FPLPs/DF:

Figura 1 - Histórico da Atuação do Fórum de PLPs do DF



Fonte: (CHAUL; BAQUEIRO; SANTOS, 2019, p. 174).

É nessa compreensão de que os ensinamentos construídos precisam ser disseminados, que o Curso de Formação de PLPs se realizou em Águas Lindas de Goiás, em 2019, ampliando o FPLPs do DF e Entorno. No próximo capítulo, iniciamos um relato sobre o estabelecimento da formação de PLPs como ação de extensão no IFG-Campus Águas Lindas, em parceria com a Faculdade de Direito da UnB e o FPLPs/DF.

**CURSO DE FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES EM ÁGUAS
LINDAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO**

*Eu João de barro,
eu uma roseira
Eu a ânsia dessa febre intensa
que é tão passageira
Eu abismo largo,
beco sem saída
Eu amarras e tesouras que
desprendem minha vida
Me dou pra quem,
vivo por quem
Fora eu, sou todas as aspirações do mundo
Tempo de esperas (MORAIS, 2020).*



Fonte: Oliveira (2020)

Depois de compreendermos as bases epistemológicas que norteiam esse trabalho, discorreremos sobre o caminho metodológico percorrido para a construção dos dados que foram analisados, no próximo capítulo.

Partimos uma perspectiva de defesa da EP, sendo assim, não seria possível pensar em uma pesquisa que se desenvolvesse afastada do “objeto”. Na condição de coordenadora da ação de extensão que levaria à formação de PLPs em Águas Lindas, desde o princípio, estive envolvida de perto com todo o processo, e por isso, esse estudo trata-se de uma pesquisa-ação.

A escolha em analisar uma experiência que mistura feminismo e EP sob um olhar marxista precisava pautar-se a numa metodologia que, assim como as concepções norteadoras da experiência e da pesquisadora, também se fizesse transformadora. Nesse sentido, a pesquisa-ação, defendida por Thiollent (2011) foi o caminho adotado, uma vez que a pesquisadora e as participantes atuaram na construção coletiva para a resolução dos problemas por elas enfrentados. Também houve a preocupação aqui em dar voz às participantes da pesquisa, assim como conceitua Creswell (2007), sobre uma concepção reivindicatória e participativa.

Devido a essa especificidade, peço licença para construir a escrita em forma de relato, bem como fazer o uso da primeira pessoa do singular, uma vez que além de pesquisadora, fui a

coordenadora da ação, *cursista* e *cursista-facilitadora*. Isto não, não se trata de uma observação distante, pois estive plenamente envolvida com o objeto de pesquisa.

A relatoria está dividida em duas partes: na primeira, apresento a trajetória da construção e estabelecimento do curso; na segunda, a realização das oficinas e da ação de encerramento.

4.1. O estabelecimento do curso: entre a teoria e a prática

A realização do curso de PLPs em Águas Lindas se deu entre os meses de abril e dezembro de 2019. Em todos os eventos relacionados ao curso, tomei nota em meu Diário de Itinerância. Esses registros servem para elucidar de forma mais detalhada o trajeto dessa pesquisa.

O estabelecimento da formação de PLPs em Águas Lindas é fruto da insistência de Rosa Maria dos Santos. Essa senhora, de mais de 60 anos, migrante nordestina, com dificuldades de locomoção, que se formou PLP em 2011, tentava, há muito tempo, levar o curso para a cidade em que mora, há muitos anos. Rosa, desde que se formou PLP, nunca se afastou do movimento, sendo parte ativa do FPLPs/DF e uma das criadoras e principal articuladora do projeto *Veze e Voz*, que realiza oficinas para a conscientização sobre o combate ao tráfico de pessoas nas escolas de Águas Lindas, criado a partir das discussões das PLPs, no DF. Desde que o *campus* do IFG se estabeleceu em Águas Lindas, em 2014, tentou criar parcerias para a realização do curso de PLPs, mas essa parceria só deu certo quando Alice Gabriel, professora de filosofia no *campus*, conheceu a proposta.

Alice, doutoranda em Filosofia na UnB, trabalhando com temáticas de Gênero e Teoria Feminista, assumiu, com financiamento do CNPq, a coordenação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia-SECITEC, de 2018, cujo tema foi “periferia dos saberes”. Sendo esta a primeira vez em que o evento não se manteve exclusivo para as/os estudantes e adquiriu o caráter extensionista. No dia do encerramento do evento, houve uma plenária para o debate sobre a violência contra a mulher na cidade e além da convidada do MPDFT, Ísis Reis, tivemos a presença de Rosa Maria. Foi uma plenária maravilhosa e, naquele dia, Rosa propôs à Alice a implementação do curso de PLPs no IFG, esta, por sua vez, se animou discutiu a ideia com Mariana Nóbrega, na época, Gerente de Pesquisa e Extensão, que também ficou muito empolgada.

Como Alice sabia que eu me interessava pela temática, me convidou para fazer parte do projeto que, em outubro de 2018, era apenas uma ideia. Concordei, mas sem compreender direito do que se tratava. Em fevereiro de 2019, em virtude dos prazos estabelecidos pela Pró-

Reitoria de Extensão (PROEX), começamos a elaboração do projeto para que fosse aprovado nas instâncias do IFG.

As reuniões de fevereiro e março se deram apenas entre as servidoras (Alice, Mariana, Carla, Flávia e eu) para a elaboração do projeto e submissão aos seguintes setores: Conselho Departamental; Gerência de Ensino Pesquisa e Extensão (GEPEX); Direção Geral e PROEX. É importante ressaltar que a não participação de PLPs formadas na elaboração do projeto significou diversas alterações em seu andamento ao longo do ano e, nas primeiras reuniões, foi tomando corpo a equipe que faria com que o curso se desenvolvesse em Águas Lindas.

Inicialmente, o projeto previa a oferta de 80 vagas, sendo vinte por cento delas destinadas ao público da EJA, visto que o curso Técnico Integrado ao Médio, em Enfermagem, na modalidade EJA, ofertado na instituição, tem um público composto, em sua maioria, por mulheres e, com certa frequência, tínhamos que lidar com situações de violência doméstica as quais estavam submetidas. Com a alta procura, resolvemos ampliar o número de vagas. Essa foi apenas uma das mudanças que tivemos que fazer.

Após a aprovação em todas as instâncias, o trabalho de divulgação iniciou-se, tendo como principais articuladoras Mariana e Rosa Maria. As duas percorreram a cidade e tinham como foco os seguintes locais: Secretaria de Assistência Social; Delegacia da Mulher; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim da Barragem, CEU e Santa Lúcia; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Secretaria de Assistência Social; Ministério Público de Goiás; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); algumas clínicas médicas e escolas da cidade.

Também houve ampla divulgação entre as/os estudantes do IFG para que pudessem convidar mulheres (suas mães, irmãs, amigas, tias) a participar do curso, porém, a principal divulgação na instituição, se deu na EJA, devido às vagas que eram destinadas às estudantes dessa modalidade.

Tivemos um total de 102 mulheres inscritas no curso. A inscrição podia ser feita na GEPEX do *campus* ou enviando por e-mail o nome completo e número de documentos de identificação. Optamos por aprovar todas as mulheres inscritas, com exceção daquelas que eram discentes do curso de Licenciatura em Biologia, uma vez que excederíamos a porcentagem destinada às estudantes da instituição, o que configuraria em um projeto de ensino e não de extensão. Assim, aprovamos a inscrição de 98 mulheres. O próximo passo era realizar a matrícula de todas as selecionadas, elemento que nos permitiu fazer uma análise crítica dos nossos mecanismos de comunicação.

A lista de mulheres selecionadas foi divulgada pelo site do IFG. A partir disso, todas as servidoras envolvidas passaram a divulgar em suas redes sociais e nas redes sociais do IFG as orientações para a matrícula. Enviamos também um e-mail para todas aquelas que haviam solicitado inscrição por meio dessa ferramenta. No entanto, tivemos um baixo retorno e poucas matrículas. Percebemos que a comunicação através das redes sociais nem sempre é acessível e compreensível às mulheres de Águas Lindas. Também percebemos o erro de não ter solicitado um contato telefônico para aquelas que submeteram sua inscrição, assim, poderíamos tentar outra forma de contato com as mesmas. Esse lapso na comunicação fez com que muitas mulheres não participassem do curso, e das 98 selecionadas, apenas 67 compareceram no primeiro encontro do curso.

Antes de iniciarmos, fizemos encontros com as PLPs formadas que se dispuseram a serem *facilitadoras* em Águas Lindas e as servidoras e estudantes do IFG que se tornariam *cursistas-facilitadoras*. O primeiro aconteceu no dia 12 de abril, na sala da GEPEX. Estiveram presentes as PLPs Rosa, Clara e Dani Black; as estudantes Amanda, Adriele, Raíza, Victória e Vitória; e as servidoras Mariana e eu. Esse encontro foi fundamental para entendermos de maneira mais prática a realização do curso. Até então tínhamos uma dimensão teórica da realização do curso possibilitada através da dissertação de Fonseca (2012). Nesse encontro, Rosa nos deu uma aula sobre como os aspectos burocráticos podem ser excludentes; sobre a necessidade de mantermos as *cursistas* interessadas, sentindo-se parte do curso e levantando as temáticas a serem abordadas. Também falou sobre a necessidade da construção de uma ação, ao final, que fosse encabeçada pelas próprias *cursistas*.

Dessa reunião, estabelecemos que, apesar das limitações de espaço, os encontros seriam no auditório do IFG, com as cadeiras dispostas em roda, para que a privacidade das mulheres fosse mantida. Optamos, também, por aceitarmos inscrições feitas no dia de abertura do curso, numa tentativa de compensar àquelas questões relacionadas ao lapso na comunicação. Além disso, foi colocada em pauta, a necessidade de um espaço para acolhimento das crianças, pois se é um curso para mulheres e não se pensa no lugar para as crianças, se exclui as mães. A partir dessa reunião começamos a ter uma dimensão mais real, não só do curso, mas da dinâmica da cidade. Rosa apontou os aspectos coronelistas, a grande presença de igrejas evangélicas (mais de 2500, segundo ela) e a *juvenilização da maternidade*⁴.

⁴ Esse termo trazido por Rosa é muito utilizado na área da Educação, especialmente, quando as discussões estão circunscritas à EJA. Boa parte das meninas de Águas Lindas são mães cada vez mais jovens e isso não é visto como um problema pela comunidade. Então, *juvenilização da maternidade* refere-se a essa naturalização da maternidade precoce.

Todos esses aspectos ficaram muito evidentes no decorrer do curso. Por isso, foi muito enfatizado que nós, servidoras que estávamos na organização do curso, precisaríamos conhecer melhor a realidade da cidade para que pudéssemos construir um diálogo com as cursistas, uma vez que nenhuma morava na cidade a mais de 3 anos e outras sequer era habitantes do município.

Também ficou evidente a necessidade de apreendermos os pressupostos da EP e a importância de não nos portarmos como docentes do IFG, mas como facilitadoras para que conseguíssemos que as mulheres se expressassem sem estarem sempre esperando que nós uma resposta. Diante dessas demandas, combinamos um encontro no feriado do dia 1º de maio, na casa de Dani Black, onde refletimos sobre a realidade de Águas Lindas e aprendemos sobre a EP.

É muito importante falar sobre as estudantes do Ensino Médio Integrado que se dispuseram a ser monitoras no curso. Na prática, elas eram como nós servidoras que estavam sendo, ao mesmo tempo, *cursistas* e *facilitadoras*, mas que, no linguajar institucional, eram conhecidas pelo termo monitoras. Diferentemente das servidoras, elas nasceram e viveram a vida toda em Águas Lindas, ou seja, tinham outra visão da cidade. Vieram para auxiliar na construção do curso por terem sido minhas orientandas de pesquisa (Raíza, Victória e Amanda), da Alice (Erika e Juliely) ou por se interessarem pelo feminismo (Adrielle, Andressa, Maria Clara e Ana Carolina). Somente uma foi convidada a ser monitora, Vitória. Eu a convidei pelo fato dela ter participado de uma oficina que ministrei sobre *Protagonismo Feminino na História*, e ter relatado casos próximos de violência doméstica. Prontamente, ela concordou em participar e também tentou que a mãe se inscrevesse no curso, o que acabou não acontecendo.

Figura 2 – As cursistas-facilitadoras-monitoras



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/2019).

Quanto às PLPs formadas no DF que se dispuseram a fazer a facilitação em Águas Lindas, tivemos onze mulheres que começaram e seis que permaneceram até o final do curso. A necessidade de colaborarem com a facilitação em Ceilândia e a participação em intercâmbios fora do país foram os motivos que levaram Paula, Renata, Gabriela, Heloísa e Dani Black a não permanecerem até o fim do curso. Clara, Maria Laura, Janaína, Andréa, Talita e Rosa Maria ficaram conosco até o final. Delas, somente Rosa Maria e Andréa moravam em Águas Lindas. As demais vinham com transporte da UnB que saía do *Campus Darcy Ribeiro*, no Plano Piloto, e passava no Núcleo de Práticas Jurídicas, em Ceilândia, para se encaminhar para Águas Lindas.

Com essa equipe, estruturamos nosso curso. Desde o começo ficaram muito evidentes as diferenças com o curso de Ceilândia, e a principal se dava na quantidade de oficinas. Rosa, sempre enfatizava que precisávamos começar com uma oficina mensal, enquanto o curso do DF acontecia todos os sábados. Segundo ela, precisávamos conquistar as mulheres aos poucos e com encontros todos os sábados não conseguiríamos uma continuidade das mesmas. Além disso tínhamos a dificuldade da distância devido ao deslocamento das *facilitadoras*, moradoras do DF, ser muito desgastante. A ideia de Rosa era formar mulheres na cidade para que elas fossem facilitadoras nos próximos cursos e, assim, gradualmente aumentar o número de encontros.

Após o primeiro encontro, no dia 27 de abril, conseguimos, através das fichas de inscrição que as cursistas preencheram, levantar os temas que seriam abordados nas oficinas. O curso se realizou da seguinte maneira:

Quadro 2 – Organização das Oficinas e Temas

Data	Tema	Oficineira convidada / Facilitadora responsável
27/04	Abertura – Apresentação	Representante da DEAM
25/05	Educação Popular	Ana Luzia – Educadora Popular
29/06	Papéis de Gênero e Feminismos	Alice – Cursista/Facilitadora
27/07	Racismo	Josefina Santos - Advogada
24/08	Violência Doméstica	Ana Hasegawa (Delegada DEAM)
21/09	Violência contra a mulher e saúde mental	Denise Neubauer (Promotora de Justiça)
26/10	Saúde Mental e Gênero. Passo a passo da Lei Maria da Penha.	Larys (CVV) e Talita Rampim (Facilitadora)
23/11	Sexualidade Feminina	Raila e Julia (PLPs de Ceilândia)
24/11	Ação	Todas as facilitadoras
07/12	Formatura	Todas as facilitadoras

Fonte: acervo da autora, 2019

Algumas temáticas foram alteradas à medida que sentíamos a necessidade da discussão dos temas, a partir dos debates feitos nos grupos menores, ao longo das oficinas. Rosa sempre nos levava a olhar para as necessidades das mulheres de Águas Lindas e não às nossas ambições como feministas. Muitas vezes, o que pra nós, acadêmicas, era importante, não condizia com a realidade vivenciada por mulheres. Esse foi um dos motivos pelos quais tivemos duas oficinas com a temática da violência.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2016, p. 109).

Não seria possível pensar em um curso que se propunha trazer a EP sem ouvir e dialogar com quem participaria do processo. A EP estava muito além de uma metodologia voltada para

a organização das oficinas. Seria necessário um compromisso de escuta, reflexão crítica e de transformação da realidade das pessoas ali envolvidas.

Precisaríamos, também, estabelecer um diálogo mais próximo entre as mulheres que estariam na facilitação. Tínhamos a dificuldade da distância das *facilitadoras* que moravam no Plano Piloto e com isso era difícil estabelecer reuniões no meio da semana. Para quem não conhece, devido à migração pendular, o fluxo de carros de Águas Lindas/Plano Piloto, Plano Piloto/Águas Lindas é tão intenso nos períodos das 6h às 9h e das 18h às 20h, respectivamente, que ficava complexo pensar em reuniões que não fossem no fim de semana.

Porém, quando marcávamos ao fim de semana, também tínhamos dificuldade de adesão. Começamos a compreender que seria difícil manter um deslocamento frequente das mulheres. Com isso, chegamos à conclusão que era melhor nos reunirmos para pensar as oficinas seguintes no final de cada oficina. Assim, quando acabassem os encontros, faríamos a avaliação, resolveríamos questões que surgissem e planejaríamos a próxima. As demandas que surgiam no intervalo entre uma oficina e outra, tentávamos resolver entre aquelas que moravam no município (Rosa, Andréa, Carla e eu). A maioria das reuniões aconteceu no IFG, mas outras, bastante proveitosas, foram feitas na casa de Rosa Maria.

Apesar dos encontros terem ficado bem espaçados, em alguns meses, mantivemos contato via *whatsapp* sempre. Além das reuniões especificamente para o curso, destacadas no quadro 03, nos encontramos também para organização da nossa participação na SECITEC de 2019. Esse foi um trabalho feito com as estudantes que eram *cursistas-facilitadoras*. Juntas, elaboramos um painel interativo sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A apresentação foi sobre os tipos de violência especificados na Lei, além disso, fizemos também uma comunicação oral a respeito do projeto.

Quadro 3 – Reuniões facilitadoras

Data	Pauta da Reunião	Facilitadoras	Local
12/04	Compreensão do curso; Expectativas das participantes da organização; Alterações do projeto submetido ao IFG; Organização das inscrições; Organização do primeiro encontro; Definição das datas das oficinas e da ação; Definição das facilitadoras que viriam do DF auxiliar nas oficinas; Levantamento de possíveis temas geradores;	Cursistas-facilitadoras: Aline, Mariana, Adriele, Amanda, Andressa, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Clara, Dani Black e Rosa Maria.	IFG
27/04	Avaliação do primeiro encontro; Percepções sobre a turma; Formalização da parceria entre UnB e IFG; Organização quanto a frequência e participação no curso; Organização dos dados existentes nas fichas de inscrição em planilha; Levantamento dos Temas Geradores.	Cursistas-Facilitadoras: Aline, Alice, Carla, Flávia, Mariana, Adriele, Amanda, Andressa, Erika, Juliely, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Clara, Dani Black, Gabriela, Janaina, Maria Laura, Renata, Paula, Rosa Maria e Talita.	IFG
01/05	Dinâmica de apresentação pessoal; Debate sobre Educação Popular; Definição de responsáveis pelas redes sociais e drives; Definição de responsáveis pelas atas e relatorias.	Cursistas-Facilitadoras: Aline, Carla, Flávia, Adriele, Amanda, Andressa, Erika, Juliely, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Clara, Dani Black, Maria Laura, Renata e Rosa Maria	Casa da Dani Black
12/05	Organização da oficina do dia 25/05; Definição prévia dos Temas Geradores; Construção de dinâmicas para as mulheres se conhecerem e criarem laços.	Cursistas-Facilitadoras: Aline, Carla e Vitória. Facilitadoras: Maria Laura e Rosa Maria.	Casa da Rosa
25/05	Avaliação da oficina; Construção da próxima oficina; Dificuldades com questões religiosas/conservadoras entre as mulheres.	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Carla, Flávia, Adriele, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Clara, Dani Black, Heloísa, Janaina, Maria Laura, Renata, Rosa Maria e Talita.	

29/06	Avaliação da oficina; Organização da próxima oficina; Resolução das questões do crachá; Organização do pacto de convivência; Organização do drive; Participação das PLPs na Semana Universitária da UnB; Produção de folder com informações sobre espaços de acolhimento para vítimas de violência.	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Carla, Flávia, Adrielle, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Janaina, Maria Laura, Renata, Rosa Maria e Talita.	IFG
27/07	Avaliação da oficina; Discussão sobre a participação na Marcha das Margaridas; Discussão sobre a necessidade de maior integração entre os cursos de Ceilândia e Águas Lindas; Sugestões de datas para a ação do fim do curso.	Cursistas-facilitadoras: Aline, Carla, Flávia, Adrielle, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Nesse dia, como em Ceilândia não estava tendo encontro, cerca de dez mulheres vieram de lá para participar do encontro de Águas Lindas. Além das habituais Janaina, Rosa Maria, Andréa e Renata.	IFG
01/08	Organização da oficina do dia 24/08	Cursistas-facilitadoras: Aline e Carla. Facilitadoras: Andréa e Rosa Maria	Casa da Rosa
24/08	Avaliação da oficina; Organização da próxima oficina; Elaboração de um passo a passo sobre como agir em situações de violência.	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Carla, Flávia, Adrielle, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Janaina, Maria Laura, Rosa Maria e Talita.	IFG
21/09	Avaliação da oficina; Organização da próxima oficina; Organização da participação na Semana Universitária – UnB; Análise dos resultados da avaliação feita pelas cursistas.	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Carla, Flávia, Adrielle, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Janaina, Maria Laura, Rosa Maria e Talita.	IFG
24/09	Participação na Semana Universitária – Contribuição da extensão no Direito das Mulheres.	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Maria Clara, Raíza e Victória.	UnB – Darcy Ribeiro

		Facilitadoras: Andréa, Maria Laura, Rosa Maria.	
24 à 25/10	Painel interativo e Comunicação Oral na V SECITEC	Cursistas-Facilitadoras: Aline, Adriele, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza.	IFG
26/10	Avaliação da oficina; Organização da próxima oficina; Organização da ação: definição de local, responsáveis por ofícios, convites, equipamentos, mediação. Mobilização para cadastro das cursistas no Siex – UnB; Organização das camisetas; Campanha de arrecadação de absorventes e produtos de higiene pessoal.	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Carla, Flávia, Adriele, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Clara, Janaina, Maria Laura, Rosa Maria e Talita.	IFG
23/11	Avaliação da oficina; Organização final da ação;	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Carla, Flávia, Adriele, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Clara, Janaina, Maria Laura, Rosa Maria e Talita.	IFG
24/11	Avaliação da Ação; Organização da Formatura.	Cursistas-facilitadoras: Alice, Aline, Carla, Flávia, Adriele, Amanda, Ana Carolina, Andressa, Erika, Juliely, Maria Clara, Victória, Vitória, Raíza. Facilitadoras: Andréa, Clara, Janaina, Maria Laura, Rosa Maria e Talita.	IFG
28/11	Prêmio Marielle Franco de Direitos Humanos.	Cursistas-Facilitadoras: Aline Facilitadoras: Várias mulheres de Ceilândia e São Sebastião. De Águas Lindas: Andréa, Rosa Maria, Maria Laura e Clara.	CLDF
05/12	Organização dos últimos detalhes da formatura.	Aline e Rosa Maria	Casa da Rosa

Fonte: acervo da autora, 2019

4.2. As oficinas: mulheres em comunhão que buscam saber mais.

O curso de Águas Lindas já se iniciou com uma angústia, seriam poucos os encontros comparado com a formação de Ceilândia, mas esta foi a realidade material que se apresentou para nós. Não podíamos começar de outra forma, portanto, nossas oficinas precisavam ser muito acolhedoras e transformadoras, pois a construção do curso também era uma demanda da cidade.

Águas Lindas é um município localizado no Entorno de Brasília. Historicamente, as cidades que se desenvolveram devido a especulação imobiliária no Distrito Federal, vivenciaram explosões demográficas que significaram o desenvolvimento desordenado e o abandono das instituições públicas. É uma cidade formada pela classe trabalhadora do DF, majoritariamente, composta por migrantes nordestinos, que ocupam os postos de trabalho de baixa remuneração. A migração é uma realidade na vida dessas pessoas, tanto a vinda para Goiás, como a pendular de ir e vir do trabalho diariamente. Com uma média salarial de R\$964,00 para homens e R\$654,00 para mulheres (PNAD, 2010), somado a políticas públicas frágeis, a população águas-lindense padece com inúmeras carências e enfrenta, cotidianamente, inúmeras violações de direitos. Tudo isso ficou evidente ao longo das oficinas e, em todas elas, eu pensava: esse espaço é um espaço revolucionário.

Conforme já afirmei anteriormente, há um distanciamento entre as propostas de oficina, feitas no projeto submetido às instâncias do IFG, e as oficinas realizadas ao longo do curso. Isso se deu na construção do próprio curso. Em alguns momentos, víamos que era necessário reforçar algumas temáticas, o que só foi possível através de uma escuta sensível. Podemos dizer, juntamente com Freire (2016, p. 116), que

[a] educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A *com* B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação.

Dessa forma, não seria possível manter um conteúdo programado anteriormente que não fosse significativo para aquela realidade. É possível ver as mudanças na construção do curso, se compararmos a organização das oficinas pensadas inicialmente àquelas que de fato aconteceram.

Quadro 4 – Comparação da proposição de oficinas

	Projeto inicial	Propostas repensadas	Oficinas realizadas
1 ^a	Mulheres e Direitos	Abertura - Apresentação	Abertura – Apresentação
2 ^a	Gênero, diversidade e interseccionalidades.	Educação Popular	Educação Popular
3 ^a	Violência contra Mulheres e a Lei Maria da Penha	Papéis de Gênero e Feminismos.	Papéis de Gênero e Feminismos
4 ^a	Políticas Públicas para mulheres	Racismo	Racismo
5 ^a	Direitos sexuais e reprodutivos	Violência doméstica.	Violência Doméstica
6 ^a	Estatuto da Criança e do Adolescente	Violência (em sentido amplo).	Violência contra a mulher e saúde mental
7 ^a	Direito à Saúde: SUS e a Saúde da mulher	Saúde Mental	Saúde Mental e Gênero. Passo a passo da Lei Maria da Penha.
8 ^a	Discriminação racial: legislação e história	Tráfico de pessoas e migração.	Sexualidade Feminina

Fonte: acervo da autora.

As mudanças mais evidentes são aquelas entre o projeto inicial e as propostas repensadas a partir do diálogo com Rosa Maria, que é moradora de Águas Lindas, e das respostas das fichas de inscrição do primeiro encontro com as cursistas, o que permitiu que tivéssemos acesso aos temas de interesse das futuras *cursistas*. As demais mudanças ocorreram a partir da percepção de possíveis falhas no tratamento dos temas das oficinas.

A primeira oficina foi destinada à apresentação do curso e das cursistas. Nos organizamos em círculo e fizemos uma dinâmica de acolhimento: dávamos as mãos e, uma por vez, ia pra frente, falava seu nome, e as demais respondiam “eu te acolho, te recebo e cuido de você”.

Figura 3 – Primeira oficina

Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/27 de abril de 2019).

Tivemos a participação da Promotora de Justiça, Denise Neubauer, que demonstrou muita satisfação com o projeto. Foi destinada uma parte do tempo para explicar a ficha de inscrição para as cursistas, pois essa ficha permitiria conhecermos o perfil das cursistas, seus interesses com a formação, disponibilidade para o curso, bem como os temas que gostariam que fossem trabalhados.

A principal parte da oficina foi a apresentação das cursistas. Era muito bonito ver a empolgação delas em ocuparem aquele espaço. Em suas breves apresentações, percebemos que várias não eram nascidas em Águas Lindas, a maioria se professava cristã, que sentiam gosto por estarem em um espaço educacional, que estavam muito felizes por terem sido escolhidas para participarem do curso. Essa foi a parte que mais nos marcou. Era muito recorrente o agradecimento por ser escolhida e o relato de que, no município, somente quem tinha algum envolvimento com os políticos conseguia ocupar esses espaços. Na avaliação da oficina, Rosa afirmou que esse é um reflexo do coronelismo. Esse fator juntamente com a religiosidade exacerbada foram elementos que nos acompanharam até o fim do curso.

A respeito da religião e a opressão das mulheres, afirma Toledo (2017, p. 36):

A religião é uma das questões centrais na análise do problema da opressão da mulher. A inferioridade feminina é um mito que as distintas religiões

consagram há séculos. A visão de Maria como uma mulher totalmente submissa, que não exige nada para si mesma e se doa integralmente aos demais, incapaz de fazer o mal a outrem e que nem mesmo para conceber seu filho Jesus se submeteu a relações carnavais e pecaminosas, mantendo-se assim pura para todo o sempre, é um instrumento perfeito para servir de modelo da figura feminina exigida pela Igreja. Uma mulher rebelde, que se insurge contra os mandamentos, que luta contra as injustiças, é um ser que foge ao padrão Maria, ao qual todas as mulheres devem almejar se parecer. Mesmo que sejam mulheres modernas, seu modernismo deve ser saudável e impregnado de bondade com o próximo.

No primeiro encontro, cinco cursistas se intitularam lideranças religiosas (pastoras, bispas, ministras). Em algumas falas, percebemos que justificavam a violência com argumentos religiosos (o que foi surpreendente para a maioria das que estavam na organização do projeto). Quanto ao coronelismo, Rosa relatou que, quando estava na divulgação do curso, recebeu ligações pedindo informações afim de monitorarem os movimentos sociais de Águas Lindas. Isso nos deixou preocupadas com relação a presença de pessoas que não estivessem envolvidas com o curso no *campus*, por esta razão, combinamos que, na sala da oficina, só entrariam as mulheres inscritas, as *facilitadoras* e *oficineiras*.

Também ficou muito evidente interesse pelo tema da violência doméstica, sempre mencionando vivências de pessoas próximas, no intuito de levar o conhecimento para outras mulheres, para suas irmãs de igreja. Com isso, concordamos em colocar mais de uma oficina para o tema. Como forma de encerramento, em roda e em pé, cada uma teve que falar uma palavra boa para as mulheres que ali estavam.

A segunda oficina teve o propósito de familiarizar as mulheres com a proposta da EP. Também, a partir dela, comecei a estabelecer laços de confiança com elas para que, juntas, construíssemos o curso e essa pesquisa. Rosa convidou a educadora popular Ana Luzia. Ela pediu para que cada mulher segurasse a mão uma da outra, olhasse nos olhos, dissesse bom dia, e depois se apresentassem umas para as outras. Após a dinâmica de abertura, Ana Luzia pediu para que todas se apresentassem dizendo seu nome, onde moravam e sua profissão. Muitas relataram que estavam desempregadas.

Figura 4 – Segunda oficina: Dinâmica de Abertura

Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/25 de maio de 2019).

Com as apresentações, a *oficineira* estabeleceu um diálogo sobre violências, tentando puxar para a realidade de Águas Lindas. Depois do lanche organizado pelas cursistas, Ana Luzia apresentou um vídeo curtinho sobre a EP e a importância de Paulo Freire. Também dialogou com as cursistas sobre a educação enquanto ato político e de como a EP poderia ser o caminho para tecer uma rede de resistência e solidariedade. A maneira como Ana Luiza conduziu, em forma de bate-papo, foi muito interessante e, em nenhum momento, ficou em lugar de destaque (na frente da sala), mas em meio às cursistas, de onde ela propunha debates sobre as violências que cada uma vivenciava. Para finalizar, pediu que todas se unissem para tirar uma foto, desejando forças à Professora Camila, que havia passado por um episódio de violência dentro da instituição. Após a foto, reforcei a necessidade do preenchimento da ficha de inscrição e dos documentos para aquelas que não eram estudantes do IFG, por isso, nesse dia, não fizemos uma dinâmica de despedida.

Figura 5 – Segunda oficina: foto da turma com Ana Luzia



Fonte: acerbo da autora (pesquisa de campo/25 de maio de 2019)

Na avaliação, ficamos felizes com a colaboração de Ana Luiza, mas sempre esbarrávamos com a dificuldade do espaço físico do auditório que não permitia a formação de um “bom círculo” uma vez que eram muitas cursistas. Também lamentamos não termos feito uma dinâmica de encerramento.

Ao percebermos que algumas mulheres não tinham dificuldade de falar em público, muitas vezes, monopolizando a fala, ao passo que outras eram muito tímidas, nas oficinas seguintes, resolvemos fazer uma divisão em grupos menores para facilitar o diálogo. Assim, as *facilitadoras* e as *cursistas-facilitadoras* teriam o papel de motivar o debate e a fala de todas. Para isso, formulamos perguntas norteadoras para auxiliar no desenvolvimento do diálogo, de modo que ninguém monopolizasse a fala. Dessa forma, os debates em grupo nos possibilitariam o exercício da escuta.

No processo da fala e da escuta, a disciplina do silêncio a ser assumida com rigor e a seu tempo pelos sujeitos que falam e escutam é um *sine qua* da comunicação dialógica. O primeiro sinal de que o sujeito que fala sabe escutar é a demonstração de sua capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a sua palavra, que é um direito, mas também o gosto pessoal, profundamente respeitável, de expressá-la. Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo. É preciso, porém, que quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ater o que dizer. Mais ainda, que o que tem a dizer não é necessariamente, por mais importante que seja, a

verdade alvissareira por todos esperada. É preciso que quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado (FREIRE, 2017, p. 114).

A terceira oficina foi sobre papéis de gênero e feminismos. Como dinâmica de abertura, colocamos uma música bem animada e pedimos para que as mulheres andassem aleatoriamente pelo auditório. Quando a música pausasse, elas deveriam cumprimentar a mulher mais próxima e se apresentarem. A ideia era que elas começassem a criar vínculos umas com as outras e não ficassem presas a grupos, que dialogassem entre todas e não apenas com as que tinham familiaridade antes mesmo do curso.

Figura 6 – Terceira oficina: discussão em grupos



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/29 de junho de 2019).

Dividimos a turma em seis grupos e pedimos que as mulheres falassem sobre o que entendiam a respeito dos papéis de gênero. Cada grupo recebeu pinceis e cartolina para elaborarem uma síntese do debate que apresentariam para o coletivo. As *facilitadoras* e *cursistas-facilitadoras* estavam orientadas a estimular o debate e sanar possíveis confusões com o conceito de gênero, tão demonizado ultimamente, bem como fazer com que percebessem as diferenças entre elas para, no intuito de introduzirmos a discussão sobre os diferentes feminismos.

Figura 7 – Terceira oficina: exposição dos grupos



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/29 de junho de 2019).

Foram escolhidas, por meio de debate, duas responsáveis por grupo, para levar a relatoria, após o lanche coletivo. No momento das relatorias, apareceram falas sobre a pressão pela feminilidade; profissões que mulheres não eram bem vistas; lugares que as mulheres não podiam frequentar sozinhas; as dificuldades no trânsito; não se sentirem ou terem que provar que são capazes de realizar certas atividades. Também tivemos relatos sobre violências físicas; contradições do papel de mãe e de esposa; o lugar que a religião designava para mulheres e homens.

Figura 8 – Terceira oficina: exposição da Alice



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/29 de junho de 2019).

Posteriormente a esse momento, as mulheres voltaram a se sentar em círculo e Alice, sentada no chão, deu início a um diálogo para construirmos coletivamente os conceitos de gênero e feminismo. Enfatizou a fala de uma *cursista* que disse, na relatoria, que era mulher e era humana e aproveitou para trazer a para a ideia de que “o feminismo é a ideia radical de que mulheres são gente”. Explicou que o gênero é uma imposição a que somos condicionadas desde que nascemos, submetendo-nos a determinadas posições, inviabilizando certas coisas para a vida. Concordamos com Biroli (2018, p. 42) que

[a] divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras.

Sobre a forma como o gênero se constrói, Alice demonstrou o quanto somos educadas para pensar no outro e não na gente, não aprendemos a enfrentar, porque somos direcionadas a pensar no outro, antes de pensar em si. Por isso, o enfrentamento tem que ser coletivo e aquele espaço mostrava-se poderoso para romper com a realidade de opressão. Alice aproveitou

bastante das reflexões das *cursistas* durante a relatoria, pontuando que a responsabilização feminina sobre o trabalho doméstico impactava no mundo do trabalho, pois

[a] distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. São elas *apenas* que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e essa *gratuidade* se define numa relação: o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo (BIROLI, 2018, p. 28, grifos da autora).

Alice também frisou como é prejudicial a construção da rivalidade feminina e a necessidade da sororidade; que os questionamentos levantados pelas mulheres, sobre os papéis a elas atribuídos, eram questionamentos dos movimentos feministas e que precisávamos desconstruir a visão estereotipada da feminista. Ao falar sobre a dupla moral sexual, algumas se sentiram confortáveis para compartilhar sobre situações em seus casamentos e algumas insistiram que têm mulheres que permitem ser violentadas. Com isso, Renata retomou a fala de Alice sobre sermos educadas a não reagir, a não falar quando algo nos desagradava, então, não permitíamos ser violentadas, pelo contrário, não aprendemos a reagir. Como dinâmica de encerramento, cada uma falou uma palavra sobre o que estava sentindo com aquela oficina.

Na avaliação vimos como positivo o trabalho em grupos, permitiu com que as mulheres tímidas participassem mais da oficina. Também vimos a necessidade de firmar o pacto de convivência entre as mulheres. Esse pacto deveria ser construído coletivamente na próxima oficina e deveria ser retomado em todas as outras.

Na quarta oficina, iniciamos com a explicação sobre o que era o pacto de convivência. Todas precisavam elaborar, pois isso era imprescindível para que o curso funcionasse bem. Assim, novamente as dividimos em grupos, em que cada um elencou duas relatoras para exporem ao coletivo suas propostas. Seguidamente, elaboraram dois cartazes pontuando aquilo que queriam e não queriam ao longo do curso (quadro 5).

Figura 9 – Quarta oficina: elaboração do pacto de convivência



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/27 de julho de 2019).

Quadro 5 – O pacto de convivência

O que queremos?	O que não queremos?
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento - Escuta ativa - Coletividade - Respeito à fala da próxima - Transformação - Sair da zona de conforto - Extensão dos encontros no <i>whatsapp</i> - União - Ouvir as críticas - Promover a empatia - Confiança e afeto - Empoderamento - Acolhimento - Respeito/Atenção - Compromisso com as regras das PLPs - Desconstrução de estereótipos - Interação - Sigilo - Silêncio pedagógico - Compartilhar experiências 	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar mensagens políticas e religiosas no grupo de <i>whatsapp</i> - Rótulos - Extremismos - Monopólio da fala - Levar dúvidas para casa - Preconceito - Intolerância - Desistência - Mau uso do celular - Conversas paralelas - Classicismo - Evitar fotos e filmagens sem autorização - Discriminação - Julgamentos - Críticas destrutivas - Falas agressivas

Fonte: elaboração própria.

A partir da elaboração dos cartazes, firmaram o compromisso de segui-lo para construírem coletivamente o curso da melhor maneira. Nesse dia, também receberam seus crachás do curso. Fizemos o intervalo para lanche e, depois, tivemos a oficina sobre racismo com Josefina Santos, a Jô. A partir da sua história de vida, a *oficineira* falou sobre o quanto o racismo é presente na sociedade brasileira e como ele implica em diversas questões relativas ao mundo do trabalho. Todas ficaram muito encantadas com essa fala, pois, em algumas fases da vida, morou em Águas Lindas, então, conhecia de perto as opressões que as mulheres negras viviam na cidade.

Figura 10 – Quarta oficina: Dialogo com Jô



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/27 de julho de 2019).

Posteriormente, em nossa avaliação como acadêmicas, achamos que algumas questões sobre raça não foram aprofundadas, porém, para as cursistas, foi tão encantador, que avaliamos como muito positiva. Assim, comprometemo-nos a retomar as questões que para nós precisavam ser mais esmiuçadas, pois compartilhamos do pensamento de Angela Davis que

[p]ara que o movimento de mulheres enfrente os desafios de nosso tempo, os problemas específicos das mulheres racialmente oprimidas devem ter prioridade estratégica. Durante as fases iniciais do movimento de mulheres

contemporâneo, as questões relativas à libertação feminina foram tão estreitamente definidas que a maioria das mulheres brancas não aprendeu a importância de defender as mulheres negras das agressões ideológicas e materiais provenientes do governo. As mulheres brancas que na época tinham como foco principal o processo de conscientização política não compreenderam a relação entre o movimento pelos direitos de bem-estar social e a batalha mais ampla pela emancipação das mulheres. Elas também não entenderam a necessidade de contestar a representação propagandística das mulheres negras como “matriarcas castradoras” enquanto uma luta da qual todas as mulheres identificadas com a libertação feminina deveriam participar. *Hoje, não podemos mais pagar o preço de negligenciar as influências racistas que permeiam o movimento de mulheres, nem podemos continuar sucumbindo à crença de que as mulheres brancas serão eternamente incapazes de assimilar a natureza dos laços que as unem às suas irmãs de minorias étnicas* (DAVIS, 2017, p. 33-34, grifos nossos).

Sendo assim, se nosso objetivo era construir um movimento que realmente libertasse as mulheres das opressões, a perspectiva da opressão de raça deveria estabelecer-se como central em todas as oficinas, assim como as de classe e gênero. Como tivemos a presença das *facilitadoras* de Ceilândia nessa oficina, durante a avaliação, elas trouxeram elementos importantes para pensarmos conjuntamente na construção do curso. Desta vez, deixamos a preparação da próxima oficina para um almoço na casa da Rosa.

As três próximas oficinas teriam como tema central a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha. Na nossa percepção, as falas sobre violência eram muito recorrentes, portanto, tratava-se de uma temática que deveria ser bem trabalhada. Na quinta oficina, após a dinâmica de acolhimento, recebemos a delegada Ana Cristina Hasegawa, da Delegacia da Mulher de Águas Lindas. O primeiro momento foi destinado a explicar como funcionava a DEAM; quais eram os tipos de violência especificados na Lei Maria da Penha; o ciclo da violência; os tipos de proteção que as mulheres podiam reivindicar, entre outras informações. Noutro momento, todas puderam tirar dúvidas com a delegada. No decorrer dessa oficina, tivemos que mediar uma situação de desconforto, uma vez que, três das mulheres que se dispuseram a falar, demonstraram muita insatisfação com a estrutura da DEAM, em Águas Lindas.

Figura 11 – Quinta oficina: Exposição da DEAM

Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/24 de agosto de 2020).

Apesar do desconforto gerado, percebemos que as mulheres ficaram muito encantadas com a presença da delegada, ali, junto com elas. Também pensamos no quanto poderia ser pedagógico para Ana Cristina estar naquele espaço, visto que as pessoas que operam o direito nem sempre se envolvem ou conhecem seu público. Após o intervalo do lanche, dividimos a turma em seis grupos para debatermos sobre as violências que vivenciávamos e nem sempre compreendíamos como violência. Desse debate, percebemos nas relatorias dos grupos que a violência psicológica era fortemente recorrente entre as mulheres. Muitas relataram que não era fácil sair do ciclo da violência devido a uma construção de baixa autoestima, a crença de que havia algo errado nelas e a constante privação de fazer as coisas que gostavam por medo de serem estupradas.

Figura 12 – Quinta oficina: debate nos grupos



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/24 de agosto de 2019).

Todos esses relatos nos fizeram ver a importância de trazer uma psicóloga para conversar com as mulheres. Apesar de já termos convidado a promotora Denise Neubauer, optamos por dividir a próxima oficina com uma psicóloga. Também concordamos que seria importante elaborarmos orientações para mulheres em situação de violência.

Assim, a sexta oficina começou com a apresentação de uma música pelas estudantes que estavam como *cursistas-facilitadoras*. A música intitulada P.U.T.A., da artista Mulamba, retrata o medo cotidiano das mulheres de serem estupradas. Depois da apresentação das meninas, usei uma parte do tempo para explicar três pontos importantes: i) a escolha da mulher que seria homenageada pela turma (dando a ela seu nome); ii) a frase que seria colocada em nossa camiseta; iii) a avaliação do curso que estava disponível para que elas fizessem. Também pedi para aquelas que quisessem ser entrevistadas por mim, para minha pesquisa, que me procurassem. É importante ressaltar que, na segunda oficina, já havia falado sobre meu desejo de falar sobre elas e sobre a construção do curso, na minha dissertação, e pedi para que me autorizassem a fazê-lo.

Figura 13 – Sexta oficina: diálogo de Promotora para Promotoras



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/21 de setembro de 2019).

Depois a promotora Denise conversou com a turma “de promotora para promotoras”, explicando como o conceito de gênero era importante para a compreensão da Lei Maria da Penha. Falou também sobre a preocupação com a construção de uma escuta sensível para as mulheres vítimas de violência e apresentou alguns aspectos práticos sobre como proceder em situação de violência doméstica. Depois do lanche coletivo, a psicóloga Larys abordou alguns aspectos sobre a saúde mental das mulheres em forma de bate-papo.

Apesar de não termos feito os debates em grupo dessa vez, foi uma oficina muito descontraída e muitas mulheres conseguiram expor suas questões, tanto para Denise, quanto para Larys. No entanto, por conta do tempo, não foi possível que apresentássemos o passo a passo de como proceder em situações de violência e mesmo que já tivéssemos distribuído cartilhas sobre o assunto, achamos importante que isso fosse o tema inicial da próxima oficina. Como o relacionamento das cursistas com a psicóloga foi muito legal, a convidamos novamente para colaborar com a próxima oficina, cujo tema era *Saúde Mental e Gênero*.

A discussão sobre como seria nossa ação dentro da comunidade água-lindense foi o tema inicial da sétima oficina. Concordamos em fazer uma campanha de arrecadação de absorventes e itens de higiene pessoal para mulheres carentes da cidade. Faríamos uma arte para divulgação nas redes sociais, de modo que cada uma divulgaria em suas redes e levaria sua arrecadação para a oficina do dia 23 de novembro. A partir daí, montaríamos os kits que seriam distribuídos na cidade.

Além da campanha de arrecadação, faríamos um “Balcão de Direitos”, em que discutiríamos sobre o alto índice de feminicídio e teríamos a fala de uma assistente social e uma advogada sobre os mecanismos de proteção social na cidade e sobre a Lei Maria da Penha. A atividade seria aberta a toda comunidade. Isso nos trouxe outra demanda: pensar em um local. Demanda esta que gerou a discussão mais delicada que tivemos, porque em todas as possibilidades pensadas, o medo da interferência política dos “coronéis” da cidade ficava evidente. Mesmo nos equipamentos públicos, temíamos a cooptação da ação como algo que fosse relativo a determinado mandato.

Depois de muita discussão, definimos que a ação seria no dia 24 de novembro, um domingo, no pátio do IFG. Essa escolha se deu por três razões principais: a necessidade de que a instituição ficasse mais conhecida na cidade (apesar de ter sido implantado em 2014, muitas pessoas ainda não compreendiam que aquela era uma instituição pública de ensino gratuito); o fato de não termos recursos financeiros para aluguel de tendas e equipamentos de som e temermos que uma tentativa de patrocínio significasse o fim da autonomia do movimento; o espaço do IFG, por pertencer à Rede Federal de Educação, dificilmente seria utilizado como espaço para a cooptação política.

Agora, faltava definir quem seria nossa homenageada. Entre as opções levantadas pela turma, tínhamos: Maria da Penha, Greta Thunberg, Rafaela Martins e a Professora Milena. As duas últimas eram mulheres da cidade, vítimas de feminicídio. A maioria da turma votou por homenagear a Professora Milena. Depois disso, votamos a cor da camiseta e a frase da turma. A cor escolhida foi a lilás, que simboliza a luta pelo fim da violência contra a mulher, a frase foi a de autoria de Malala Yousafzai “Eu levanto a minha voz, não para que eu possa gritar, mas para aqueles sem voz possam ser ouvidos”. Definidas todas essas questões, Talita Rampim fez a orientação sobre como agir em situação de violência.

A abordagem de Talita foi muito interessante, uma vez que ela construiu o diálogo de forma com que as *cursistas* se compreendessem como multiplicadoras daquele conhecimento. Enfatizou que em briga de marido e mulher devemos meter a colher sim, pois isso pode significar salvar uma vida. Entre as orientações, tínhamos a de criar códigos de ajuda com os

vizinhos; pensar em rotas de fuga; se a mulher percebe que o marido pode se tornar um agressor, deixar uma pasta com cópias de seus documentos e dos filhos com alguém de confiança, caso precise fugir.

Figura 14 – Sétima oficina: passo a passo da Lei Maria da Penha.



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/26 de outubro de 2019).

Talita enfatizou a importância de ter anotado o CPF do cônjuge, pois, caso precise acionar o Disque Denúncia (180), é importante informar. Explicou que, se nenhuma das orientações anteriores puder ser seguida e a mulher for agredida, a recomendação é tentar sair de perto da cozinha, por ser um local da casa onde os agressores podem ter acesso a facas. Informou também que, quando a agressão física se materializa, é fundamental dirigir-se ao hospital mais próximo e solicitar um laudo médico. Se for direto para Delegacia, é importante solicitar exame de corpo de delito. Talita fez um alerta a respeito da identificação de possíveis negligências no atendimento e como agir diante delas. Se possível, é melhor estar acompanhada por alguém de confiança.

A elaboração desse passo a passo, acalmou nossas angústias sobre o que ficara “faltando” nos encontros anteriores. Depois do lanche coletivo, novamente, pudemos bater um

papo com a psicóloga Larys a respeito das construções sociais sobre ser mulher e suas implicações na saúde mental das mesmas. Foi uma conversa bem descontraída, várias *cursistas* fizeram colocações e desabafos. Mais uma vez ficou evidente o poder terapêutico daquele espaço e, ao mesmo tempo, seu potencial revolucionário na construção coletiva pelo fim das opressões que estamos submetidas. Foi uma oficina que avaliamos de maneira positiva.

Figura 15 – Sétima oficina: turma com a psicóloga Larys



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/26 de outubro de 2019).

Para a construção da última oficina levamos em consideração os resultados da avaliação feita pelas mulheres, via formulários do *Google*. Apesar de acharmos importante tratar sobre migrações e tráfico de pessoas, optamos por falar sobre a sexualidade feminina. Tanto as respostas da avaliação, como algumas falas sobre estupro marital e a expressão de alguns estereótipos sobre as mulheres lésbicas, fizeram com que mudássemos o tema da última oficina.

Uma dinâmica de boas-vindas seguida de uma fala da família de Milena, a homenageada da turma, deu início à oitava oficina. Sua mãe e sua filha falaram sobre sua vida e a violência de sua morte por não aceitar manter um relacionamento abusivo. Foi um momento muito emocionante.

Depois disso, fizemos a divisão dos grupos, que receberam uma caixinha cheia de temas para discutirem no tempo de um minuto e meio. Cada vez que a música tocasse, a caixinha deveria rodar entre as mulheres do grupo e quando parasse, a mulher que estivesse com a caixinha tiraria um tema para que elas debatessem até que a música voltasse a tocar. Os temas eram: sexualidade, masturbação, orgasmo, sexo, prazer, consentimento, corpo/aparência, orientação sexual, adolescência, pornografia e educação sexual. As discussões versaram muito sobre como o prazer lhes era negado; como a pornografia afetava negativamente a forma que seus parceiros viam o sexo; a necessidade da educação sexual para adolescentes e, infelizmente, vários relatos de estupro marital.

Figura 16 – Oitava oficina. Debate nos grupos



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/23 de novembro de 2019).

As *oficineiras* Julia e Raila retomaram todos os temas das caixinhas e exploraram a discussão sobre as mulheres lésbicas, em que foram muito cuidadosas no tratamento do tema, pois sabiam que estavam em um ambiente com predomínio de ideias religiosas fortes. No entanto, foi interessante perceber que algumas mulheres mudaram seu olhar sobre o tema, apesar de outras terem ficado explicitamente desconfortáveis.

Ao final, acertamos os últimos detalhes para a realização da ação que seria no dia seguinte e nos despedimos com abraços coletivos. Na reunião pós-oficina, organizamos as responsáveis por cada uma das atividades da ação, já que não conseguimos confirmar a presença de pessoas de fora do curso.

A ação de encerramento foi o momento alto do nosso curso, pois tornou-se algo além de uma oficina formativa para as pessoas do município. Inicialmente, as mulheres se mobilizaram na organização dos absorventes e produtos de higiene pessoal em kits. Foi muito interessante a preocupação delas em fazer uma embalagem bonita para os produtos que seriam distribuídos. Conseguimos arrecadar, além de absorventes, desodorantes, produtos de cabelo, sandálias, hidratantes.

Figura 17 – Ação de Encerramento: arrecadações e montagem dos kits



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/24 de novembro de 2019).

Depois dessa organização, tivemos a abertura da ação com uma fala de Rosa Maria sobre a importância de as PLPs não serem somente um curso, mas um movimento social. Alice falou sobre o papel da extensão e as estudantes Maria Clara e Adriele sobre a importância de terem participado do projeto como monitoras.

A *facilitadora* Janaína, que é assistente social no município, discorreu sobre o sistema de proteção social existente no município e a importância de conhecer e reivindicar o uso do CRAS e o CREAS. Como tínhamos o público para além das *cursistas*, Talita refez o passo a passo sobre a Lei Maria da Penha.

O mais fantástico foi que, depois das falas, construímos uma assembleia para a elaboração de uma carta para as autoridades do município, apontando as diferentes dificuldades que as mulheres enfrentavam nos setores da saúde, segurança, assistência social e cultura. Ficou acordado que a carta seria encaminhada à Prefeitura, à Câmara de Vereadores e ao Conselho Estadual da Mulher. Montamos também uma comissão para a distribuição dos itens de higiene pessoal arrecadados. Segue o esboço da carta:

Quadro 6 – Esboço da carta direcionada ao governo público de Águas Lindas

O que Águas Lindas precisa oferecer para o combate à violência contra mulher?

A I Turma de Promotoras Legais Populares de Águas Lindas – Professora Milena, diante dos inúmeros casos de violência contra a mulher na cidade e de feminicídio, elabora algumas reivindicações para a melhoria das condições das mulheres na cidade.

Quais nossas reivindicações?

Saúde:

- formação para agentes comunitários de saúde para identificação da violência doméstica e atuação na informação sobre os equipamentos presentes no Município de maneira a encaminhar a vítima para os serviços existentes;
- formação para equipes de enfermagem nos hospitais e postos de saúde para que o acolhimento às vítimas de violência doméstica seja mais humano;
- formação para as estudantes de enfermagem no IF para sensibilização a questão da violência doméstica e sua responsabilidade como futuras profissionais na saúde na denúncia, encaminhamento e combate;
- que o CAPSI ofereça um acolhimento direcionado à mulher em situação de violência;
- criação e ampliação dos CAPSIs;
- criação de uma política pública de saúde municipal para a prevenção e o combate a violência doméstica.

Segurança

- Necessidade de criação e manutenção de casas de passagem;
- Necessidade de criação e manutenção de Casas Abrigo;
- Garantir a presença de PLPs no conselho de segurança do Município para assegurar que as questões de violência doméstica sejam atendidas;
- Reativação de uma Defensoria Pública no Município;
- formação de agentes de segurança pública para um melhor atendimento às vítimas de violência doméstica;
- resolver a defasagem de policiais femininas na DEAM do Município;
- criação de um IML no município;

Cultura/Educação

- projeto escola aberta (ou o projeto mulheres mil no IF) – curso de capacitação para mulheres em situação de violência para combater a dependência econômica e reinserir mulheres (especialmente aquelas em situação de violência) no mundo do trabalho;
- cursos de música, arte, cultura para comunidade;
- edital para incentivo a cultura;
- revitalização da Praça CÉU para acesso a cultura através do cinema, teatro, cursos rápidos;

Assinam a carta: Promotoras Legais e Mulheres do Município.

Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/2019).

Após o encerramento da ação, a equipe de facilitação estava muito feliz com as construções do dia. Aproveitamos para acertarmos os detalhes da formatura que seria na semana seguinte. Ao longo da semana, me reuni com Rosa para deixarmos tudo organizado. Ela sempre enfatizava a importância desse momento. Para muitas cursistas era a primeira formatura que participariam. Conseguimos o auditório do Fórum da cidade, um espaço que permitia que as cursistas levassem sua família.

Figura 18 – Ação de Encerramento: debate para a construção da carta



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/24 de novembro de 2019).

A formatura dividiu-se na distribuição das camisetas; uma poesia de abertura; a composição da mesa com as falas de Rosa Maria (representando as PLPs); Talita Rampim (representando a UnB); Carla (representando o IFG); o discurso de Vitória Araújo (oradora da turma); o discurso das representantes da família da Professora Milena (homenageada pela turma); a entrega dos certificados; o discurso da *cursista* homenageada e o encerramento com a abertura do microfone para quem quisesse falar.

Figura 19 – Formatura. discurso da oradora



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/07 de dezembro de 2019).

O discurso proferido por Vitória, que foi cursista-facilitadora-monitora, traduz os alcances do curso e o entendimento da responsabilidade em ser uma PLP. Segue o discurso:

Bom dia, a todas formandas, aos presentes e se tudo ocorrer bem, ano que vem futuras cursistas presentes. Hoje estamos reunidas aqui para formação da 1ª turma de promotoras legais populares de Águas Lindas. A turma da professora Milena Barbosa Gama, que infelizmente foi vítima de feminicídio por não querer mais manter um relacionamento abusivo com seu parceiro. Não há palavras que eu possa dizer para acabar com a dor dos familiares e nem descrever a importância da Milena, mais uma coisa que nós formandas temos em comum com ela, é que somos mulheres que infelizmente podemos sofrer violências tanto em casa como na rua pela sociedade e aqueles mais próximos de nós (familiares, amigos e parceiros(as)), pelo simples fato de sermos mulheres. O curso das PLPs talvez seja um pequeno passo para o combate à

violência contra a mulher, mas é um passo importante, por isso é fundamental que nós, como PLPs formadas realizemos nossa parte, não apenas conseguir um certificado. Também devemos realizar nossa parte não apenas na rua, como também em nossas casas, seja com nossos pais, irmãos, filhos, parceiros e parceiras, sejam o que for, porque independente de sexo, gênero, raça e orientação sexual, todos são seres humanos que merecem ser respeitados e terem seu direito de viver, amar e realizar seus próprios sonhos, como a Professora Milena sonhava. Gostaria de afirmar que foi maravilhoso me formar como PLP e de deixar claro que o curso depende de nós para ter continuidade ano que vem e formar novas mulheres e aos poucos transformarmos a realidade de violência que as mulheres de Águas Lindas vivenciam.

Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/2019).

À medida que as mulheres iam pegando a camiseta, era entregue uma cédula para elas escrevessem o nome da *cursista* que queriam homenagear. Foi uma surpresa eu ter sido escolhida, mas uma confirmação de que eu me envolvi completamente com a realização do curso e tinha o respaldo da turma para falar delas nessa pesquisa. Por isso, não poderia ter optado por outra metodologia que não a pesquisa-ação.

Figura 20 – Formatura: I Turma de Promotoras Legais Populares de Águas Lindas – Turma Professora Milena



Fonte: acervo da autora (pesquisa de campo/07 de dezembro de 2019).

Construímos juntas o curso e, a partir dele, propostas para a melhoria das condições das mulheres da cidade. Mesmo que as autoridades não atendam imediatamente nossas reivindicações, agora, Águas Lindas tem 56 PLPs, mulheres que concluíram o curso e se responsabilizaram em multiplicar o conhecimento e colaborar com a vida de outras mulheres. Sobre elas, falaremos no próximo capítulo.

**A EDUCAÇÃO POPULAR, O FEMINISMO E AS PROMOTORAS LEGAIS
POPULARES – TURMA PROFESSORA MILENA**

*Companheira me ajuda
Que eu não posso andar só
Eu sozinha ando bem
Mas com você ando melhor
(Ciranda Feminista)*



Fonte: Oliveira (2020)

Ao longo de todo curso, compreendi que a junção entre o feminismo e a EP era uma proposta revolucionária. A experiência das PLPs seria “um respiro no caos”, ao mesmo tempo, ficaram os questionamentos: será que foi possível perceber alguma mudança entre as *cursistas*? Elas se sentiram acolhidas pela proposta? Houve alguma mudança efetiva em suas concepções sobre feminismo e/ou em suas vidas?

Ao mesmo tempo, era necessário avaliar todo o processo. As demais participantes da organização do curso julgavam importante a junção da EP com o Feminismo? Estávamos no caminho para a construção de uma nova forma de se pensar a vida das mulheres de Águas Lindas? Como o curso colaborava para que elas construíssem novas visões sobre o machismo e também sobre o feminismo?

Esses foram alguns dos questionamentos levantados através de entrevistas semiestruturadas com quinze mulheres que fizeram parte da formação de PLPs em Águas

Lindas. Dentre as *cursistas*, sete se dispuseram a colaborar com as entrevistas. Das que ficaram na facilitação, quatro foram entrevistadas. E entre as que eram *cursistas-facilitadoras*, como eu, quatro colaboraram.

As entrevistas aconteceram entre a última oficina e a formatura, a maioria delas, no IFG, principalmente, as das *cursistas*. Outras, no entanto, foram no *Campus* Darcy Ribeiro da UnB, pois a maior parte das *facilitadoras* moram no Plano Piloto ou próximo dele.

Como todas as mulheres que fizeram parte do curso, de maneira direta ou indireta, colaboraram para essa pesquisa, iniciarei com uma caracterização socioeconômica das mesmas. Depois, apresentarei os resultados da avaliação que fizeram no meio do curso e, ao final, discutirei as categorias levantadas a partir das entrevistas, sob a luz da análise de conteúdo de Bardin (2016).

5.1. As sujeitas da pesquisa: caracterização da Turma Professora Milena

Cento e duas mulheres inscreveram-se para participarem da formação de PLPs em Águas Lindas, destas, 98 foram aprovadas e 67 apareceram na primeira oficina. Concluíram o curso 56 mulheres. Para nós foi motivo de orgulho e a constatação da necessidade desse tipo de formação na cidade. Mesmo assim, lamentamos a desistência de algumas e, infelizmente, não tivemos condições de avaliar sistematicamente as causas da mesma.

Como tínhamos um número pequeno de oficinas comparado à Ceilândia, aquelas que perdessem três encontros não poderiam se formar. Porém, isso não era um impedimento para que elas frequentassem o curso, como chegou a acontecer.

As mulheres que chegaram até o fim do curso tinham idade entre 16 e 60 anos (19 com idade entre 16 e 26 anos; 27 com idade entre 30 e 45 anos e 10 com idade entre 46 e 60 anos). No que diz respeito a escolaridade, a turma era bem diversa também, havia mulheres com ensino médio incompleto (21 mulheres) e completo (7 mulheres); com o nível superior incompleto (7 mulheres) e completo (16 mulheres) e com algum tipo de pós-graduação (4 mulheres).

Somente nove dessas mulheres eram naturais de Águas Lindas, as demais vinham de diferentes cidades do país, principalmente de Brasília e das regiões norte e nordeste. Dessas 56, 24 alegaram estar casadas ou em união estável; 14 estavam solteiras; 2 viúvas; e as demais não responderam ou marcaram a opção “outros”. Alegaram não ter filhos 24 delas, e as demais possuíam entre 01 e 06 filhos.

Quanto à religião, uma maioria significativa declarou-se cristã (total de 41) e, entre essas, a metade católica e as outras de outras designações evangélicas. As outras 15 declararam-se agnósticas ou que não praticavam praticar nenhuma religião.

Não tivemos mulheres transgênero no curso. No que diz respeito à orientação sexual, 40 declararam-se heterossexuais; 8 bissexuais; 2 lésbicas; as demais afirmaram não saber.

Quando questionadas com qual cor/raça elas se identificavam, a maioria significativa afirmou ser negra ou parda (38 mulheres), 12 disseram ser brancas e as demais não responderam ou colocaram respostas que demonstravam não compreender a questão, como: “sou todas as raças dentro de mim”.

Relativo às ocupações profissionais, existiam das mais variadas: autônoma, assistente social, assessora, auxiliar administrativa, auxiliar de serviços gerais, doméstica, diarista, donas de casa, estudante, professora, servidora pública e liderança de ONG. Todas afirmaram ter acesso à internet, ao menos pelo celular, para acompanhar as informações sobre o curso.

Percebemos que foi uma turma heterogênea, mas com algumas marcações fortes: a maioria, com idade entre 30 e 45 anos (cristãs, mães, heterossexuais, cisgênero, negras e exercendo algum tipo de atividade remunerada). O fato é que todas, entre abril e dezembro de 2019, dedicaram um sábado do mês a se formarem como PLPs. É importante ressaltar que essas informações foram tiradas das fichas preenchidas no começo do curso e algumas alteraram-se ao longo do ano.

Entre a quinta e a sexta oficina, nos meses de agosto e setembro, disponibilizamos um formulário virtual para uma pequena avaliação do curso. Inspiradas nas questões elaboradas por Fonseca (2012), buscamos compreender um pouco sobre como estavam apreendendo os temas colocados no curso. Apenas 31 mulheres responderam de maneira anônima, no entanto, foi possível levantar dados interessantes.

Quando questionadas se a visão que elas tinham sobre ser mulher era a mesma que a sociedade em geral, 67,7% responderam que não e do que pontuaram ser diferente, destacamos: “A mulher é forte também, e não precisa do homem para nada”; “que as vezes têm mulheres que vê outra como ameaça”; “Um exemplo é: não sou uma ‘bela e recatada do lar’. Para a revista *Veja* uma certa época todas as mulheres deveriam seguir tal postura e não me vi nessa imagem. E por isso tenho essa visão divergente da mídia e da sociedade.”; “Não concordo com imposições que consideram normais e obrigatórias na nossa sociedade”.

Também tivemos respostas fundamentadas nos argumentos religiosos da “força” das mulheres, entre as quais é interessante destacar: *na minha visão ser mulher vai muito além do que o que falam que somos, muitas mulheres não têm noção de seu valor e sua capacidade, e*

importância para a família e o mundo...observe uma família sem uma representação feminina, é triste e sem alegria... mulher e luz, alegria, vida. Deus fez o homem do barro da terra, mas a mulher ele fez do osso da costela do homem...pra deixar claro que nós mulheres somos muito mais fortes do que imaginamos. Eu amo ser mulher.

Outro dado interessante e que se materializou durante as entrevistas é que a maioria (77,4%), a partir do curso, mudou sua visão sobre o que é violência contra a mulher, respondendo que agora compreendiam que não era somente agressão física, mas que haviam outras nuances, como a violência psicológica e que “em briga de marido e mulher pode meter a colher”. Questionadas se o curso influenciou em sua vida, 93,5% responderam que sim, discorrendo sobre terem desenvolvido mais coragem; aprenderam a tomar mais atitudes; pensar a sociedade de modo diferente; ter mais empatia pelas próximas. Destacamos:

Resposta 1: “Ter coragem pra denunciar, pra pedir ajuda, pra gritar não toque em mim isso é abuso”.

Resposta 2: “Hoje sei que posso não só me ajudar, mas também aquelas ao meu redor”.

Resposta 3: “A interação com as colegas pois sou tímida e isso me influenciou a falar mais um pouquinho e saber ouvir e ter empatia”.

Resposta 4: “Me ajudou na reflexão de como perceber a violência sofrida constantemente pelas minorias, e ter mais empatia em determinadas situações”.

Resposta 5: “Me impor, até ouvi do meu marido "de uns tempos para cá você está diferente, decidida" agora faço o que eu quero sem dar ouvidos as negatividades que me falavam e eu baixava a cabeça e quietava.”

Resposta 6: “Discutindo mais a temática com quem não teve a oportunidade de ser cursista.”

Resposta 7: “A não me sentir coagida quando usam o termo feminista de modo pejorativo para me rotularem”.

Quando questionadas sobre o que é ser PLP, foi difícil selecionar as respostas, uma vez que as mulheres que responderam à pesquisa demonstraram de formas distintas, mas muito interessantes, que compreenderam a proposta e as responsabilidades envolvidas. Elencamos algumas respostas:

Resposta 1: “É conhecer seus direitos, conhecer a realidade e buscar ajudar mais mulheres a sair da situação não aceitar violência sofrida”.

Resposta 2: “É ter conhecimento sobre os direitos das mulheres e repassá-los para outras mulheres”.

Resposta 3: “É aprender a se amar e se proteger, cuidar uma das outras”.

Resposta 4: “Ajudar a próxima principalmente aquelas que sofrem violência”

Resposta 5: “Em defesa das mulheres que não são capazes de enxergar a violência sofrida”.

Resposta 6: “É saber falar sobre o Projeto e saber lutar contra qualquer tipo de violência contra a mulher”.

Resposta 7: “E saber que Estamos Entrando em uma trajetória de socorrer outras mulheres”

Resposta 8: “É ser multiplicadora de conhecimento, é saber acolher outras mulheres em sofrimento”.

Resposta 9: “É promover a igualdade entre nós mulheres e tentar ajudar de alguma maneira outras mulheres que sofrem agressões sem saberem ou até mesmo por medo de denunciarem ou por comodismo”.

Resposta 10: “E poder entender e ajudar outras mulheres a se conhecerem e fortalecerem na conquista de suas escolhas”.

Resposta 11: “É saber que como mulher, vc tem o dever de passar seus conhecimentos para frente e ajuda aquelas que precisam”.

Resposta 12: “É lutar e empoderar mulheres a romper com o ciclo de violência”.

Resposta 13: “É saber estender a mão, reconhecer e se meter quando necessário na vida de alguma mulher que necessita de ajuda, é levar informações ao maior número de mulheres possíveis nos setores que a violência cresce cada dia mais”.

Perceber que as mulheres, apesar de diferentes, entenderam que ser uma PLP é assumir a responsabilidade de multiplicar seus conhecimentos e construir uma rede de solidariedade para com outras mulheres, foi muito gratificante. Avaliamos também a sua percepção sobre as oficinas e se estavam gostando do curso. Tivemos somente respostas positivas e relatos da contribuição do curso para a superação da depressão e para a formação de mulheres melhores. Todas os elogios e os relatos de se sentirem bem remetem àqueles da primeira oficina, em que ficaram felizes por poderem participar sem ter tido nenhuma intermediação política; à carência da cidade para esse tipo de formação, onde conseguimos construir um espaço acolhedor, mesmo com todas as dificuldades.

Nas conversas nos grupos ou nos intervalos dos lanches, houve compartilhamento de mulheres que saíram de relacionamentos abusivos e pediam ajuda sobre como proceder com as crianças, que eram fruto da relação; buscavam auxílio psicológico. Por mais que tenhamos

percebido na vivência ao longo do ano de convívio que algumas pouco mudaram com o curso, ouvir relatos de que tiveram forças para sair de relacionamentos opressores foi muito significativo, gratificante e importante para renovar as esperanças em um contexto tão sombrio.

Neste momento, é relevante falar sobre as impressões sobre as mulheres que não participaram das entrevistas, porém fizeram parte dessa pesquisa. Quando analisamos o conteúdo das entrevistas, percebemos que as mulheres que se dispuseram a participar da pesquisa foram aquelas que perceberam mudanças em suas vidas a partir do curso. Porém, como pesquisadora-participante, foi possível perceber que algumas mulheres tiveram o mesmo posicionamento do começo ao fim do curso. Essa constatação nos faz avaliar a construção do curso de forma que consiga dialogar ainda mais com as mulheres, longe de invalidar todas as transformações conseguidas com a realização do curso.

A fim de compreender melhor como essa relação entre o feminismo e a EP nas PLPs se torna tão interessante, sendo capaz de levar mulheres a buscarem por outra forma de vivenciar um relacionamento, bem como de entender como foram influenciadas pelo curso em suas concepções sobre machismo, violência e feminismo, que realizamos as entrevistas e levantamos as categorias que analisamos adiante. Foram quinze mulheres envolvidas no curso que se dispuseram a participar das entrevistas e que concordaram que seus nomes fossem utilizados nessa dissertação.

5.2. Categorias a partir das percepções das mulheres que construíram as PLPs em Águas Lindas

O levantamento das categorias de análise é parte de um processo de leituras e releituras dos dados levantados ao longo da pesquisa de campo. As entrevistas, depois de transcritas, somaram 70 páginas, ricas em elementos para serem analisados e pensarmos a realidade que as mulheres vivenciam em Águas Lindas. No entanto, conforme a proposta de Bardin (2016), após a pré-análise, faz parte do processo fazer escolhas, para sintetizarmos e elencarmos em quais a pesquisadora fará interferências e interpretações. É um processo difícil, seria possível construir outra pesquisa a partir do conteúdo que não foi utilizado.

Nossas escolhas pautaram-se em nosso ensejo de compreender a relação entre feminismo e EP. Para tal, valemo-nos de três olhares distintos sobre o curso: o das *cursistas*, das *cursistas-facilitadoras* e das *facilitadoras*, entendendo que cada uma possuía uma visão prévia sobre a EP e o feminismo, devido aos seus contatos e experiências anteriores.

Quadro 7 – Perfil das entrevistadas

Relação com o Curso	Nome	Idade	Profissão	Formação em nível superior?	Contato anterior com Educação Popular?
Cursista	Ana Paula	22	Professora de Matemática	Sim	Não
	Dayane	30	Servidora pública municipal	Não	
	Joseane	37	Diarista	Não	
	Marluce	57	Servidora pública municipal	Não	
	Maria dos Passos	42	Doméstica	Não	
	Priscyla	30	Estudante	Não	
	Quelva	33	Dona de Casa	Não	
Cursista-facilitadora	Alice	37	Professora de Filosofia	Sim	
	Carla	37	Assistente em Administração	Sim	
	Flávia	38	Assistente Social	Sim	
	Raíza	18	Estudante	Não	
Facilitadora	Clara	27	Advogada e Historiadora	Sim	Sim
	Janaína	29	Assistente Social	Sim	
	Maria Laura	33	Advogada e Cientista Social	Sim	
	Rosa Maria	65	Educadora Popular	Não	

Fonte: acervo da autora

No movimento de pré-análise, elencamos as categorias: Educação Popular; Feminismo; Juventude; Machismo; Violência contra mulher/Violência Doméstica; Formação de agentes públicos; Direitos reprodutivos; Trabalho doméstico; Saúde (medicalização dos corpos femininos); Fascismo; Extensão; Empoderamento; Reivindicação de direitos; Papeis de Gênero; Educar pelo afeto; Esperança; Tabus/Desconstrução/revisão de conceitos; Vulnerabilidade/Exclusão; Educação Formal; Diversidade sexual; Diálogo igualitário. Esse processo foi influenciado por todas as reuniões e rodas de conversa ao final de cada oficina.

Na exploração do material, selecionamos seis categorias que foram interpretadas pela pesquisadora. A escolha foi muito complexa e precisava ser feita considerando aquelas que mais condiziam com o estudo, a saber: Feminismo; Educação Popular Feminista; Violência; Luta por Direitos; Importância do curso e Mudanças com o curso. Na análise de algumas delas, foi necessário comparar a visão das *cursistas* com a das *facilitadoras*. Também foi necessário levar em conta que a entrevista se estruturou de maneira distinta para cada grupo de entrevistadas. A síntese da dimensão das categorias está organizada no quadro 8:

Quadro 8 – Dimensões e Categorias de Análise

Dimensão	Categorias
Concepção de Feminismo	Percepções anteriores
	Compreensão após o curso
Machismo	Estruturas Machistas
	Machismo como empecilho para a vida
Educação Popular Feminista	Facilitação
	Lugar de acolhimento
	Aliança entre Educação Popular e Feminismo
	Importância da Educação Popular para as PLPs
Importância do Curso	Importância da formação de PLPs para Águas Lindas
	Transformações que o curso proporcionou

Fonte: acervo da autora.

A construção das categorias levou em conta as diferenças das percepções das *cursistas*, das *facilitadoras* e das *cursistas-facilitadoras*. As que foram elencadas em “Concepção de Feminismo” fazem parte de um recorte para tentar compreender se as mulheres apresentaram

alguma mudança naquilo que pensavam, anteriormente, sobre o feminismo, bem como o que pensam após terem vivenciado a formação.

Na dimensão “machismo” trazemos as categorias que tratam da vivência das mulheres que fizeram parte do curso e sofreram com estruturas machistas existentes na cidade. Em “Educação Popular Feminista”, analisamos a intersecção entre Feminismo e EP, a experiência da facilitação e a importância de transformar o curso em um lugar de acolhimento. Por último, em “Importância do Curso”, abordamos as mudanças que o curso proporcionou e a importância do estabelecimento do mesmo em uma cidade como Águas Lindas.

Quadro 9 – Concepções de Feminismo

CONCEPÇÃO DE FEMINISMO
Categoria: Percepções anteriores
Análise: Percebe-se, na maioria das cursistas, uma concepção de feminismo estereotipada. Muito vigente nas redes sociais e influenciadas pela atual conjuntura de ataques a qualquer movimento de busca por garantias dos Direitos Humanos.
Verbalização
<i>Marluce:</i> Eu acreditava que o feminismo era só a diferença da opção sexual e não achava que era tão discriminatória.
<i>Maria dos Passos:</i> Antes eu compreendia que o feminismo era um monte de mulheres sem o que fazer, que ficavam procurando espaço para se aparecer.
<i>Quelva:</i> É, eu via que o empoderamento feminino não, como se diz, não tinha tanto poder como hoje tem né. Eu não via. Eu achei que a mulher era aquela coisa assim, mais fechada, mais no seu canto.
<i>Priscyla:</i> Eu compreendia como um monte de mulheres, igual o pessoal fala que só andava pelada brigando pelos direitos delas. Eu não entendia o que que era o feminismo antes do curso.
Categoria: Compreensão após o curso

Análise: Foi possível perceber que as mulheres ampliaram sua concepção de feminismo. Apesar de ainda aparecerem certas confusões conceituais, elas não continuam percebendo como algo ruim.

Ana Paula: O feminismo é a igualdade entre gêneros, e não superioridade. Muita gente confunde isso. É uma igualdade onde as mulheres podem ter os mesmos direitos dos homens, ao mesmo tempo também que os homens podem conquistar direitos também. Demonstrar sentimentos, poder escolher algumas outras profissões, porque também tem esse preconceito perante eles. O feminismo é igualdade em ambos os gêneros, homem e mulher.

Dayane: “De um modo geral, eu vejo o feminismo, eu entendo o feminismo como um movimento que tenta garantir, que garante às mulheres a igualdade de gênero e a liberdade de expressão. Eu me lembro que a Alice disse durante o curso que o feminismo nada mais é que o pensamento real de que a mulher também é gente. É isso. É um movimento que precisa cada vez mais entranhar na sociedade que a gente vive. Cada vez mais e com mais intensidade, com mais força.”

“Influenciou muito. Mais do que eu já via, sentia e entendia sobre isso também. Aprofundou mais o que eu conhecia, porque as minhas experiências e as experiências que eu já tinha visto de mulheres a minha volta, elas foram alargadas depois disso, depois de participar, porque a gente vê outras experiências, foi compartilhando e conhecendo a história de outras pessoas. Influenciou bastante. Em algumas situações, alguns casos que ouvimos nas rodas de conversas, que eu não pensava ser possível, sabe? Está acontecendo do meu lado, na minha cidade, no meu bairro e eu não saber? Então influenciou muito sim na minha concepção.”

Joseane: Pra mim significa que a mulher tem liberdade de expressão, né. Que não é uma pessoa chegar e falar “faz isso, faz aquilo, faz aquilo outro” e você ter que fazer. Não você acatar a tudo que te dizem. Você também tem direito no seu corpo, na sua mente e nas suas ideias. E colocar em prática também e não ir só pela cabeça dos outros.

Marluce: Hoje eu sei que feminismo é direito de escolha. A mulher poder fazer o que ela quiser, independente de interferências de opiniões do marido ou companheiro. Isso é uma coisa pessoal e que a pessoa tem que respeitar. Ser feminista não significa que ela está

passando na frente dele. Significa que ela tem seus direitos, gostos, vontades que devem ser respeitadas.

Priscyla: Agora eu tenho pela Luta pelo Direito das mulheres iguais, pela batalha das mulheres. Mais nesse sentido.

Quelva: Bom feminismo no mundo, assim né, nos tempos atuais não é se fechar, se trancar. É você se abrir correr, atrás e você pode, você consegue.

Fonte: acervo da autora.

Compreendemos que uma visão deturpada do feminismo faz parte de um grande e complexo sistema para a manutenção das estruturas de dominação e reprodução. Perceber uma transformação na concepção das cursistas, por mais que nem sempre aliada a uma concepção de ruptura radical do patriarcado, é um começo para a transformação de suas relações com as pessoas que as cercam.

Na dimensão a seguir, buscamos compreender como o machismo já foi um empecilho na vida das *cursistas*, bem como a percepção de todas as envolvidas no curso sobre as estruturas machistas vigentes em Águas Lindas.

Quadro 10 – Machismo

MACHISMO
Categoria: Estruturas Machistas
Análise: É possível perceber que o machismo se encontra em diferentes instâncias da vida das mulheres de Águas Lindas e que isso acaba repercutindo em diferentes tipos de violência que elas vivenciam/vivenciaram. Elas percebem que a violência está para além da agressão física, mas se encontra em diversos espaços que elas supostamente não deveriam ocupar.
Verbalização
<i>Clara:</i> Foi muito marcante quando falamos da Lei de alienação parental. Foi incrível, porque muitas mulheres tinham dúvidas sobre isso e ficavam se questionando: “não eu não vou denunciar, ah, porque eu não quero que o menino perca o pai”, daí o pai te ameaça e você não sabe o que fazer sobre isso porque não pode impedir o pai de ver a criança, e aí tem isso a questão da alienação parental. Então acho que esse tema é muito atual e que ficou faltando aqui debater. Violência obstétrica sempre é muito marcante, muitas mulheres descobrirem

que existe depressão pós-parto e o porquê que ela existe, porque ninguém fala sobre depressão pós-parto. Se passam 20 anos depois que a pessoa teve depressão pós-parto e ela percebe que ela teve depressão pós-parto só depois. Ou então que o médico foi violento na hora da cesariana. Que o médico falou: “tá doendo agora? Na hora de fazer não doeu, né?!”. E o quanto isso é violento e só descobriram isso depois.

Maria dos Passos: Os assédios morais pelas ruas da cidade. As proibições dos maridos para as esposas não estudarem e até mesmo trabalharem para serem sempre submissas a eles.

Joseane: No meu caso, quando começou o curso eu estava separando do meu ex marido e através do curso eu comecei a me identificar em alguns direitos das mulheres, que eu não sabia que existia, né. Porque para mim era só a agressão física, né, que era violência contra mulher. Quando eu vi que mexer com o psicológico da mulher também era, eu comecei a refletir mais sobre isso e me identificar no curso. E foi aí que eu fui atrás dos meus direitos. Comecei a fazer as denúncias. Comecei agir, a não ficar mais parada. E hoje eu me sinto bem melhor que eu era.

Marluce: Hoje eu sei que não. Gritar com você, mau tratar você, ou até mesmo deixar sua autoestima lá embaixo ou até mesmo a agressão psicológica, ou seja, falar coisas que pra você se sentir ainda mais fragilizada, isso tudo também é agressão. E hoje se eu fosse novamente agredida eu saberia como me defender tranquilamente.

Sim, até mesmo trânsito. Quando o trânsito está devagar eu ouço constantemente falarem: “só podia ser mulher no volante.”. Isso pra mim é uma discriminação enorme. Uma mulher tem capacidade de dirigir bem tanto quanto o homem. Isso é pessoal de cada um. Ser mulher não significa que ela seja menos capaz de fazer o que ela quiser. Ela tem condições de aprendizado, ela tem autonomia, tem responsabilidade tanto quanto o homem. O sexo não vai mudar nada.

Dayane: Estruturas machistas, vamos lá. Vamos começar lá do alto para cima na Câmara de Vereadores, são 17 homens e 2 mulheres, em questão de representação política. Então vamos ao lazer, não tem nada, nada para se fazer. As estruturas machistas também estão presentes na área comercial, a gente quase não tem mulheres comerciantes. Mulheres que são donas do

próprio negócio em Águas Lindas. Temos mulheres com pouca escolaridade, dependentes dos maridos bairros e que vivem nos bairros mais afastados e muitas vezes passando necessidades. Nossa, é tanta coisa. Falta de lazer e quando tem a mulher é vista de um modo como a Rafaela foi vista, por exemplo, na rua, no carnaval e foi morta. Águas Lindas é uma cidade muito complicada. Dentro das escolas, dentro dos locais, por parte dos gestores existe assédio moral em cima de professoras, assédio sexual. Realmente, o machismo, estruturas machistas estão muito presentes. Muito presentes.

Ana Paula: Sim, porque aqui tem o costume muito grande de piadinhas nas ruas. Muito, muito grande. Principalmente para as comunidades lá de baixo, porque tem mestre de obra. Então é muito comum você passar e eles ficarem mexendo com você. Isso aqui é muito comum. Teve uma vez que eu estava andando com a minha irmã e ela tinha uns 12 anos. O lugar por onde passávamos tinha uma oficina que só tinha homens trabalhando. Um senhor que trabalhava lá olhou pra minha irmã e disse: “assim você quebra meu coração.”. E ficou fazendo barulhos como se tivesse quebrado o coração. Era umas 16h da tarde e só tinham homens na oficina, que estavam rindo da situação, e só eu e minha irmã de meninas na rua. Foi muito desconfortável. Na praça também que só tinham homens, toda vez que você passava era um comentário, piadas bestas. Você chama a atenção deles e eles já ficam agressivos. Isso é muito comum em Águas Lindas.

Carla: Com certeza. Porque a cidade em si, por ser uma cidade de interior, assim, é uma cidade não tão grande ela é muito machista. Muito conservadora. E não tem muitos meios de quebrar esse machismo por outros caminhos né? Quais seriam? Porque a igreja fortalece, que é aonde as mulheres vão. Ou tá em casa, ou tá na igreja, na escola não tem abertura para poder tratar sobre o assunto. É um caminho. O único que eu vejo assim na cidade por que aqui é triste as coisas.

Priscyla: Hoje o homem ele é né, principalmente aqui em Águas Lindas né, ele ainda vê muito a mulher como dona de casa, como querer cuidar dos filhos. Eu conheço muitas que não pode nem estudar. Eu tenho colegas que querem fazer o curso e o marido não deixa.

Quelva: “É... as meninas policiais. Nem todo quartel aceita. Que era um sonho meu, né? E devido eu ser menina não aceitava. É muito concorrido a vaga. Praticamente a mulher tem

que ser um Hulk igual um homem para conseguir a vaga. Então, nem todas conseguem chegar lá.”

“Isso, para as mulheres. Que nem lá na revista, né, a revista feminina apenas no presídio feminino. Aqui, eu não sei aqui né, me disse que tem, pelo menos quando se tem visita. Mas disse que quando não tem não é autorizado. Se tivesse umas especializadas só para aquela lá, só para atendimento feminino seria mais fácil.”

“Sim, quando eu trabalhava na vidraçaria em questão de pegar vidro, cortar vidro, todo mundo questionava, porque mulher fazendo um serviço de homem, né. Muito criticada, muito mesmo. E em relação também ao futebol quando eu mais nova também, de dentro de casa mesmo, minha mãe não aceitava, falava que futebol era coisa de menino e não de menina”

Categoria: Machismo como empecilho para a vida

Análise: Nessa categoria percebemos uma série de limitações que as mulheres enfrentam e enfrentaram ao longo de suas vidas, impedindo a realização de certas atividades, influenciando na criação dos filhos, dificultando o acesso a estudos, entre outros aspectos.

Verbalização

Maria dos Passos: Ser submissa em um relacionamento, onde eu perdi totalmente minha liberdade, meus conhecimentos não poderiam ser expostos e na criação do meu filho, hoje tenho dificuldade de ensiná-lo a ter respeito por certos direitos e deveres.

Joseane: “A da delegada me marcou muito também. Mas a que mais me marcou foi a da Dr^a Denise quando ela trouxe as leis, explicou tudo direitinho. No entanto eu não achava nada daquilo que acontecia comigo. Pensava que era só agressão física, corporal, essas coisas. Mas quando falou da agressão psicológica da mulher, da mente da mulher, e foi um ato que meu ex-marido mais mexeu comigo. E ela falou tudo.”

“Eu também, quando eu comecei a trabalhar ele ficou desempregado. Ele falava muito que mulher não tinha que trabalhar. Mas eu tinha as minhas necessidades dentro de casa, só que ele não tinha atitude de ir atrás de um emprego. Eu acabei sendo homem e mulher dentro de casa, mesmo ele reclamando que eu tinha que dar mais atenção aos meninos e que ficava muito tempo fora. Eu fiz o papel de dois.”

Marluce: “Sim. Eu fiquei até os 40 anos trabalhando escondida, fazendo diárias escondida, porque ele não permitia. Eu tive bastante filhos, 5 vivos e 4 abortos. Na verdade, ele nunca me ajudou a evitar em momento nenhum. Não gostava de usar camisinha e os anticoncepcionais me faziam mal, porque eu tinha pressão alta quando tomava os anticoncepcionais. Ele dizia que eu não precisava trabalhar, porque ele trabalhava, mas ele nunca supria as minhas necessidades. Ele comprava o que ele achava para dentro de casa, para roupa, para remédio. Era como se ele decidisse tudo só porque ele trabalhava. No trabalho em casa também eu tinha as minhas tarefas e não era reconhecido. Quando eu comecei o meu primeiro trabalho ele ficou com raiva, disse que não precisava. Ficou uma semana dormindo em quarto separado. Mas eu continuei, aos 40 anos eu passei no concurso e estou trabalhando há 15 anos como efetiva. Mas aí começaram as brigas dentro de casa, até que me separei há 6 meses.”

“Eu vejo isso como machismo também esse impedimento de não querer que a gente tenha contato com outras pessoas, perto da nossa própria família, até mesmo com nossa melhor amiga como machismo também. Impedindo a gente de sobreviver, né. Querer que sejamos um objeto específico de uma pessoa, um dono. Então isso eu encaro como machismo.”

“São 4, porque um foi assassinado, meu mais velho. A cada 7 anos eu engravidava, engravidava. Coloquei o DIU de diversas maneiras, mas os abortos eram espontâneos o útero expeliu o DIU. Tive 4 abortos, porque ele não me ajudava a evitar. Ele fazia e na hora tirava, mas não funcionava, eu engravidava. Tinha pressão alta, alto risco. O meu prontuário parecia um livro. Eu ouvi até uma crítica de um médico falando que meu prontuário parecia um livro. Minhas gravidezes todas foram dentro do Materno Infantil por causa da pressão alta. E ele não me ajudava. Marquei vasectomia pra ele 3 vezes e ele foi adiando e nunca fez. Foi outro motivo da minha separação. Porque ele não me ajudava a evitar. Eu passava mal. Tinha gravidez de risco. Ele não me ajudava. Acho que ele queria que a gente enchesse a casa de filhos para eu não ter que trabalhar fora. Mas isso não aconteceu. Comecei a trabalhar, tomei atitude e aí começaram as agressões verbais dentro de casa. Porque ele não gostava que eu fosse trabalhar e eu precisava disso.”

Dayane: Já me atrapalhou sim. Eu tenho 30 anos e não tenho uma formação superior, por exemplo. Eu tive que abrir mão da minha vida profissional, da minha carreira, porque eu perdi minha mãe muito cedo, perdi minha mãe aos 11 anos de idade e meu pai sempre foi um cara muito machista. Ele abandonou a gente, ele deixou a gente em casa de parente. Eu sofri muito durante a minha infância com isso, porque ele traiu a minha mãe. Minha mãe perdeu um filho inclusive, por conta de uma facada que ela levou na barriga. A minha vida desde a infância ela é afetada sim, muito afetada. Eu já sofri violência doméstica, já passei por tanta coisa. Tive que abandonar trabalho, porque o marido não podia abandonar o dele, pois o dele era mais importante que o meu. Rotina de filhos e casa. Acho que tudo parte da gente construindo mesmo, tentando modificar nossa realidade, porque a mulher já nasce predestinada a ser afetada pelas estruturas machistas que a sociedade tem, desde a infância. Desde quando entrega na mão dela uma boneca, um fogãozinho, uma panelinha para brincar.

Quelva: “Ah, o pós-parto, que até coloquei no dia. Tem muitas mãezinhas que não são acompanhadas no pós-parto. Eu mesma foi uma. Não tive acompanhamento.”

“É praticamente a tratada, com a licença da palavra, como a cachorra. Pariu e está amamentando, tranquilo. Acompanhamos os filhotes, mas a mãe não.”

Priscyla: Sim. Meu marido antigamente ele era bem machista. Tanto é que eu parei de estudar por conta disso. Porque eu não terminei meus estudos por conta do machismo dele. Porque ele achava que, porque eu era mais bem mais nova, sou bem mais nova do que ele, ele achava que eu ia para escola para brincar, pra ficar com o professor, essas coisas sabe. Hoje ele já mudou a percepção de vida dele né.

Ana Paula: “Já, principalmente na questão das roupas. Tem dias que aqui é muito quente, por ser um local quente, né. Eu queria sair de short e minha disse pra eu colocar uma calça pra que ninguém mexesse comigo na rua. Ou eu mesma trocar, principalmente as blusas por conta do decote, de trocar pra que ninguém mexesse comigo. Pra que ninguém me incomodasse eu dei uma camuflada básica. A principal mesmo foi essa.”

“Acho que outro tema que deveria ser falado era sobre mulheres no mercado de trabalho em outros setores. Porque por exemplo, eu sou formada em matemática e é uma área que praticamente não tem muitas mulheres. Na engenharia não tem mulheres. Tem mas são poucas. Tipo essas áreas. Na física quase não tem mulheres e às vezes eu acho que as minas nem tem conhecimento de “olha essa área?” que tal? Você já pensou nessa área? Porque o pessoal não incentiva. Pra alguns isso é uma área masculina. A pessoa determina que essa aqui é pra homem e essa outra pra mulher. Seria muito legal abordar.”

“É complicado. Tanto que, quantas vezes eu já fui para dar aulas, principalmente no ensino médio eles só costumam contratar homens. No ensino fundamental você consegue dar aula tranquilo, mas no ensino médio não. Eles já chegam e falam assim: “Ahhh mas você? Para o ensino médio? Mas você parece ser tão boazinha.” Já começa ai. Já começa ai. E ensino médio é bem mais complicado se quiser contratar mulheres.”

“Pensam que sua formação não serviu de nada. Uma graduação de 4 anos ou até mais, porque tem mestrado e o doutorado e por você ser mulher é desvalorizada.”

“Isso é normalizado. As pessoas acham normal. Ninguém comenta. É surreal! Qual o problema de uma mulher trabalhar com números? Você olha assim e fala “nossa gente, o que é isso?” Chegando um ponto que já teve um professor que, eu estagiei com ele e ele falou assim: “Ah, para mim não tem machismo na área de exatas, porque na minha sala tem uma mulher”. Ai já começa ai, “na minha sala tem uma mulher” quantas pessoas tem na sala? Quarenta, e ai tem uma mulher. Uma. “Tem uma mulher e ela se mostra super competente”. E eu fiquei assim “ah ela tem que se mostrar em cima dos outros ainda?” E ele falou “ela sempre faz tudo certinho”. É como se o previsto, o previsível era você falhar. Então por ela conseguir ele pensa que não tem machismo porque ela consegue.”

Fonte: acervo da autora.

As falas remetem a vivências muito dolorosas em função das estruturas patriarcais vigentes. A impossibilidade de controlar a reprodução e influenciar na educação dos filhos, vincula-se a não existência de autonomia sobre o próprio corpo e no espaço privado. Também expressam as dificuldades para acessar elementos básicos como educação, trabalho, saúde. Tudo isso impacta na construção dos espaços de representação política, no planejamento dos

espaços coletivos e garante o funcionamento das estruturas de exploração de classe. Nesse sentido, concordamos com Miguel (2014, p. 18) que,

[e]mbora um certo senso comum, muito vivo no discurso jornalístico, apresente a plataforma feminista como “superada”, uma vez que as mulheres obtiveram acesso a educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho, as evidências da permanência da dominação masculina são abundantes. Em cada uma destas esferas – educação, política, lar e trabalho – foram obtidos avanços, decerto, mas permanecem em ação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres. Formas mais complexas de dominação exigem ferramentas mais sofisticadas para entendê-las; nesse processo, o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social. O desafio de compreender a reprodução das desigualdades de gênero em contextos nos quais, em larga medida, prevalecem direitos fortemente iguais levou a reflexões e propostas que deslocam os entendimentos predominantes na política.

Por isso, é tão fundamental transformar as concepções de feminismo dessas mulheres. Aqui, compreendemos que a Educação Popular Feminista é um caminho possível para romper com a reprodução dessas desigualdades. Analisamos, agora, a dimensão da EP feminista, considerando que apenas as facilitadoras (Clara, Maria Laura, Janaina e Rosa Maria) tinham contato ou participavam de movimentos de EP anteriormente. As demais conheceram a proposta na prática através da realização do curso.

Quadro 11 – Educação Popular Feminista

EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA
Categoria: Facilitação
Análise: Trata-se do processo de mediação para a construção dos conhecimentos ao longo do curso. As facilitadoras e as cursistas-facilitadoras demonstram ser um espaço de aprendizagem mútua e não de transmissão de conhecimento. É um processo de grande responsabilidade e compromisso com a criação de um espaço acolhedor, mas que leve, ao mesmo tempo, à inquietação. Apesar de desafiador, é sempre um processo de crescimento.
Verbalização: <i>Clara:</i> “Complexo. Mas eu acho que participar da facilitação... eu tive a experiência de ser cursista facilitadora, né, desde o início eu me envolvi bastante. Então eu acho que ser da facilitação são as pessoas que auto organizam o curso. Eu desenvolvi muito a minha sensibilidade de... como a gente... é claro, as mulheres falam os temas que elas gostariam de

abordar naquela ficha que a gente faz no início do ano, mas em que momento abordar os temas vai muito dessa percepção, dessa sensibilidade da facilitação de qual o tema está burburando a turma ou está em voga no país”.

“Acho que a facilitação também tem um papel que é muito delicado, por ser um espaço para ouvir as mulheres e acolher aquelas mulheres, mas ao mesmo tempo, está muito alerta para que a fala dessas mulheres não seja ofensiva para as outras mulheres. Isso é algo, que eu acho, que a gente ainda precisa muito melhorar”.

“Mas teoricamente, pensando metodologicamente é errado ter uma facilitação que não é composta por mulheres da comunidade. Tá errado. Metodologicamente tá errado. Porque a gente não sabe qual a demanda da comunidade, quais os problemas, quais os conflitos, qual a realidade do Campus, das alunas, dos conflitos partidários que permeiam a cidade, ou que entremeiam o próprio Campus, né, em Águas Lindas. É fundamental que tenham mulheres da comunidade, porque se acontecer alguma coisa na comunidade numa semana, naquele mês aquele tema tem que ser tratado. A gente só vai saber isso tendo mulher da comunidade na facilitação, né. E porque senão a gente volta para aquela lógica de mulheres, não necessariamente do Plano, mas que estão vindo de outro lugar e estão, de alguma forma, vinculadas a UnB, estarem vindo dar aulas”.

“Nós já estamos alertadas sobre, mas acho que a gente sempre fica nesse receio da pessoa se sentir constrangida, mas acho que as PLPs me ensinaram muito que o constrangimento também é educador em certo nível. Acho que não precisamos enfiar a mão no nariz de ninguém, nem ser violento. O constrangimento, em alguma medida, é um pouco para o aprendizado também. Por que as pessoas podem ficar desconfortáveis com uma violência que está sendo dita, mas quem está sendo violento não pode ficar desconfortável com esse alerta?”

Rosa Maria: “É uma responsabilidade muito grande, porque nós assumimos todo início de ano a gente assume a responsabilidade de como orientar outras mulheres, tentar empoderá-las e fazer com que elas se tornem sujeitos do seu próprio direito. Então, ser facilitadora é muito complicado, é muito desafiador”.

“Esse foi mais um desafio, mas como eu falei anteriormente, ser facilitadora é um desafio. Há três anos eu vinha tentando, e aqui eu vou ser egoísta, né, eu vinha tentando realmente achar alguma parceria no município para que o curso fosse implementado. Tentei com instituições não governamentais, tentei instituições governamentais. Procurei a Secretaria de Ação Social, a Secretaria da Mulher, e realmente nunca houve um apoio para que o curso viesse para cá. Até que eu tropecei no povo do IFG, tropecei primeiro com Maraísa, depois tropecei com a Mariana, que proporcionou encontro com Alice, depois veio Aline e o resto: Flávio Brito, Carla e o resto das meninas. Fizemos uma força-tarefa e trouxemos a formação das promotoras legais populares para Águas Lindas. Mas é como se fosse matar um leão por dia, cada encontro a gente tem que se conscientizar que a responsabilidade de fazer com que essas mulheres saiam melhores ou piores de dentro dessas formações é nossa”.

“E ser facilitadora, pode ser aqui em Águas Lindas, ou São Sebastião, em Sobradinho ou em Ceilândia, você tem sempre que estar preparado para, ou fazer uma oficina, assim, fodástica, ou então fazer uma oficina que sai todo mundo deprimido. E normalmente a gente não fez nenhuma oficina que o pessoal saiu deprimido”.

Maria Laura: “Então, eu acho que ser facilitadora das PLPs é isso. Permitir que as pessoas da Ceilândia, que as pessoas de Águas Lindas me ensinem, sabe. Permitir que a UnB e que o IFG possam crescer com o conhecimento que essas pessoas trazem para gente e não com os que a gente dá para elas, na verdade. São duas trocas necessárias, mas eu acho que é muito maior o que essas pessoas, que resolvem participar, dão para gente do que o contrário. Ser facilitadora das PLPs é isso, respirar no caos. É o trabalho de base que precisa ser feito pela esquerda. É a única forma possível para mim de se fazer educação, de se fazer política”.

“É um respiro profundo nesse caos que é a humanidade e principalmente nesse momento de fascismo, que a gente vive num fascismo político. Porquê eu acho que a resposta da gente, enquanto esquerda, enquanto ala progressista, tem que realmente sair do Plano Piloto e dialogar, é fazer um trabalho de base. E eu acho que as PLPs são isso”.

Janaína: “Então foi uma experiência muito enriquecedora e trazer aqui para o município onde eu trabalho, Aline, eu acho que foi um realmente um sonho, né, porque eu acredito que é um curso que ele traz muita diferença para comunidade e ser facilitadora nesse processo é assim

um ganho muito grande tanto na questão de experiência de vida mesmo né, e enquanto também experiência posso colocar profissional também, né, porque como a gente atua muito com social, com famílias, a gente começa a entender o processo das mulheres daqui do município, realmente o que que elas conhecem aqui no município; a cultura delas, né, isso tudo o curso proporciona. Perpassa muitas muitas vertentes culturais, psicológicas sociais eu acho que é muitas coisinhas ali que só você participando mesmo para você perceber, né”.

“Nossa, foi na verdade não foi, tá sendo um desafio, no sentido continuar presente. Mas é maravilhoso assim, é a menina dos meus olhos. Porque a gente sofre tanto no município, a gente, principalmente a gente que está no órgão público agente é tão engessado né, pela burocracia, pela falta de recurso, politicagem. Então ter um curso desses faz deixar a vida da gente mais leve”.

Flávia: Então, eu não fui uma boa facilitadora, mas dentro das possibilidades consegui contribuir, né. Pra mim, foi uma extensão do meu trabalho, ser facilitadora. Foi um curso que a gente desejou muito aqui. Até porque a gente sabe da realidade das nossas alunas. Que a realidade das nossas alunas é uma amostra do que é a realidade de todas as mulheres de Águas Lindas. A gente sabia da necessidade desse curso, de desenvolver sobre essa questão da violência contra mulher e tudo que permeia a questão de gênero. Foi muito bom. Eu senti que eu estava melhorando naquilo que eu já faço, naquilo que eu já atendo, né, nas demandas que eu já atendo e me trouxe muito mais compreensão do assunto. Como eu disse, a gente sempre tem uma formação muito genérica sobre várias coisas, e quando a gente tem a possibilidade de se aprofundar um pouquinho mais em uma dessas temáticas é muito valioso. Para além da questão financeira, que é uma coisa muito forte aqui, dentro de Águas Lindas, tem essa questão da violência contra mulher que acaba sendo uma outra temática que precisa muito ser debatida, discutida, pensada. Esse curso me trouxe orientações para melhorar o meu trabalho.

Raíza: Então, eu acho que foi muito bom, porque a gente tem contato com outras realidades, a gente pode conhecer mulheres que passam por situações bem difíceis e isso estimula a nossa sororidade. Permite que eu possa olhar o mundo de outra forma e buscar melhorias para essas mulheres e para mim também.

Categoria: Lugar de acolhimento

Análise: Para construir a Educação Popular Feminista é necessário que se construa um espaço de acolhimento. As mulheres precisam perceber que estão em um espaço em que podem compartilhar suas vivências, sentimentos, experiências. Isso pode ser um processo doloroso, por trazer à tona violências vivenciadas ou perceber ser parte de uma estrutura violenta. Por isso, ser parte da facilitação é assumir a responsabilidade de conseguir lidar com essas questões de forma amorosa, ao mesmo tempo que é necessário criar condições para transformar a realidade de opressão.

Verbalização

Rosa Maria:

“Dentro desse critério nós temos também que avaliar uma questão: nós estamos levando palavras para mulheres, temas para mulheres, dividi-las em grupo para que elas expressam seus sentimentos, porque se for só para a gente chegar lá e falar, a facilitação não teria sentido. Então, nós estamos realmente no caminho (além de estarmos já há 15 anos no DF, temos outros anos no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em outras outros espaços) além de estarmos há 15 anos no DF, em Águas Lindas. Ser facilitadora aqui foi realmente um desafio.”

Maria Laura: Então assim, se não for para educar assim, eu acho que é essa alternativa que a gente tem pra tocar corações, de educar pelo afeto. Pelo afeto tocar corações. Pelo afeto mudar realidades, já que a educação formal nem sempre se propõe a mudar as estruturas que a gente tem. Muitas vezes o espaço de educação formal é um espaço de replicar essas estruturas, essas relações de poder, e não necessariamente questionar. É fundamental, mas não nem sempre se propõe a repensar, a desconstruir estruturas.

Marluce: “No começo eu me senti um pouco constrangida. Eu achava que o curso era outra coisa. Primeiro me despertou curiosidade, pois eu não sabia sobre o que era o curso e eu quis conhecer. Na primeira aula eu fiquei confusa, mas nas aulas seguintes eu comecei a gostar e me senti à vontade para falar. Conheci o problema de outras colegas e isso me deixou ainda mais à vontade. E acho que eu cresci muito em termos de conhecimentos. Acho que a minha autoconfiança hoje é maior. Sei dos meus direitos. O curso para mim foi perfeito”.

“Sim, com certeza. Assim como eu, muitas de nós não sabem nossos direitos. Aquela fala entre uma pessoa e outra, a gente vai ficando mais à vontade, vai conhecendo a realidade de outras mulheres, que muitas vezes até é a mesma da nossa. Então acho que a coletividade, todo mundo compartilhando seus problemas, reforça a nossa confiança e isso é muito bom. Eu creio que todas nós crescemos muito com isso. Porque estamos acostumadas a achar só o que o marido está falando. Querendo ou não você vai absorvendo aquilo no dia a dia. Você acaba vivendo o que ele acha. Uma vez só entre mulheres a gente se sente mais à vontade. Conhece a realidade e isso é muito bom”.

Joseane: Eu achei bom o acolhimento que todas deram, as facilitadoras. Até mesmo pelo momento em que eu estava passando, achei muito bom o jeito que me acolheram. Me trataram bem. E eu tenho que agradecer. Eu achei ótimo. E quero ajudar no próximo.

Quelva: sim, deixava muito bem à vontade. Deixava não, deixa a gente muito bem à vontade. A gente tem voz, a gente pode falar.

Dayane: Senti. Senti sim. Era um espaço agradável, embora a gente, eu tenha percebido os tabus durante o curso por parte de algumas meninas. Elas não se sentiam à vontade ou achavam aqueles assuntos inapropriados. Infelizmente muitas ainda tem muito preconceito, por exemplo na última oficina, eu senti algumas meninas bem incomodadas com o fato de ter duas lésbicas, duas sapatões ali (como elas mesmas se denominavam). Você também sentiu? E foi muito bom de ver. Então que feminismo eu quero se eu não aceito a minha irmã do jeito que ela é? Com maquiagem colorida, lésbica ou não, trans ou não, cis ou não. Entendeu?

Priscyla: A gente se sentia mais a vontade, ali entre mulheres né. A gente fala o que a gente não tem coragem de falar, a gente se expressa lá dentro. Então eu me sinto mais aberta lá dentro do que fora.

Maria dos Passos: Senti que era sim um espaço agradável para compartilhar meus conhecimentos.

Carla: “A vantagem é por... por serem temas muito sensíveis e que mexe muito com a intimidade né de cada cursista, a questão de ser desse lado mais, mais sem tantas formalidades

fica muito mais fácil né? Qualquer pessoa se sente mais à vontade pra conversar, e saber que ela não vai estar sendo julgada ou a baleada, entendeu? A partir do momento que ela compreende que ela vai ensinar e aprender com a outra né negócio que fica melhor e ela consegue se abrir mais também né?”

“Tudo isso que eu acho que eu falei na outra. Por ser coisa que trata da vida íntima da pessoa. Sabe? E é difícil as pessoas falarem sobre a vida delas, sobre a intimidade né, até quando vai no psicólogo quer só a médica lá você não consegue se abrir ali quando você vê que a pessoa tá passando pela mesma coisa que você, ou sente, ou vive a mesma realidade, é muito mais fácil”.

Raiza: “E eu fiquei muito surpresa com a forma e com a dinâmica como é feita. É algo que realmente dá certo. Algo necessário e importante, porque é um espaço de fala onde todas podem falar, onde todas podem contribuir e aprender. Então achei muito interessante”.

“Sim, acho que a vantagem é justamente a possibilidade de que todas podem falar, e também que a gente estimula a participação. Dá para perceber que no começo tinha muitas mulheres tímidas, que não conseguiam se sentir confortáveis para falar e hoje em dia isso já mudou. Então é uma vantagem”.

Categoria: Aliança entre Educação Popular e Feminismo

Análise: É fundamental que o feminismo seja menos acadêmico e dialogue de maneira mais próxima com as mulheres que historicamente foram excluídas dos espaços formais de educação. E o diálogo significa não somente estabelecer explicações de maneira apreensível, mas também aprender com quem foi excluído do espaço do discurso. Além disso, compreender que a Educação Popular não é uma metodologia, e sim uma forma de compreensão de mundo e organização para transformá-lo.

Verbalização:

Raiza: Auxilia no combate (a violência) sim. Porque, as mulheres tendo esse conhecimento do que é o feminismo, elas conseguem identificar dentro da própria vivência delas situações de que o machismo estava ali de uma forma escondida, e com isso, com a educação que a gente tem aqui elas conseguem identificar isso, e permite tomar atitudes que mudem esses comportamentos. Dentro de casa, com os parceiros, com a família.

Clara: “Você ter sensibilidade para ouvir as demandas das outras mulheres que têm uma experiência de ser mulher diferente da sua. Mas ainda têm pontos em comum, né, que fazem a gente se fortalecer enquanto coletivo, mas entender os pontos que nos difere e respeitar aquela mulher enquanto uma mulher diferente de você, do ser mulher. Apoiar que ela também tenha os mesmos acessos, os mesmos direitos mesmo, ainda que disso que venha demandas diferentes, né. Porque uma mulher hétero tem demandas diferentes de uma mulher lésbica, uma mulher negra irá ter demandas diferentes de uma mulher branca, partimos de pontos muito diferentes. Então eu acho que essa visão de partir de pontos diferentes, perspectivas diferentes, perspectivas históricas diferentes eu acho que é uma coisa que é a Educação Popular consegue trazer muito mais do que o feminismo de maneira geral!.

“A Educação Popular consegue discutir um pouco mais, porque, Rosa Maria sempre entra nos meus exemplos, sempre que alguém vira pra mim e diz: “mas fulano tem três mestrados, é graduado, é doutor”, fica dando o currículo Lattes da pessoa para dizer que não entende o porque que a pessoa é racista, ou não entende como que a pessoa pode ser contra direito tal. Possuir mestrado não tem nada a ver sobre entender direitos coletivos da comunidade”.

Rosa Maria: Sim, com certeza. Com certeza nós fazemos a diferença. O que eu sempre falo, que nós enquanto educadoras populares e promotoras legais populares, nós estamos aqui realmente para quebrar paradigmas. Nós estamos para fazer com que as mulheres se assustem com o que elas pensam que o que às vezes é amor, o que às vezes é carinho, o que às vezes é cuidado, nada mais é do que violência velada. E dentro das cursistas de Águas Lindas, como no DF, São Sebastião, Ceilândia e Sobradinho, ao final de cada curso a gente tem essa consciência. As mulheres saem com essa consciência: “nossa eu não sabia que era violentada pelo meu marido, namorado, pai, irmão, cunhado.”. Então, isso realmente, eu acredito que nós somos um instrumento de transformação na vida dessas mulheres.

Joseane: Tem muitos métodos né? As palestras foram ótimas. Muito conhecimento para as mulheres, até mesmo quem não tá passando quando ela está participando do curso, no dia a dia ela acaba vendo um episódio também, pode ser da vizinha ela começa a passar isso e começa a ajudar. A união que faz a força. E mesmo que a participante não esteja participando, mas ela já tem uma noção de que o curso é dedicado as mulheres que são vítimas, então ela acaba se envolvendo e participando.

Carla: Super interessante. Muito interessante. Porque às vezes a gente acha né, que educação é só formal, sala de aula, né, o livro, a questão formal e não é. E aí eu vim para cá e eu me impressionei também porque eu não esperava que nesse contexto de popular, de roda de conversa, de um aprender com o outro fosse tão... né? Construtivo. Fosse tão enriquecedor assim. Não esperava, também me surpreendeu.

Alice: “É... Acho que sim né? Acho que a Educação Popular, essa metodologia de dar mais espaço de fala para as mulheres né? E... Não sei, eu tenho uma formação muito teórica né? Principalmente nessa discussão. Teoria feminista era minha pegada. Mas, ver como as mulheres reconhecem os conceitos e experimentam e viveram coisas que fundamentaram esses conceitos é muito rico né? E faz com que a gente entenda algumas nuances que simplesmente ler sobre os temas não... né? Então foi enriquecedor também para minha formação, sei lá, acadêmica né? É isso né? Várias coisas você não se liga né? Ou várias conexões você não faz e as outras mulheres fazem”.

“Eu já acreditava né apesar de não ter tido essa... justamente porque a gente li... sei lá... você lê nos livros que as mulheres, por exemplo feminino italiano, tem essa coisa do do espelhamento né e do Trabalho em pequenos grupos, pelo menos em dupla para as mulheres se conhecerem né? Então essa coisa da Educação Popular é uma metodologia que muitas feministas usam né? Mas eu acho que viver a experiência das PLPs me fez perceber, né, isso mais claramente, né, é esse exercício de falar e ser ouvida que é um exercício na academia a gente não tem, né? E é um exercício que a gente aprende a não fazer com as outras mulheres né? Então mexe um pouco com, com essa ideia de quem é o... Quem é que tá autorizado a falar sobre o quê né? Quem é autoridade no assunto né? Sacode demais isso, então, acho que tem tudo a ver mesmo a Educação Popular e uma abordagem feminista, né?”

Flávia: “Eu acho que isso se dá muito pela diversidade de mulheres que existe no curso. Então assim, eu tiro aqui pelas nossas alunas, às vezes elas não tiveram contato com muitas questões que são próprias das mulheres, mas que são assuntos distantes para elas, como mesmo o movimento feminista, a questão da diversidade sexual que muitas vezes é para elas ainda um tabu, é pouco falado. Então o curso trouxe essa oportunidade de elas terem contato com outros assuntos, que eu acho que é pouco provável delas terem em outros espaços”.

“Sim, o interessante da Educação Popular é um ponto que Paulo Freire traz, né, que é o diálogo, não só o diálogo, mas o diálogo igualitário, onde todo mundo tem vez, tem voz e não se mensura quem sabe mais, quem sabe menos, é a partir das experiências. Toda experiência é um conhecimento. Esse formato facilita para que essas mulheres falem. São mulheres que são silenciadas via de regra, né. Então quando elas encontram esses espaços de abertura para elas falarem e terem as suas falas validadas é extremamente importante. Acho que o diálogo igualitário é o que mais colabora para que a gente consiga alcançar elas nessa questão. Em questões que elas não estão habituadas, né”.

“Sim, ela é uma aliada muito interessante, porque essas mulheres, via de regra, o entendimento delas sobre feminismo é bem do senso comum. É achar que o feminismo é o contrário do machismo. Muitas delas ainda pensavam assim, e quando elas adentraram esse espaço, puderam compreender que não. Que o feminismo é um movimento em prol delas, não é uma disputa com homem, mas é uma vontade de ter espaço também, né. Não é disputar com o homem, não é o contrário de machismo. Elas começam a compreender isso. Então, eu acho que, não sei, acho que eu me perdi, mas é isso. É um aliado interessante”.

Maria Laura: Eu acho que é a única forma possível. Eu acho que não dá para a gente ser feminista e não estar num projeto como esse. Porque se eu e você conseguimos alcançar conteúdos e espaços que outras mulheres não alcançam, eu acho que é uma obrigação moral mesmo, sabe, de chegar nessas mulheres que não estão por uma série de fatores históricos e sociais, chegando nos espaços que a gente chega e falar: “Olha. aonde eu vou as pessoas falam sobre isso, isso e isso”. Por exemplo, aonde eu vou no meu curso de direito os trâmites para você fazer uma denúncia são esses. Ou quando a gente traz as psicólogas, né. Na UnB, a Laris desenvolve esse trabalho aqui sobre saúde mental. Então, eu acho que é uma obrigação moral de quem acessa esses espaços, levar informações para outros. E eu acho que o feminismo é isso, né. A gente muitas das vezes, reproduz um feminismo neoliberal branco, por ele ser mais comestível, assim, mais fácil né? A gente classe média, né? Ou a gente, brasileiro conservador, que mesmo pobre reproduz com muita facilidade. Mas eu acho que o feminismo ele é muito o feminismo negro e a gente têm que ouvir o que as mulheres negras estão falando, o que as mulheres da periferia estão falando. É muito mais Angela Davis e Bell Hooks do que as atrizes globais que tiram a blusa e mostram os seios, sabe. Então eu acho

que é a Educação Popular é o caminho para o feminismo, ela é o caminho para gente construir uma sociedade menos injusta e violenta. E aí eu queria comentar um pouco que quando eu fui para São Paulo, eu li um pouco da história das PLPs até para saber que que eu ia falar e tal. Eu achei muito legal que foi num congresso de feministas da América Latina em 1992. Que feministas, advogadas feministas, de outros países (Chile e Argentina) estavam fazendo essa Educação Popular jurídica nos países delas e contaram nesse congresso de 1992. E aí a Themis começou a desenvolver um curso no mesmo formato em 1993 e a união de mulheres de São Paulo em 1994. Então acho que tem tudo a ver sim, que é realmente o caminho. Eu fico muito feliz que a América Latina tenha percebido isso também, né, até como uma forma da gente resolver os nossos problemas enquanto a gente, né. Não ficar sempre buscando as alternativas da Europa. Mas essa troca de conhecimentos entre a própria América Latina para resolver as nossas questões, né. Que a América Latina é um continente que as pessoas cultuam uma deusa, uma mãe e ao mesmo tempo matam tanto as mulheres. né. Eu acho bem louco isso. É um continente que tem a figura do pai ausente, é um continente que cultua mãe e ainda assim matam muitas mulheres. É o caminho. Fico muito feliz que as mulheres estejam se organizando, nesse sentido. há muito tempo.

Categoria: Importância da Educação Popular para as PLPs

Análise: Há uma percepção sobre a centralidade da Educação Popular na formação de PLPs, como único caminho possível para o desenvolvimento do projeto e a construção coletiva de mecanismos no apoio à construção de uma forma de sociabilidade que não seja dominada pelas estruturas do patriarcado e o combate ao machismo e à violência contra a mulher.

Verbalização:

Maria Laura: “Acho que é a única forma possível. Extremamente importante. 100% importante. A única forma possível. Eu não vejo as promotoras legais populares sendo um projeto bem-sucedido se não for esse espaço horizontal, de pluralidade, anti-fascista, anti-racista, feminista. Se não for esse espaço, onde os saberes de todos são bem vindos, onde as experiências de todas são bem vindas, onde você constrói coletivamente. Se não for esse espaço eu acho que perde a razão de ser, né. Porque se não for esse espaço a gente tem uma sala de aula normal onde uns falam e outros escutam e predomina a opinião do professor. E que não está mudando o que a gente tem, né”

“Eu já falei várias vezes para vários amigos que eu nunca pensei em ser professora, porque eu sempre odiei o jeito formal de educação aquela. Um fala e trinta enfileirados escutam. Mas depois que eu conheci as PLPs, eu já conhecia há um tempo, mas eu comecei a fazer parte só no ano passado. Aí sim fez sentido ser educadora. Porque até 2018 não fazia. Quando eu vi que você ensina em roda, que você se organiza de forma horizontal, que é um espaço de muitas vozes juntas coexistindo e de muitas trocas de saberes. E isso fez sentido de existência”.

“Bem essa ideia de formar multiplicadores que tenham conhecimento de como combater a violência contra as mulheres. Que tenha conhecimento de desconstruir esses preconceitos e esses posicionamentos machistas que são dominantes no senso comum. Eu acho que é muito importante para essa desconstrução de um senso comum, machista, assassino, violento”.

Janáina: “Ah, a Educação Popular ela é muito importante. Eu acho que... Eu, através das PLPs que eu conheci a Educação Popular. Não conheci dentro da minha formação e tudo mais eu não tive esse, esse, olhar né. Então eu conheci a Educação Popular. Então ela faz com que a gente tenha mais vínculo né? Porque a gente senta em roda, a gente conversa cara a cara né. Então assim é uma forma de você apreender e não só aprender, mas apreender. Então assim, é muito bom. Muito bom mesmo esse... Ainda mais pro feminismo que, querendo ou não, a questão do feminismo e falar sobre o feminismo através da Educação Popular, acho que deixa mais leve. Entendeu? Porque “nossa o feminismo” entendeu? Às vezes é um bicho de sete cabeças. Então eu acho que foi muito importante principalmente nessa questão”.

“Eu acho que é justamente elas também conhecer né, que, muitas das vezes acharam estranho, eu acredito, não sei né, que realmente a gente é acostumado com as formalidades, e eu acho que pode até ser que muitas evadiram, “ah não gostei” né, e tal. Não sei, acho que a gente poderia até também perguntar, procurar saber. Mas eu acho que tem muito a ver, né porque querendo ou não é uma forma mais leve, mais tranquila de você aprender, de você... É uma troca na verdade. Acaba que na formação das PLPs isso é fundamental, porque querendo ou não, quando a gente se forma a PLP, quando a gente conhece esse universo, a gente vai tem que repassar né, esse conhecimento e tudo mais”.

Flávia: Essa proposta é extremamente interessante, porque a Educação Popular tem como base esse público mesmo, né, um público vulnerável, um público excluído que muitas vezes está até fora do processo de educação formal. Então é exatamente o tipo de educação que se encaixa aqui para o nosso público, né. Um público em estado de risco, de vulnerabilidade social, baixa renda. Posso dizer que é o melhor método, né, a melhor forma de educar que a gente consegue utilizar aqui.

Rosa Maria: “Fundamental, fundamental porque quando nós vamos a diversos... aí eu já falo como educadora, quando nós vamos a diversos encontros eu passei um ano e meio participando do Cefet, que é o Centro de formação de educadores populares que é ministrado pelo Centro Cultural de Brasília, ali na 601 Norte. Quando vinha um cara com a metodologia freiriana para falar de feminismo, como é que nós devemos nos portar, e não usar aquela linguagem que você passa três horas dentro do seminário quando você sai você não sabe o que você ouviu. O feminismo para nós atingirmos a comunidade que nós queremos atingir, e que eu penso que seja sua intenção com essa sua dissertação, nós temos realmente que falar a linguagem do povo. Não chegar impondo o que nós achamos que sabemos pra ele, mas fazer com que despertar nele o interesse de trocar essa experiência conosco, para crescermos junto. Então, a Educação Popular para que levantemos a bandeira do feminismo (que a gente acha que tem e que a gente defende) nós temos que usar a Educação Popular sim”.

“Se nós não usarmos a metodologia freiriana, nós vamos estar dando uma aula para elas. E de aulas as meninas que são da universidade, o pessoal dos colégios, as mulheres donas de casa que estão no EJA, elas assistem aulas nas escolas. Então, essa linguagem que quebra aquela coisa de você sentar um atrás do outro, já começamos com a diversidade aí. Nós formamos rodas. Então enquanto nós formamos rodas, a gente está horizontalizando a educação, horizontalizando o diálogo”.

“Dentro desse critério nós temos também que avaliar uma questão: nós estamos levando palavras para mulheres, temas para mulheres, dividi-las em grupo para que elas expressam seus sentimentos, porque se for só para a gente chegar lá e falar, a facilitação não teria sentido. Então, nós estamos realmente no caminho (além de estarmos já há 15 anos no DF, temos outros anos no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em outras outros espaços) além de

estarmos há 15 anos no DF, em Águas Lindas. Ser facilitadora aqui foi realmente um desafio”.

Clara: “Acho que é a essência, né. Temos que nos observar, se vigiar muito pra gente não entrar naquela lógica de oficina para palestrante, e eu acho que a gente ainda peca muito, porque uma coisa que eu gostaria muito que a gente fizesse aqui é que as cursistas dessem as oficinas, porque entre nós sempre tem cursistas que tem conhecimento sobre diversos temas e a gente fica trazendo sempre alguém de fora. Chamar fulano porque ele já deu dez oficinas sobre Educação Popular. Não, gente! Precisamos formar novas pessoas em Educação Popular e oficinas, e vivendo. É a vivência da pessoa, é ela pensar uma atividade que vivencia mais o que a gente está querendo debater na oficina. Mas sem Educação Popular não faria sentido a formação das PLPs em Brasília”.

Fonte: acervo da autora.

As concepções elaboradas nessa dimensão foram fundamentais para a compreensão e a construção de uma nova forma de feminismo que realmente possa tocar e transformar a vida de todas as mulheres, independentemente de suas condições materiais de existência. Pensar como a “única forma possível”, como afirmou Maria Laura, nos traz a responsabilidade de conseguir “falar a linguagem do povo”, como pontuou Rosa Maria. Do contrário, continuaremos discutindo entre nossos pares nos espaços acadêmicos, sem de fato transformar a realidade na vida das mulheres.

A construção desse espaço de acolhimento, mesmo que em poucas oficinas, foi importante para que todas as mulheres envolvidas compreendessem, a partir do compartilhamento de experiências, outras formas de enxergar a opressão, o feminismo, a realização do direito. Isso permitiu transformações em suas vivências.

Ocupamo-nos, agora, da dimensão que busca compreender a importância do curso de PLPs. Isso foi analisado dentro do contexto da vivência em Águas Lindas, bem como das mudanças que o curso proporcionou às mulheres para além das concepções de feminismo, anteriormente, analisadas. É importante ressaltar que essas mudanças não se estabeleceram somente entre as cursistas.

Quadro 12 – Importância do Curso

IMPORTÂNCIA DO CURSO
Categoria: Importância da formação de PLPs para Águas Lindas
<p>Análise: A realização de um projeto de Educação Popular Feminista em uma cidade cheia de vulnerabilidades e com altos índices de violência contra a mulher, faz-se de fundamental importância, não só para que as mulheres compreendam o feminismo, mas para compreenderem também seus direitos e reivindicá-los; compartilhem seus conhecimentos com as pessoas de sua convivência e exigir mudanças no funcionamento das instituições</p>
<p>Verbalização</p> <p><i>Ana Paula:</i> Sim, porque informa, né. Informa as mulheres, porque algumas nem percebem. Elas estão tão inseridas que passa despercebido. Então é uma forma de quebrar essas estruturas machistas.</p> <p><i>Raíza:</i> “Então, porque é uma cidade muito carente, né, em vários aspectos e sentidos, principalmente no sentido de Educação Popular, né. A gente sabe que o ensino daqui é bem precário, assim como o ensino público de vários outros lugares. Aí quando temos um espaço onde as mulheres podem falar, se abrir, conhecer os seus direitos e reivindicá-los é isso se torna importante e muito necessário, né porque a gente está ampliando o conhecimento dessas mulheres. Permitindo que elas abranjam esse conhecimento”.</p> <p>“Eu me sinto muito feliz, porque como eu já escutei muitas pessoas falando, essas pessoas que participaram do curso, que o curso de promotoras legais em Águas Lindas foi um divisor de águas. A gente consegue ver muita diferença em como era antes e como está sendo agora. Acredito que isso só tem a somar cada vez mais. E permitir que mais mulheres possam entender o que é o feminismo e conhecer seus direitos”.</p> <p><i>Maria Laura:</i> “Bem essa ideia de formar multiplicadores que tenham conhecimento de como combater a violência contra as mulheres. Que tenha conhecimento de desconstruir esses preconceitos e esses posicionamentos machistas que são dominantes no senso comum. Eu acho que é muito importante para essa desconstrução de um senso comum, machista, assassino, violento”.</p>

“E eu penso que a extensão é a mesma coisa, é óbvio que a UnB, o IFG tem obrigação de devolver algo para comunidade. Mas eu penso que é o momento em que essas instituições se humanizam, e que essas instituições crescem, e que essas instituições tenham oportunidade de ter essas mulheres, no caso das PLPs”.

Carla: “Nossa, extremamente importante, né. Por ser uma cidade que já é tão carente de todas as outras assistências, e a mulher é sempre o ponto fora. Ponto fraco né, é a ponta que mais absorve todas essas, essas carências da cidade mesmo. De relação de educação, de infraestrutura, de saúde, além de tudo né? Fortalecer as mulheres do município é importantíssimo por causa disso também, pela realidade da cidade”.

“Com certeza. Porque a cidade em si, por ser uma cidade de interior, assim, é uma cidade não tão grande ela é muito machista. Muito conservadora. E não tem muitos meios de quebrar esse machismo por outros caminhos né? Quais seriam? Porque a igreja fortalece, que é aonde as mulheres vão. Ou tá em casa, ou tá na igreja, na escola não tem abertura para poder tratar sobre o assunto. É um caminho. O único que eu vejo assim na cidade por que aqui é triste as coisas”.

Clara: Eu acho que o espaço das PLPs tem muito essa força institucional nesse sentido, de aproximar a população dessas pessoas institucionais. Porque tá todo mundo muito burocratizado atrás da escrivinha né? (Se referindo à presença da Promotora de Justiça e da Delegada no Curso).

Alice: “Eu acho que novamente é essa tensão entre o que a gente conhece do ponto de vista acadêmico ou com as pesquisas e a realidade, né. Eu acho que ouvir as cursistas né, as companheiras de curso sobre as experiências delas na cidade fez com que a minha compreensão dessa exclusão dos direitos das mulheres no município ficasse ainda mais, sei lá, a flor da pele, mais evidenciada, mais forte. Porque uma coisa é você ler que “ah aqui tem não sei quantos casos de violência doméstica”, outra coisa é você ouvir a pessoa dizer “olha minha vizinha, minha mãe, minha tia, meu marido, eu fui procurar ajuda não aconteceu, fui denunciar me mandaram de volta para casa”, né, é isso né as falas mostrando a omissão do Estado, assim, muito muito forte né, de maneira muito forte. E assim, acho isso muito engraçado porque a primeira vez que a Rosa foi lá no campus ela ela veio com essas, com

essas, com isso que eu tô concluindo né depois de um ano de curso. Falou “olha vocês vivem ai no mundo a pesquisa não sei o que mas vocês não sabe como é que é a realidade é”.

“eu acho que pode vir com esse curso é que as mulheres começam a se organizar e mais autonomamente, né. Eu acho que isso é fundamental né, que o movimento de mulheres se organize em Águas Lindas né. Sei lá, os avanços no direito das mulheres não caem do céu né, enfim espero que o curso tem ajudado nesse sentido né”.

Priscyla: Porque ela mostrou mais a realidade do que a gente vive mais assim dentro de Águas Lindas falando da, como é que tá o sistema né, para você poder passar de passo a passo coisa que a gente não sabia direito. Porque a gente simplesmente chega lá na delegacia faz a denúncia, a gente não sabe como é que é o passo a passo, como é que acontece. Muitas vezes a gente acha policial que não quer fazer o serviço dele. E não é dessa forma.

Flávia: Então a uma cidade de Águas Lindas é muito vulnerável, né. Então toda formação, seja de combate ao machismo, ao classismo, à todas essas questões que são próprias da cidade, elas são bem vindas, porque aqui tem uma carência muito grande desse tipo de educação. É extremamente importante e muito relevante para as mulheres aqui de Águas Lindas, que pela questão social, pela questão da vulnerabilidade mesmo, vivenciam muito a violência, sobretudo intrafamiliar.

Janaina: Você ve né... Eu tava no processo com a Rosa e tudo, mas no final quando a gente vê, realmente, mesmo que poucos, os resultados a gente vê e poxa... Como eu faço diferença aqui nesse município. Não querendo ser pretensiosa, mas é uma realidade, porque a gente vê as mudanças.

Maria Laura: Com certeza. Tanto que hoje estávamos conversando na reunião, que duas mulheres, né, passaram por essas situações e conseguiram falar. Conseguiram denunciar. Então assim, elas passaram por esse momento de violência e dor. O curso foi fundamental para elas se empoderarem. O curso foi uma ferramenta fundamental para que ela se empoderassem e reivindicassem seus direitos institucionalmente, né, pelo Estado.

Categoria: Transformações que o curso proporcionou

Análise: A formação de PLPs em Águas Lindas foi importante para o desenvolvimento de novas concepções nas relações pessoais; compreensão sobre os direitos das mulheres e transformação nas formas de compreender o trabalho.

Verbalização

Maria dos Passos: Influenciou na minha maneira de pensar e agir em relação ao machismo. Hoje eu vejo a importância de ser uma Promotora Legal Popular.

Joseane: No meu caso, quando começou o curso eu estava separando do meu ex marido e através do curso eu comecei a me identificar em alguns direitos das mulheres, que eu não sabia que existia, né. Porque para mim era só a agressão física, né, que era violência contra mulher. Quando eu vi que mexer com o psicológico da mulher também era, eu comecei a refletir mais sobre isso e me identificar no curso. E foi aí que eu fui atrás dos meus direitos. Comecei a fazer as denúncias. Comecei agir, a não ficar mais parada. E hoje eu me sinto bem melhor que eu era.

Alice: “Muito transformador mesmo. Os encontros que eu fui, todos foram muito potentes, aquele negócio de você estar a semana inteira de destruída e ali mesmo quando as temáticas eram pesadas, era um lugar de terapêutico mesmo ficar mais leve, mas tranquilo mais fortalecido então pra mim foi bem massa”.

“Como eu tinha tido esse contato muito superficial né, a gente tinha ido lá para umas oficinas, né, enfim, eu não tinha tanta intimidade. Eu acho que o curso transformou bastante o jeito que eu penso sobre educação né? Eu tô fazendo uma licenciatura e eu acho que o curso foi muito mais enriquecedor para o meu projeto de ser uma Educadora do que a licenciatura né? Porque muda bastante como a gente pensa o acesso à educação, a relação entre quem media o processo e as cursistas, os alunos, muda muito né? Essa questão do reconhecimento do saber do outro é fundamental né na Educação Popular e muitas vezes é uma coisa que a gente passa por cima na nossa prática cotidiana. É bem massa”.

“E acredito que a gente ajudou algumas mulheres perceberem as violências em que elas estavam inseridas, é... ajudou algumas pessoas a se fortalecerem frente às violências que sofriam né? Eu sei que a gente tem umas ex alunas que estavam em situação complicada na família e que o grupo foi terapêutico para elas né? Então acho que sim. Sei lá, tô pensando

para mim mesma, né? Mesmo tendo a discussão eu acho que estar ali com as outras, e ouvir as experiências faz com que a gente fique mais sensível para ver as violências que a gente sofreu ou que a gente foi submetida”.

“Pelo menos, assim, na minha na minha experiência nos grupos que eu participei sempre as mulheres mais velhas falando “poxa, eu criei meu filho assim, eu criei meu filho assado, tô repensando como eu trato meu filho”.

“É mas é importante né, você pensar, assim é ruim você... você importar essa carga de culpa né. Enfim, você tá numa sociedade você tá reproduzindo alguma coisa que tá ali né. Porque é aquilo que a gente tava conversando naquele outro dia a culpa e a maternidade né vem junto um grande pacote. Mas é bom ter esse espaço de pensar como que pode ser uma maternidade mais interessante para mãe e pros filhos né”.

Marluce: “Antes eu pensava que só machucava o físico, tivesse lesão corporal. Hoje, não. Hoje eu sei que a violência é mais que isso. São xingamentos, te impedir de vestir uma roupa que você quer, te impedir de usar uma maquiagem que você gosta, te impedir de ver amigos, de ter grupo social. Não poder ter amizade nem com a vizinha do lado. Isso tudo é agressão e hoje eu não permito mais”.

“O conceito elevado do trabalho, né. Porque antigamente tinha uma visão que a mulher ficava em casa fazendo comida e cuidando dos filhos. Hoje a gente pode perceber que a mulher, ela avançou mais. Isso incomoda o homem”.

Rosa Maria: Sim, com certeza. Com certeza nós fazemos a diferença. O que eu sempre falo, que nós enquanto educadoras populares e promotoras legais populares, nós estamos aqui realmente para quebrar paradigmas. Nós estamos para fazer com que as mulheres se assustem com o que elas pensam que o que às vezes é amor, o que às vezes é carinho, o que às vezes é cuidado, nada mais é do que violência velada. E dentro das cursistas de Águas Lindas, como no DF, São Sebastião, Ceilândia e Sobradinho, ao final de cada curso a gente tem essa consciência. As mulheres saem com essa consciência: “nossa eu não sabia que era violentada pelo meu marido, namorado, pai, irmão, cunhado.”. Então, isso realmente, eu acredito que nós somos um instrumento de transformação na vida dessas mulheres.

Quelva: ““olha, no princípio de tudo, na questão em si, é você pode estar como se diz a Rosa, se intrometendo a colher numa relação quando a mulher está sendo agredida ou até mesmo quando a mulher extrapola e começa a agredir o homem também. Então você viu que aquele casal já excedeu, você pode entrar. Então a mulher pode entrar hoje em dia em uma briga e não só o homem. Né, então o mundo mudou muito”.

“porque assim ela mostrou os direitos que a mulher tem e que não podem fazer. Que nem fazer a denúncia e depois ir lá e retirar, acontece o feminicídio depois disso, né, ela vai lá pede a resguardamento dela e depois vai lá e tira. Aí o homem vai lá e faz a tragédia. Ela deixou bem claro isso que acontece várias vezes sobre isso, da própria mulher ir lá e pedir para tirar. Eu não sabia disso. Achei que ia lá e o homem, como se diz, o homem ia lá e voltava conviver com a mulher porque a mulher era sem vergonha. Mas não ela vai lá e tira, né, eles voltam a conviver normal como se nada tivesse acontecido”.

“Sim, sim. A violência, no caso começar pela violência, a violência contra mulher eu, na minha concepção, eu pensava que elas provocavam. Mas não, eles que extrapolam o patamar da paciência né e agridem as mulheres, ou até mesmo ciúme, né, que é o mais visto hoje em dia. E o machismo, em relação a ele, eu vejo que, que é só apenas uma concepção boba que tem na cabeça do homem que não precisa disso”.

Priscyla: “fez eu mudar muita coisa para dentro de casa. Me impor bastante agora. E veio para bom, tanto pra nós dois. Porque a partir do momento... porque eu já tava tentando me impor antes, né depois que eu comecei a impor com palavras que a gente vai aprendendo dentro do curso levando pra ele, até aquelas cartilhas que a gente usou e eu levei pra dentro de casa, ele foi vendo o comportamento dele e agindo melhor dentro de casa”.

“Eu tô tentando me impor mais e passar para as pessoas que eu conheço, igual eu falei que eu conheço gente que... mostrar o direito dela e não o dele querer. Eu levei um monte daqueles negocinhos (cartilhas)”.

Flávia: “Sim, auxilia para nossa própria compreensão enquanto profissional. A gente tem uma formação muito genérica para lidar com várias questões, sobretudo a assistente social.

Você lida um pouquinho com cada questão e quando você tem essa oportunidade de aprofundar, se torna uma aliada, né. Auxilia bastante no combate à essas estruturas, porque a gente também se empodera. A gente não sabe tudo, não estamos aqui como donas da razão. Até essa proposta de Educação Popular nos permite também não nos colocar numa posição de quem vai ensinar nada, mas que vai estar aprendendo também junto. Então auxilia sim”.

“Essa formação influenciou muito até por essas estruturas machistas que carregamos da nossa própria educação. Então eu me desconstruí muito, eu pensei muitas coisas, revi muitas coisas que para mim antes eu nem via como machismo, como uma expressão do machismo. E hoje, depois do curso, eu tenho um outro olhar sobre isso. Me revisei. Revisei alguns conceitos que para mim estavam tranquilos, e era daquela forma mesmo, e depois com o curso, com a formação, com tudo que a gente aprende ali pela experiência das outras mulheres, a gente consegue também visitar os nossos conceitos, rever, né. Refazer os nossos conceitos”.

Ana Paula: “Todas me marcaram bastante, mas aquela da Educação Popular, por eu ser professora, aquela me impactou um pouco mais. Porque a gente vive num sistema de professores que precisam seguir uma estrutura, principalmente agora, porque você não pode abrir tanto, nem fazer coisas diferentes”.

“O principal é que a gente não pode ficar calada, porque temos o costume que, por mais que a gente saiba que tá errado, que e tudo mais, só que a gente acaba se resguardando, quando a gente vê, presencia. E a gente perceber que não estamos sozinhas, e a gente não precisa se calar, ou se omitir ou mudar uma roupa, ou mudar uma concepção por causa das outras pessoas. A gente não está errada. A gente não tá fazendo nada de errado. Colocar um short não é errado, falar e expressar sua opinião não é errado. O curso meio que mostra isso, você não está sozinha não, deve abaixar a cabeça para isso”.

Clara: “Em São Sebastião, por mais que não tenhamos continuado enquanto PLPs, muitas delas, hoje em dia estão participando de treinamento de mediação, treinamento para ser doula. E hoje estão inseridas nesses espaços. Então é a garantia, ainda que o fórum não esteja ativo, mas que nesses espaço vão ter pessoas sensibilizadas por questões de gênero, mulheres sensibilizadas pela questão LGBT, mulheres sensibilizadas por questões de racismo. É por isso que eu acho que precisamos fazer essa formação completa. Para que as mulheres,

promotoras legais populares, estejam sensibilizadas sobre todas as formas de ser mulher e as discriminações que elas sofrem, em razão das diferentes formas”.

“Acredito que sim. Infelizmente eu não pude estar presente na duas oficinas que foram com a delegada e com a promotora, mas eu acho que é fundamental ter essas, eu pensei em personagens, mas essas figuras públicas que são promotores e delegados vindo até o curso, porque a gente pensa muito que o curso é um espaço de formação para a gente, esquecemos de pensar que o curso também é um espaço de formação para essas pessoas que não possuem contato com a comunidade, que estão lá no alto dos pedestais atrás de seus escritórios só escrevendo em papéis, lidando com números e não tem contato rosto a rosto com as pessoas. Quando eles são colocados ali numa roda, num grupo com 100 mulheres e são questionados. Opa! Acho que isso tem um impacto imensurável. Então, não só na concepção que as mulheres refletem sobre o machismo, sobre reconhecer violências que elas sofreram, mas também é um espaço de formação para as próprias figuras do estado”.

Janaina: Sim. É... Porque por exemplo, teve caso, inclusive um caso que eu acompanhei dentro do próprio grupo, de uma mulher que tava sofrendo violência e o grupo ajudou né, ela se fortalecer enquanto mulher né. Então acho que não foi só um caso, foram vários, isso porque a gente não sabe né? Esse como eu acompanhei, né, então querendo ou não... E eu acho que não só para as cursistas, mas também para a gente, que a gente tem que se resignificar todo tempo, né. Eu, eu sou casada, sabe, então assim é uma questão diária. Diária, diária, diária, que você tem que construir. Meu esposo é muito maravilhoso, mas assim... Tem coisas também que eu “olha, pera ai, não é assim”.

Maria Laura: “Enfrentando ameaças e colocando dedos em feridas, nisso tudo que isso gera de sofrimento psicológico, além da dor física e tudo mais. Lembro que uma vez que eu vim, foi no de setembro, que a gente foi debater nos grupos pequenos, não lembro se foi no de setembro ou no de julho. Acho que foi em julho. E aí a gente estava conversando sobre papéis de gênero e falando como isso é dividido de forma desigual e que gera várias violências por causa dessa assimetria, né, no gênero. Teve um senhora que falou assim: “Ah, eu com esse debate estou percebendo que eu passei anos fazendo tudo errado lá em casa.”. Pela fala dela “com esse debate eu tô percebendo que eu passei anos fazendo tudo errado” eu acho que se

ela não estivesse aqui ela não teria escutado isso. Não teria refletido sobre isso. Então nem sei se ela vai conseguir mudar na casa dela, talvez alguma coisa e outra”.

“Lá em Ceilândia a gente viu mulheres que estavam em relacionamentos abusivos e que pelo curso se fortaleceram pra mudar essas relações ou para sair de relacionamento abusivos, ou para mudar o formato da relação. Mas ainda que ela não mude, eu acho que é importante para ela ter clareza, né, sobre a situação que ela que ela está vivendo assim. Ela pode ter crescido num ambiente, numa sociedade que sempre falou que era normal, que aqueles eram os papéis da mulher mesmo. E aqui ela teve a possibilidade de ver mulheres falando: “Ah, mas eu não faço isso, eu não aceito, isso não é o meu papel, eu não quero fazer isso, fica sobrecarregado para mim ter três jornadas e tal”. Então eu acho que pode ter sido importante para ela pensar que não é a única forma possível de se estar num relacionamento, de ser mulher, né. Eu acho que pelo menos enquanto semente, assim. Algo que me tocou muito. Então assim, permite sim essa transformação nas concepções. Eu vi essa senhora hoje no curso, então ela continua frequentando o curso, continua frequentando os debates. Não foi algo que ela ouviu e ela rejeitou totalmente, a ponto de abandonar o curso, porque nós somos doutrinadoras comunistas. Não, ela ouviu e continuou fazendo sentido vir e frequentar esse espaço”.

Dayane: Auxiliou muito. Acho que não 100% das mulheres que estão saindo daqui. Eu senti muita falta, como eu te falei na nossa ação, muita falta de ter mais encontros, de estarmos mais próximas, da gente se conhecer mais, de criar um vínculo afetivo maior pra que a gente não se afaste daqui para frente. Mas, eu acho que 70% das mulheres que estão saindo aí, elas vão reproduzir tudo que a gente aprendeu, tudo que a gente viu. Estão na alma delas, no coração delas ficou entranhado sim, e elas vão reproduzir isso nas mulheres de Águas Lindas. E essas mulheres a quem elas vão reproduzir vão passar pra outras mulheres. É nisso que eu quero crer.

Raiza: “A gente consegue ter uma visão mais ampliada do que é o machismo e do que é o feminismo. Então, muitas vezes atitudes que a gente mesmo faz com outras pessoas, a gente não consegue identificar que algumas falas podem ser machismo. Então, com essa educação que a gente tem aqui, com essa vivência eu consegui identificar, e também ampliar mais o meu conhecimento do que é o feminismo”.

“Com certeza absoluta. A gente percebe a mudança que as mulheres tinham no começo do curso e como elas apresentam as concepções delas atualmente. Isso porque a gente teve poucos encontros, né, eu fico imaginando se a gente tivesse a possibilidade de ter mais, isso mudaria de uma forma bem maior”.

Carla: “Com certeza! Não tem como uma mulher que participou do curso PLPs sair do mesmo jeito que ela entrou. Impossível. Porque não tem como você não aprender com as histórias que você escuta lá, não tem como você não trazer isso pra sua realidade, e refletir, impossível”.

“Mas acho que mudou todas as minhas concepções, né? Às vezes a gente não enxerga o machismo, porque ele é muito assim, né, velado, mascarado. E participar do curso fez a gente, me fez né, enxergar outras formas de violência além daquela que é escancarada. E aí em Águas Lindas a gente perguntou isso. Se você conversar com uma mulher que é daqui, nascida e criada, que vive que é casada, que é dona de casa, você vai ver qual que é a concepção dela por estar aqui e é o que a cidade reproduz”.

Fonte: acervo da autora.

A discussão sobre essa dimensão é a que gera mais satisfação. Seria maravilhoso ter um relato de todas aquelas que estiveram envolvidas no curso sobre como foi que esses encontros repercutiram em suas vidas. Infelizmente, não tivemos condições de fazer esse levantamento. Combinar docência, pesquisa e coordenação de ação de extensão ao mesmo tempo foi muito extenuante, porém, perceber que, entre aquelas que se dispuseram a participar desse estudo, o curso transformou em algum ponto de sua vivência, seja em maiores imposições no casamento, ou noutras formas de ver o trabalho e a docência, faz todo esse processo ser muito gratificante. Assim como Dayane, quero acreditar que as aprendizagens construídas ficaram no coração das mulheres e que elas levarão isso para suas conhecidas em Águas Lindas. Mais uma vez, podemos dizer, com Freire (1989, p. 48), que

[a] responsabilidade no cumprimento do dever, não importa a tarefa que nos caiba. O sentido da correta militância política, na qual vamos aprendendo a superar o individualismo, o egoísmo, é um sinal, também, do homem novo e da mulher nova. A defesa intransigente da nossa autonomia, da liberdade que conquistamos marca igualmente o homem novo e a mulher nova. O sentido da solidariedade, não somente com o nosso Povo, mas também com todos os Povos que lutam pela sua libertação, é outra característica do homem novo e

da mulher nova. Participar conscientemente nos esforços da reconstrução nacional é um dever que o homem novo e a mulher nova exigem de si mesmos.

As PLPs, em suas diferentes experiências no Brasil e na América Latina, assumem o sentido da correta militância, ao buscarem a construção de novas mulheres que busquem a emancipação daquelas que vivem em igual opressão. Apesar de todas as dificuldades na realização do curso de PLPs em Águas Lindas, um primeiro passo foi estabelecido para a continuidade do mesmo no município e, conseqüentemente, a multiplicação de informações para o combate ao machismo e à violência contra a mulher. Perceber que as cursistas ampliaram sua compreensão sobre o que é violência, que passaram a assumir posturas mais ativas em suas casas e a refletir como o machismo influenciou na criação de seus filhos, nos dá esperança de que ,a partir delas, já teremos uma reconstrução da realidade em busca da liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas nós seguimos em frente quando

Percebemos como são fortes

E admiráveis as mulheres

À nossa volta

(KAUR, 2017, p.199)

Este trabalho se propôs a analisar a relação entre a Educação Popular e o Feminismo na formação de Promotoras Legais Populares, por meio da observação e intervenção nas conexões entre a pedagogia da autonomia freireana e a busca pela emancipação de mulheres de suas condições estruturais de opressão.

Para tanto, realizamos uma pesquisa-ação que se desenvolveu junto à I Turma de Promotoras Legais Populares de Águas Lindas – Turma Professora Milena, em que observamos e atuamos junto às oficinas que compuseram o curso e todas as etapas de organização e realização dele. Além das observações, intervenções e anotações construídas em cada um dos encontros, realizamos quinze entrevistas com três categorias de mulheres que se envolveram com curso, sendo elas as cursistas, as facilitadoras e as cursistas facilitadoras.

O trabalho se estruturou em seis partes: a Introdução; a discussão sobre o Feminismo e o Marxismo; a discussão sobre o Feminismo e a Educação Popular; a análise sobre a história das PLPs no Brasil; a trajetória do estabelecimento do curso de PLPs em Águas Lindas e a análise do conteúdo das entrevistas e do perfil das mulheres que compuseram a Turma Professora Milena.

O primeiro capítulo, intitulado Feminismo e Marxismo, teve por objetivo analisar a relação entre o feminismo e a necessidade da superação do capitalismo. A partir do diálogo dos movimentos feministas com os movimentos sociais, é de fundamental importância a compreensão de que a opressão de gênero está vinculada com a estruturação do capitalismo. Portanto, adotamos no diálogo com a interseccionalidade, uma proposta de feminismo comprometido com a transformação desse modelo de sociedade.

O capítulo “Feminismo e Educação Popular”, traça um histórico sobre a Educação Popular enquanto um movimento social, as ideias de Paulo Freire e o diálogo interessante entre o feminismo e o movimento de Educação Popular. Esse diálogo pode ser visto nas distintas experiências de PLPs, apresentadas no terceiro capítulo, que se relacionam ao movimento de redemocratização na América Latina e a necessidade da garantia da realização dos direitos das mulheres.

Os capítulos quatro e cinco apresentam os elementos constitutivos da pesquisa-ação. Apresentamos no capítulo intitulado “Curso de Formação Promotoras Legais Populares em Águas Lindas: um relato de experiência e a construção da pesquisa-ação”, o processo de estabelecimento do curso, as reuniões de construção, as oficinas, a ação e a formatura por meio dos dados construídos através da participação e observação do curso.

No quinto capítulo, intitulado “A Educação Popular, o Feminismo e as Promotoras Legais Populares – Turma Professora Milena”, traçamos um perfil socioeconômico das

mulheres que fizeram parte da construção da primeira turma de PLPs em Águas Lindas, bem como realizamos a análise do conteúdo das entrevistas realizadas com quinze mulheres que participaram do curso como cursistas, facilitadoras ou cursistas facilitadoras.

Ao final desse percurso, percebemos que a construção de uma EP Feminista, por meio da formação de PLPs, é um caminho interessante para transformação da realidade de opressão das mulheres e, conseqüentemente, dos homens. A realização dessa pesquisa-ação permitiu observar mudanças significativas na vida das mulheres que se envolveram e a procura conjunta pela resolução das problemáticas, por elas, enfrentadas.

Analisando a questão de partida dessa pesquisa, percebemos que alcançamos nosso intento de fazer com que as percepções sobre feminismo, a compreensão sobre o machismo e a violência contra a mulher fossem ampliadas. Isso aconteceu exclusivamente pelo espaço de dialogicidade verdadeira construída entre as sujeitas que aprendem e crescem no respeito à diferença.

Quando defendemos um feminismo que tenha como pressuposto a destruição do capitalismo, é de fundamental importância que consigamos desvelar a realidade de opressão nele constituída e pensar caminhos para sua destruição. É nesse sentido que o diálogo entre EP e Feminismo de viés interseccional é fundamental. Compreendendo que a luta contra a desigualdade das mulheres é uma luta contra o capitalismo, precisamos fazer com que nossas companheiras compreendam que essa é uma luta coletiva.

Sabemos que esse é um processo de grande responsabilidade. O desvelar da realidade opressora pode ser um processo muito doloroso e não pode ser seguido de um vazio. Não saber da opressão pode ser confortável, mas ao encará-la, é necessário que seja acompanhada de uma práxis coletiva de transformação da realidade de opressão. As PLPs trouxeram para si essa responsabilidade em sua vivência. Por se tratarem de formatos muito distintos de atuação no Brasil e terem em comum uma base calcada na EP, a atuação das PLPs torna-se algo além de uma simples luta por direitos, mas a conquista de uma sociedade sem opressão.

O percurso do trabalho foi importante para percebermos que o contato com a EP, por meio das PLPs, se tornou transformador não apenas para as mulheres que faziam o curso pela primeira vez. Tanto *cursistas*, como *facilitadoras* tiveram, no espaço das oficinas, um lugar de aprendizagem, de terapia e fortalecimento. É interessante ressaltar o quanto as participantes da pesquisa que aceitaram ser entrevistadas e que já tinham formação acadêmica superior, demonstraram ver de uma outra forma sua atuação profissional após o curso.

As mulheres *cursistas* que contribuíram com as entrevistas, demonstraram transformação em sua forma de ver o feminismo, as opressões sobre as mulheres, as

possibilidades de atuação para melhoria da vida daquelas que as cercam, bem como uma nova forma de compreender a vida privada. Isso demonstra o potencial engrandecedor desse projeto e o quão é importante que permaneçam e se desenvolvam mais estudos sobre a temática.

Construir essa dissertação foi muito gratificante, muito amoroso, e muito potente. Participar da construção da primeira turma de PLPs em Águas Lindas foi o começo de uma revolução, uma vez que ao fazer com que essas mulheres que vivem nessa cidade periférica se movimentem, toda a estrutura se movimenta. Conforme dito anteriormente, “perceber que esta pesquisa se insere em uma perspectiva que vincula a teoria feminista com a prática revolucionária no combate ao sistema capitalista patriarcal, é motivo de grande orgulho, mas também de grande responsabilidade.”

Portanto, a pesquisa que desenvolvemos foi muito relevante para a compreensão mais aprofundada da realidade de Águas Lindas, bem como para trazer a EP como fundamental para a construção de um feminismo que não seja academicista e possa se vincular, profundamente, aos movimentos sociais de transformação da realidade de opressão. Desse modo, esse trabalho pode realizar uma contribuição significativa para a construção de pesquisas, projetos interventivos e para os movimentos feministas que se preocupem com a emancipação feminina que esteja comprometida com a emancipação da humanidade como um todo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Tradução: Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Introdução. *In*: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; BAQUEIRO, Paula de Andrade (org.) **Promotoras Legais Populares Movimentando Mulheres pelo Brasil: análises de experiências**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 19-31.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

ASSUNÇÃO, Diana. Feminismo e Marxismo: conferência na Paraíba. *In*: ASSUNÇÃO, Diana; D'ATRI, Andrea. **Feminismo e Marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2017, p. 11-30.

AZEVEDO, Ingrid Borges; VERAS, Juliana Gonçalves; A experiência das Promotoras Legais Populares do Distrito Federal: Turma Mariele Franco. *In*: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; BAQUEIRO, Paula de Andrade (org.) **Promotoras Legais Populares Movimentando Mulheres pelo Brasil: análises de experiências**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 61-97.

BARBIER, René. **Pesquisa- Ação**: Série v. 3. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Algumas ideias de vocação freiriana e alguns princípios para pensar uma educação destinada a formar pessoas para a vida social ao invés de apenas instrumentalizar indivíduos para o mercado. *In*: MACHADO, Rita de Cássia Fraga; CASTRO, Amanda Motta. **Educação Popular em debate**. Jundiaí, SP: Paco, 2017. p. 27- 77.

CARDIA, Rita. Prefácio. *In*: ASSUNÇÃO, Diana. D'ATRI, Andrea. **Feminismo e Marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLANDA, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313- 339)

CASTRO, Amanda Motta; PAZ, Nivia Ivette Núñez de la. O masculino não inclui o feminino! Linguagem inclusiva em debate. *In*: MACHADO, Rita de Cássia Fraga; CASTRO, Amanda Motta. **Educação Popular em debate**. Jundiaí, SP: Paco, 2017. p. 205 – 219.

CHAUL, Laerzi Inês de Souza. BAQUEIRO, Paula de Andrade. SANTOS, Rosa Maria Silva. 11 anos do Fórum de Promotoras Legais Populares/DF: análise de um caso. *In*: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; BAQUEIRO, Paula de Andrade (org.) **Promotoras Legais Populares Movimentando Mulheres pelo Brasil: análises de experiências**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 133-160.

CINELLI, Catiane. TABORDA, Noeli Welter. A construção de uma pedagogia feminista camponesa: uma experiência a partir da produção agroecológica e da luta. *In*: SILVA, Márcia Alves da. ROSA, Graziela Rinaldi. (org.) **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2019. p.159-179.

CRENSHAW, Kimberle. “**Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**”. University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/view-content.cgi?article=1052&-text=uclf> . Acesso em: 28 ago. 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUSTÓDIO, Cíntia Mara Dias; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. Projeto Direitos Humanos e Gênero – Promotoras Legais Populares do Distrito Federal: fundamentos e prática. *In*: SOUSA JUNIOR, José G.; APOSTOLOVA, Bistra S; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. **O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao direito das mulheres**. 2.ed. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 2015. p. 27-34.

D’ATRI, Andrea. Feminismo e Marxismo: 40 anos de controvérsias. *In*: **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p. 142-156, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18739>. Acesso em 03 jun. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. O feminismo e a política dos comuns. *In*: HOLANDA, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 379-394)

FERREIRA, Fernanda; COSTA, Michelli; MAGALHÃES, Débora. A luta das mulheres contra a desigualdade é uma luta contra o capitalismo! *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. **O**

Direito Achado na Rua: introdução crítica ao direito das mulheres. 2.ed. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 2015. p. 27-34.

FONSECA, Livia Gimenes Dias da. **A luta pela liberdade em casa e na rua:** a construção do Direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2012.

_____. Pesquisando as Promotoras Legais Populares do Distrito Federal – um relato. *In:* SOUZA JÚNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia Gimenes Dias da.; BAQUEIRO, Paula de Andrade (org.) **Promotoras Legais Populares Movimentando Mulheres pelo Brasil:** análises de experiências. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 41- 60.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In:* HOLANDA, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.25 – 46.

FREIRE, Paulo et al. **Paulo Freire:** o Educador Brasileiro Cidadão do Mundo. Brasília: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). vol. 4.1, de 31 out. 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *In:* **Lutas Sociais,** São Paulo, n.27, p.119-131, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18737> Acesso em 03 jun. 2019.

GROSCHITZ, Marina. **Natureza da ciência, epistemologias feministas e Educação Popular:** produção de conhecimento através da participação na Associação “Cida da Terra” de Promotoras Legais Populares de Campinas, SP e Região. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Física Gleb Wataghin, Campinas-SP, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir.** Educação como prática para a liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Teoria feminista:** da margem ao centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KAUR, Rupi. Outros jeitos de usar a boca. Tradução: Ana Guadalupe. São Paulo: Planeta, 2017.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239 - 248

LYRA FILHO, Roberto. **Para um direito sem dogmas**. Porto Alegre: Fabris, 1980.

MARTINS, Carla Benitez. SCHONARTH, Emilly Oliveira. PAULA, Helga Maria Martins de. SANTOS, Isabela. ARRUDA, Lorena Gomes. FORTES, Mélane Freitas. MAMEDE, Renata de Mello. **Libertárias: trajetória das Promotoras Legais Populares de Jataí no contexto do Sudoeste Goiano**. *In*: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo. FONSECA, Livia Gimenes Dias da.; BAQUEIRO, Paula de Andrade (orgs.) **Promotoras Legais Populares Movimentando Mulheres pelo Brasil: análises de experiências**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019, p. 268-297.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p.17-29

MURACA, Mariateresa. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina: uma etnografia colaborativa**. 2015. 474 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis-SC, 2015.

NARDI, Diego Nepomuceno; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; COSTA, Renata Cristina de Faria Gonçalves. Extensão Popular Feminista por uma Universidade Democrática e Emancipatória. *In*: **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143-171, 11 mar. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12614>. Acesso em: 23 nov. 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

PALUDO, Conceição. Educação Popular – Dialogando com redes latino-americanas (2003-2005). *In*: UNESCO. **Educação Popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005. p. 47-65.

_____. Educação Popular como resistência e emancipação humana. *In*: **Cad. Cedes**. Campinas, v. 35, n. 96, 2015, p. 219-238. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00219.pdf> Acesso em 07 jun. 2019.

RÊSES, Erlando da Silva. ALVES, Adriana Silva. OLIVEIRA, Wesley da Silva. Pedagogia do trabalho e cultura no pensamento de Paulo Freire. *In: BOTTECHIA, Juliana Alves de Araújo. (org.) A formação continuada na Educação de Jovens e Adultos: cenários, buscas e desafios.* Campos dos Goyatacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão:** sindicalismo docente da educação básica no Brasil. Brasília: Editora Paralelo 15, 2015.

RÊSES, Erlando da Silva; SOUSA, Carlos Alberto Lopes de. Apresentação: educando com paulo freire. *In: Linhas Críticas*, v. 18, n. 37, p. 445-447, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3981>. Acesso em: 14 mar. 2020.

RÊSES, Erlando da Silva; SOUSA, José Vieira; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. O Materialismo Histórico Dialético e o Estudo de Políticas Públicas de educação: questões de método. *In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. (orgs.) Investigação política e gestão da educação: método, temas e olhares.* Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2016. p. 25 -41.

RICOLDI, Arlene Martinez. **A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo:** Gênero e Cidadania. 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROSA, Graziela Rinaldi. Pedagogias Populares Feministas latino-americanas: legados feministas para a Educação Popular. *In: SILVA, Márcia Alves da; ROSA, Graziela Rinaldi. (org.) Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas.* Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2019. p. 94-117.

ROSSEL, Nélide Cespedes. Paulo Freire está vivo no movimento da Educação Popular. *In: Linhas Críticas*, v. 18, n. 37, p. 449-463, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3982>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. *In: Lutas Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 82-100, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18733>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SALES, Marcia Castilho. **O movimento constitutivo do currículo da educação profissional integrado à educação de jovens e adultos:** uma proposta emancipatória no IFB Campus Gama. 2018. 338f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

SANTOS, Raquel Auxiliadora dos. **Promotoras Legais Populares:** avançando na luta pela igualdade de gênero e na compreensão da Educação de Jovens e Adultos. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SARDEMBERG, Cecília Maria Bacellar. Considerações introdutórias as pedagogias feministas. *In*: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. (orgS.) **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA-NEIM, 2011. p. 17-32.

SCHNEIDER, Graziela. (org.) **A revolução das mulheres**. Emancipação feminina na Rússia Soviética – artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLANDA, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

SILVA, Márcia Alves da. ROSA, Graziela Rinaldi. (org.) **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2019. p.159-179.

SILVA, Márcia Alves da; CORRÊA, Eliane Godinho; NEGRETTO, Carla. Pedagogia Feminista na Perspectiva da Educação Popular com mulheres assentadas do MST. *In*: **Teoria e Prática da Educação**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 105-116, 22 nov. 2018. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/tpe.v20i3.33561>.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Movimentos Sociais nos 50 anos da UnB: Construindo uma Universidade Emancipatória. *In*: RÊSES, Erlando da Silva (org). **Universidade e Movimentos Sociais**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2015.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STRECK, Danilo Romeu. A Educação Popular e a (re)construção do público: há fogo sob as brasas? *In*: **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 32, 2006, p. 272-284. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/revista-brasileira-educacao-anped-2006-n32-v11/>. Acesso em: 29 maio 2019.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Educação Popular e a contemporaneidade do pensamento de Paulo Freire na educação brasileira. *In*: MACHADO, Rita de Cássia Fraga; CASTRO, Amanda Motta. **Educação Popular em debate**. Jundiaí, SP: Paco, 2017. p. 95-114.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Quase duas décadas de Promotoras Legais Populares no Brasil! *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. **O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao direito das mulheres**. 2.ed. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 2015 p. 47-52.

_____. 25 anos de Promotoras Legais Populares: a expansão transversal de ativismo feminista. *In*: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; BAQUEIRO, Paula de Andrade (org.) **Promotoras Legais Populares Movimentando Mulheres pelo Brasil: análises de experiências**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 233-249

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLEDO, Cecília. **Gênero e Classe**. Organizado por Alice Sarga. São Paulo: Sundermann, 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 10 jun 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do Materialismo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOLF, Virgínia. **Um Teto Todo Seu**. Tradução: Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014. p. 73

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “*Intersecção entre Feminismo e Educação Popular na formação de Promotoras Legais Populares.*” Meu nome é *Aline da Costa Luz de Lima*, professora de História do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás e estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília PPGE/UnB, orientada pelo Professor Doutor Erlando da Silva Rêses. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar participar do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que, em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (aline.lima@ifg.edu.br).

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Convidamos você a participar do projeto de pesquisa “*Intersecção entre Feminismo e Educação Popular na formação de Promotoras Legais Populares.*”, sob a responsabilidade da pesquisadora Aline da Costa Luz de Lima. Para que consigamos identificar a contribuição da educação popular para o feminismo, é necessário conhecermos as concepções formadas pelas participantes do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. As participantes deste estudo serão as cursistas e as facilitadoras que participaram da formação da primeira turma de Promotoras Legais Populares de Águas Lindas.

O objetivo desta pesquisa é identificar e dimensionar de que maneira a Educação Popular consegue dialogar de maneira mais próxima com as minorias, sendo de fundamental importância para pensar as pautas feministas, bem como identificar as opressões específicas das mulheres inseridas na comunidade periférica de Águas Lindas de Goiás; as condições estruturantes do machismo somadas à ausência de equipamentos de proteção eficientes do Estado.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, caso seja sua vontade, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa relacionam-se ao desconforto emocional e/ou constrangimento e emoções decorrentes da lembrança de situações de machismo vivenciadas pelas participantes. Para minimizar os riscos, será realizada uma pausa na entrevista e, se necessário, a interrupção imediata da mesma.

Em relação aos benefícios relacionados à sua participação na pesquisa, se você aceitar participar, ajudará para a discussão sobre os mecanismos de combate à violência contra a mulher em Águas Lindas, bem como fortalecer os grupos de educação popular na cidade.

Você pode se recusar a responder qualquer pergunta que lhe traga constrangimento, podendo desistir da pesquisa em qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Não há

despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não receberá ajuda financeira. A sua participação é voluntária.

Os resultados da pesquisa serão divulgados, de forma pública, na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB, podendo ser publicados em meio acadêmico/científico. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos. Decorrido esse tempo, serão destruídos.

Para você tome conhecimento dos resultados da pesquisa, solicitamos que informe seu endereço de e-mail. A pesquisadora se responsabiliza pelo envio dos resultados a todos os participantes da pesquisa. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por gentileza, contate pelo e-mail aline.lima@ifg.edu.br.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com você.

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,,
 inscrito(a) sob o
 RG/CPF....., e-mail
, abaixo assinado, concordo em
 participar do estudo intitulado “*Intersecção entre Feminismo e Educação Popular na formação de Promotoras Legais Populares.*” Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável *Aline da Costa Luz de Lima* sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Águas Lindas de Goiás, dede

Assinatura por extenso da participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

APÊNDICE B – ENTREVISTA PARA AS CURSISTAS

Nome:

Entrevista para as cursistas

- 1- Eu posso utilizar seus comentários e identificar seu nome na minha dissertação?
- 2- O curso alterou de alguma forma a percepção que você tem sobre o feminismo? Se alterou, como você compreendia antes e como o compreende agora?
- 3- Em continuidade à pergunta anterior, se sua percepção não alterou, qual é a concepção que você tem de feminismo?
- 4- É possível perceber estruturas machistas na realidade que você vivencia em Águas Lindas? Se sim, quais?
- 5- Você percebe que o machismo já te atrapalhou em algum momento da sua vida? Poderia falar sobre isso?
- 6- Sobre o formato das oficinas, você sentiu que era um espaço agradável para compartilhar os seus conhecimentos?
- 7- Para você, o curso auxilia no combate às estruturas machistas de Águas Lindas?
- 8- Teve alguma oficina que mais marcou você? Por que?
- 9- De que maneira, formar-se como Promotora Legal Popular, influenciou nas suas concepções de machismo e de violência contra a mulher em Águas Lindas?
- 10- Existe algum tema que você gostaria que tivesse sido abordado que é importante para realidade de Águas Lindas?
- 11- Você gostaria de deixar alguma mensagem, sugestão, proposta para futuras edições do curso?

Muito obrigada!!!

APÊNDICE C – ENTREVISTA PARA AS CURSISTAS-FACILITADORAS

Nome:

Entrevista para as cursistas-facilitadoras

- 1- Eu posso utilizar seus comentários e identificar seu nome na minha dissertação?
- 2- Qual é a importância do estabelecimento da formação de PLPs em uma cidade como Águas Lindas?
- 3- Antes de participar do curso de PLPs, você já tinha participado de algum movimento de educação popular? O que achou da proposta?
- 4- Você acredita que a forma com que o curso se realiza, permite uma transformação nas concepções de machismo e de violência entre as mulheres de Águas Lindas?
- 5- Você consegue perceber alguma vantagem no formato de educação popular para a aprendizagem dos temas abordados nas oficinas?
- 6- Você acredita que a educação popular é um aliado interessante para o feminismo? Justifique.
- 7- Para você, o curso auxilia no combate às estruturas machistas vivenciadas em Águas Lindas?
- 8- De que maneira, formar-se como Promotora Legal Popular, influenciou nas concepções de machismo e de violência contra as mulheres em Águas Lindas?
- 9- Como você se sente por ter contribuído na realização do curso em Águas Lindas?
- 10- Existe algo que você mudaria para as próximas edições?
- 11- Se puder, fale como foi ser facilitadora em Águas Lindas para você.

Muito obrigada!!!

APÊNDICE D – ENTREVISTA PARA AS FACILITADORAS

Nome:

Entrevista para as facilitadoras

- 1- Eu posso utilizar seus comentários e identificar seu nome na minha dissertação?
- 2- O que é ser facilitadora das PLPs para você?
- 3- Qual é a importância do estabelecimento da formação de PLPs em uma cidade como Águas Lindas?
- 4- Quais foram os desafios da facilitação em Águas Lindas?
- 5- Você acredita que a forma com que o curso se realiza permite uma transformação nas concepções de machismo e violência contra mulher entre as mulheres de Águas Lindas?
- 6- Qual a importância da educação popular na formação das PLPs?
- 7- Quanto às experiências das PLPs no DF em comparação com Águas Lindas, existem pontos que necessitam ser melhorados para continuidade do curso em Águas Lindas?
- 8- Se puder fale como foi ser facilitadora em Águas Lindas para você.

Muito obrigada!!!

ANEXOS

ANEXO A – FICHA DE INSCRIÇÃO


**I CURSO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES
DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS – 2019**
FICHA DE INSCRIÇÃO
DADOS DA PARTICIPANTE

Nome completo: _____
 Data de nascimento (dia/mês/ano): _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ Cep: _____
 Telefone residencial: _____
 Celular: _____
 E-mail: _____

DADOS GERAIS

1. Nível de instrução formal: **i.** () alfabetização; **ii.** () ensino fundamental incompleto; **iii.** () ensino fundamental completo; **iv.** () ensino médio incompleto; **v.** () ensino médio completo; **vi.** () ensino superior incompleto; **vii.** () ensino superior completo; **viii.** () pós-graduação.

1.1. Se já cursou ou está cursando ensino superior, qual o curso?

2. Estado Civil: **i.** () solteira; **ii.** () divorciada; **iii.** () casada; **iv.** () em união estável; **v.** () viúva; **vi.** () outros.

3. Possui filhas e/ou filhos? **i.** () Sim; **ii.** () Não.

3.1. Se sim, quantas e/ou

quantos: _____

4. Mora sozinha? **i.** () Sim; **ii.** () Não.

4.1. Se não mora sozinha, com quem você mora?

5. Ocupação/Profissão:

5.1. É remunerada? **i.** () Não; **ii.** () Sim.

6. Atua em alguma organização, movimento, entidade ou associação? **i.** () Não; **ii.** () Sim.

6.1. Se sim, em qual e por qual? Desde qual período?

7. Pratica algum tipo de religião? i. () Sim; ii. () Não.

7.1. Se sim, qual religião?

8. Com qual cor/raça você se

identifica? _____

9. Qual é a sua orientação sexual? i. () lésbica; ii. () heterossexual; iii. () bissexual; iv. () não sei; v. () não quero responder; vi. () outros:

10. Qual é a sua identidade de gênero? i. () mulher cisgênero; ii. () mulher transgênero; iii. () não sei; iv. () não quero responder.

11. Possui algum tipo de deficiência? i. () Não; ii. () Sim.

11.1. Se sim, qual?

12. Precisa de cuidados especiais? i. () Não; ii. () Sim.

12.1. Se sim, quais?

13. Caso queira acrescentar alguma informação ou deixar alguma sugestão, fique à vontade.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Qual a sua disponibilidade para frequentar o curso sábado de manhã? i. () Todos os sábados; ii. () Quase todos os sábados; iii. () Poucos sábados; iv. () Nenhum.

2. Possui acesso à internet? i. () Não; ii. () Sim: por () celular, () lanhouse, () em casa, () no trabalho, () casa de parentes, amigas(os) ou familiares, () Outro: _____

3. Qual meio prefere para se informar? i. () Televisão. Qual canal? _____, ii. () Facebook, iii. () Com amiga(os), iv. () Internet. Quais páginas? _____

4. Por que se interessou pelo curso?

5. O que é ser uma Promotora Legal Popular para você?

6. Temas que gostaria que fossem abordados no curso:

A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, _____,
 portadora de cédula de identidade nº _____,
 CPF Nº _____, nas atividades do curso de
 Promotoras Legais Populares do Distrito Federal do ano 2018, da
 cidade _____, autorizo a utilização e a veiculação de
 gravação em vídeo e/ou fotografia de minha imagem, depoimentos em
 qualquer meio de comunicação, para fins didáticos, de pesquisa e divulgação
 das atividades do projeto de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal
 sem quaisquer ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a
 cessão de direitos de imagem para veiculação, não recebendo para tanto
 qualquer tipo de remuneração.

Essa autorização pode ser cancelada a qualquer tempo, mediante prévio aviso
 por escrito à coordenação do curso de Promotoras Legais Populares do Distrito
 Federal pelo e-mail lpunb@gmail.com.

_____, _____ de _____ de 2018.
 (Local) (Data)

Ass. _____
 Nome: _____